UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

LUANA NOVAIS CAMPOS

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELATIVAS AO USO DE DROGAS POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
JULHO DE 2026

LUANA NOVAIS CAMPOS

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELATIVAS AO USO DE DROGAS POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Memória, Políticas e Representações Sociais Sobre Álcool e Drogas

Orientadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Sousa Dantas

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
JULHO DE 2026

C214m

Campos, Luana Novais.
Memórias e representações sociais relativas ao uso de drogas por pessoas em situação de rua : uma revisão de literatura / Luana Novais Campos, 2026.
121 f.
Orientador (a): Dr.ª Luci Mara Bertoni. / Co-orientador: Dr. Carlos Augusto Sousa Dantas
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória : Linguagem e Sociedade – PPGMLS, Vitória da Conquista, 2026.
Inclui referências F. 109 - 121
1. Pessoas desabrigadas. 2. Abuso de drogas. 3. Representações sociais. I. Bertoni, Luci Mara. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória : Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD 362.29

Catalogação na fonte: ***Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134***
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Memories and social representations regarding drug use by people experiencing homelessness: a literature review

Palavras-chaves em Inglês: People experiencing homelessness; Social representations; Memory; Drug use.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Presidente), Prof. Dr. Carlos Augusto Sousa Dantas (coorientador), Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (Titular), Profa. Dra. Vânia Carvalho Santos (Titular).

Data da Defesa: 29 de julho de 2026.

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUANA NOVAIS CAMPOS

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELATIVAS AO USO DE DROGAS POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 29 de julho de 2026.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Presidente) Ass.:_____

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUCI MARA BERTONI
Data: 30/07/2026 08:15:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Carlos Augusto Sousa Dantas (Coorientador - UESB) Ass.:_____

Documento assinado digitalmente
gov.br
CARLOS AUGUSTO SOUSA DANTAS
Data: 03/08/2026 12:18:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (UESC/PPGMLS) Ass.:_____

Documento assinado digitalmente
gov.br
FELIPE EDUARDO FERREIRA MARTA
Data: 30/07/2026 10:46:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Vânia Carvalho Santos (UFS) Ass.:_____

Documento assinado digitalmente
gov.br
VANIA CARVALHO SANTOS
Data: 03/08/2026 12:05:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dedico este trabalho à minha família, raiz da minha força. Aos meus amigos, asas da minha coragem. E a todos que seguraram minha mão e não me deixaram desistir quando o caminho se fez árduo. Esta conquista carrega um pedaço de cada um de vocês.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta jornada não representa apenas o fim de um ciclo acadêmico, mas o resultado de um esforço coletivo. Embora estas palavras tentem traduzir a minha gratidão, sei que elas apenas tocam a superfície do reconhecimento que devo a todos que, direta ou indiretamente, caminharam ao meu lado.

À Universidade e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Memória: Linguagem e Sociedade, que me acolheram e proporcionaram o espaço fértil para o amadurecimento intelectual. Agradeço pela oportunidade de vivenciar a pesquisa em sua essência, transformando os desafios diários em valiosas lições de persistência e dedicação.

À minha orientadora Profa. Dra. Luci Mara Bertoni e ao meu coorientador Prof. Dr. Carlos Augusto Sousa Dantas, por serem a bússola neste percurso. Agradeço não apenas pela partilha generosa de conhecimento e pelo rigor acadêmico, mas principalmente pela paciência, pela escuta atenta e por acreditar no potencial deste trabalho. A orientação de vocês foi fundamental para que as ideias ganhassem forma e substância.

Aos membros da banca examinadora, tanto da qualificação quanto da defesa, composta pelo Prof. Dr. Mansano de Mello, pelo Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta e pela Profa. Dra. Vânia Carvalho Santos, pelo tempo dedicado à leitura cuidadosa desta pesquisa. Suas críticas construtivas, provocações e sugestões iluminaram pontos cegos e enriqueceram imensamente o resultado final. Sinto-me profundamente honrada por contar com as contribuições de pesquisadores que tanto admiro.

Aos pesquisadores e autores cujos trabalhos fundamentaram esta pesquisa. Agradeço por terem dedicado suas carreiras à produção de conhecimento rigoroso e inovador. Esta revisão bibliográfica é um testemunho do valor inestimável de suas contribuições científicas. Sem os alicerces que vocês construíram, não teria sido possível tecer as reflexões e análises que compõem esta dissertação.

Aos colegas de turma, integrantes do Grupo Gênero, Políticas, Álcool e Drogas (GePAD), e aos amigos construídos ao longo do mestrado. O compartilhamento das angústias, as trocas de ideias nos corredores e o apoio mútuo tornaram o peso das exigências acadêmicas muito mais leve.

À minha família, meu alicerce. Aos meus pais Claudemira Novais Campos e José Carlos Santos Campos, por terem plantado em mim a semente do conhecimento e por nunca medirem esforços para que eu pudesse voar. Aos meus irmãos, Poliana Novais Campos e Carlos Alexandre Novais Campos e todos os familiares, pelo amor incondicional, pela torcida

constante e por compreenderem as minhas ausências nos momentos em que a pesquisa exigiu exclusividade.

A todos os professores, funcionários e pessoas que cruzaram o meu caminho durante este mestrado e que, com uma palavra de incentivo ou um gesto de gentileza, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Por fim, à minha profissão e área de estudo, que continuam me desafiando e inspirando a buscar respostas que possam, de alguma forma, contribuir para a sociedade.

“Há quem busque o saber para vendê-lo por dinheiro ou honrarias: é indigno tráfico.
Há quem busque o saber para edificar, é amor.
E há quem busque o saber para edificar-se, e isto é prudência.”

— Bernardo Charaval

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a produção científica brasileira aborda as memórias e as representações sociais de pessoas em situação de rua acerca do uso de drogas. O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura que resultou na seleção de 41 produções acadêmicas, incluindo artigos, dissertações e teses, selecionadas com base em critérios previamente definidos de inclusão e pertinência temática. Os resultados evidenciam que o fenômeno do uso de substâncias psicoativas na situação de rua é compreendido na literatura como um processo complexo, atravessado por determinantes sociais como pobreza, violência, racismo, rupturas de vínculos familiares e precarização das condições de vida. Ao mesmo tempo, os estudos também destacam dimensões de resistência, sobrevivência e construção de sentidos sobre a própria existência, indicando que o uso de drogas não pode ser reduzido a explicações moralizantes ou exclusivamente biomédicas. No que se refere às representações sociais, observa-se uma forte ambivalência: as drogas são descritas simultaneamente como fator de sofrimento e exclusão, mas também como estratégia de enfrentamento das adversidades cotidianas. Essas representações são influenciadas por discursos midiáticos, institucionais e sociais que frequentemente associam a população em situação de rua à criminalidade, à desordem e à incapacidade moral, contribuindo para a produção e reprodução do estigma. Em relação às respostas institucionais, os estudos analisados indicam a predominância histórica de políticas proibicionistas, repressivas e medicalizantes, marcadas por práticas de internação, controle e exclusão social. Ainda assim, também são identificadas experiências baseadas no cuidado em liberdade, na redução de danos e na construção de vínculos, especialmente por meio de estratégias como o Consultório na Rua, que apontam para possibilidades de reconfiguração do cuidado em direção a uma perspectiva mais humanizada e territorializada. Do ponto de vista teórico, o estudo evidencia a relevância da Teoria das Representações Sociais e das contribuições da memória coletiva para compreender como sujeitos e instituições constroem sentidos sobre o uso de drogas e a vida nas ruas. Ainda que nem todos os trabalhos analisados mobilizem explicitamente o conceito de memória, os resultados permitem identificar a presença de experiências acumuladas de violência, acolhimento e exclusão que influenciam percepções, práticas e formas de relação com o Estado e com os serviços públicos. Conclui-se que as memórias e representações sociais relacionadas ao uso de drogas na situação de rua são produzidas em diferentes níveis da vida social e desempenham papel central na forma como esses sujeitos são reconhecidos ou estigmatizados. Superar abordagens simplificadoras exige o fortalecimento de políticas públicas baseadas em direitos humanos, cuidado integral e reconhecimento da dignidade das pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Representações sociais; Memória; Uso de drogas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how Brazilian scientific production addresses the memories and social representations of people experiencing homelessness regarding drug use. The study was developed through a literature review that resulted in the selection of 41 academic publications, including articles, dissertations, and theses, chosen based on previously established criteria of inclusion and thematic relevance. The findings reveal that the phenomenon of psychoactive substance use among homeless populations is understood in the literature as a complex process shaped by social determinants such as poverty, violence, racism, family breakdown, and the precariousness of living conditions. At the same time, the studies highlight dimensions of resistance, survival, and meaning-making regarding one's own existence, indicating that drug use cannot be reduced to moralistic or exclusively biomedical explanations. Regarding social representations, a strong ambivalence was observed: drugs are described simultaneously as a source of suffering and exclusion, but also as a coping strategy for dealing with everyday adversities. These representations are influenced by media, institutional, and social discourses that frequently associate homeless populations with criminality, disorder, and moral incapacity, thereby contributing to the production and reproduction of stigma. Concerning institutional responses, the analyzed studies indicate the historical predominance of prohibitionist, repressive, and medicalizing policies, characterized by practices of institutionalization, control, and social exclusion. Nevertheless, experiences based on community care, harm reduction, and the establishment of supportive bonds were also identified, particularly through initiatives such as Consultório na Rua (Street Outreach Clinics), which point to possibilities for reconfiguring care toward a more humanized and territorially oriented approach. From a theoretical perspective, the study highlights the relevance of Social Representations Theory and the contributions of collective memory in understanding how individuals and institutions construct meanings about drug use and life on the streets. Although not all of the analyzed studies explicitly mobilize the concept of memory, the findings reveal the presence of accumulated experiences of violence, support, and exclusion that influence perceptions, practices, and forms of interaction with the State and public services. It is concluded that memories and social representations related to drug use among people experiencing homelessness are produced at different levels of social life and play a central role in how these individuals are recognized or stigmatized. Overcoming reductionist approaches requires strengthening public policies grounded in human rights, comprehensive care, and recognition of the dignity of people experiencing homelessness.

Keywords: People experiencing homelessness; Social representations; Memory; Drug use.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Categoria 1: A experiência vivida - significados e paradoxos do uso de drogas nas ruas. 75
Figura 2 - Categoria 2: O olhar público - mídia, estigma e representações sociais. 75
Figura 3 - Categoria 3: O Contexto Político e Institucional: A Memória do Estado e a Representação do Cuidado 77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos incluídos na UT1: Representações sociais sobre drogas e situação de rua. 74

Quadro 2 - Trabalhos incluídos na UT2: O olhar público - mídia, estigma e representações sociais. 75

Quadro 3 - Trabalhos agrupados na UT3: O Contexto Político e Institucional: a Memória do Estado e a Representação do Cuidado. 77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AND	Operador lógico E usado para combinar termos de pesquisa
Apud	Expressão em latim que significa “citado por”
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CnaR	Consultório na Rua
et al.	Expressão em latim *et alii* que significa “e outros”
etc.	et cetera
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
nº	Número
OMS	Organização Mundial da Saúde
p.	Página
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PSR	Pessoas em Situação de Rua
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RS	Representações Sociais
SPA	Substâncias Psicoativas
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UT	Unidade Temática

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA COLETIVA 22
2.1 Teoria das representações sociais: conceitos e abordagens 25
2.2 A memória como construção social: contribuições de Maurice Halbwachs 27
2.3 Aproximações entre a teoria das representações sociais e a memória coletiva 32
2.4 A memória de grupos marginalizados: resistências e contramemórias 36

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O USO DE DROGAS 44
3.1 Determinantes sociais do uso de drogas na rua 49
3.2 Sofrimento, vulnerabilidade e estigma: a complexa relação entre situação de rua, substâncias psicoativas e crack 55
3.3 Representações sociais, reconhecimento e políticas públicas para a população em situação de rua 63

4 O CAMINHAR METODOLÓGICO DA PESQUISA 70

5 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O USO DE DROGAS E A SITUAÇÃO DE RUA 79
5.1 A experiência vivida: significados e paradoxos do uso de drogas nas ruas 79
5.2 O olhar público: mídia, estigma e representações sociais 88
5.3 O contexto político e institucional: a memória do Estado e a representação do cuidado 93
5.4 Entre a experiência, o olhar social e a atuação do Estado 101

6 CONCLUSÃO 104

REFERÊNCIAS 109

FONTES 117

1 INTRODUÇÃO

A motivação pessoal que impulsionou esta pesquisa tem origem na minha vivência como voluntária em um grupo que realiza ações sociais voltadas à entrega de alimentos para pessoas em situação de rua. Essa atuação, para além de uma prática assistencial, proporcionou uma aproximação com uma realidade marcada por abandono, exclusão e vulnerabilidade extrema. No contato direto com essas pessoas, pude observar, de forma recorrente, a presença significativa de indivíduos que fazem uso de substâncias psicoativas, o que despertou meu interesse em compreender melhor as relações entre o uso dessas substâncias e a condição de viver nas ruas.

Como advogada, essa experiência também despertou reflexões críticas sobre o modo como o sistema jurídico e as estruturas institucionais têm historicamente tratado essa população, muitas vezes reforçando estigmas, criminalizações e práticas excludentes, em vez de promover proteção e inclusão social. Nesse contato, percebi que as pessoas em situação de rua são, em grande parte, invisibilizadas pelo Estado e pela sociedade e, não raramente, reduzidas a estereótipos pejorativos que dificultam o reconhecimento de sua dignidade e complexidade enquanto sujeitos de direitos. Foi a partir dessa inquietação, construída entre a experiência pessoal e o olhar profissional, que surgiu o interesse em investigar como esses sujeitos e suas relações com as drogas têm sido compreendidos no campo científico.

A condição de viver nas ruas não constitui um fenômeno recente na sociedade brasileira. Conforme destaca Fraga Filho (1996), já no período posterior à abolição da escravidão era possível observar a presença de indivíduos pobres, desempregados, mendigos e considerados "vadios" ocupando os espaços urbanos das cidades. Nesse contexto, a pobreza passou a ser frequentemente associada à desordem, à criminalidade e à ameaça à ordem pública, consolidando formas históricas de estigmatização direcionadas às populações socialmente vulnerabilizadas. Ao longo do século XX, essa lógica foi reforçada por práticas higienistas e por políticas voltadas mais para o controle e o afastamento da pobreza dos espaços públicos do que para o enfrentamento de suas causas estruturais (Escorel, 1999; Frangella, 2009).

Paralelamente, determinadas práticas relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas também passaram a ser alvo de mecanismos de controle social e jurídico. Conforme discute Roorda (2017), comportamentos como a embriaguez, a mendicância e a vadiagem foram progressivamente associados à ameaça à ordem pública, incidindo principalmente sobre populações pobres e negras. Ao aproximarmos essas discussões, percebe-se que a criminalização da pobreza e a repressão ao uso de determinadas substâncias não se

desenvolveram de maneira isolada. Ao contrário, foram historicamente articuladas e contribuíram para a construção de representações sociais que associam a população em situação de rua ao perigo, à marginalidade e ao uso de drogas. Entendemos que a permanência desses sentidos no imaginário social contemporâneo constitui um aspecto importante para esta investigação, na medida em que pode influenciar tanto a formulação de políticas públicas quanto as formas pelas quais a sociedade se relaciona com essa população.

Nesse cenário, a temática do uso de drogas ocupa lugar relevante na compreensão dos processos de exclusão e marginalização que atingem a população em situação de rua. O consumo de substâncias psicoativas acompanha a história da humanidade e assumiu diferentes funções ao longo do tempo, estando associado a práticas religiosas, terapêuticas, recreativas e à busca por prazer (Melo; Maciel, 2016). Com a ampliação desse consumo e a crescente intervenção estatal por meio de mecanismos de controle e regulamentação, passaram a emergir impactos que atravessam diferentes dimensões da vida social, incluindo aspectos jurídicos, sanitários e sociais, especialmente entre grupos expostos a condições mais intensas de vulnerabilidade, como as pessoas em situação de rua (Castro Neto; Couto Filho, 2023).

Dados divulgados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) indicam que aproximadamente 284 milhões de pessoas fizeram uso de drogas em 2020, número que representa um crescimento de 26% em comparação com a década anterior (UNODC, 2020). No Brasil, o fenômeno também apresenta proporções significativas. Estima-se que cerca de 3,53 milhões de pessoas já tenham utilizado alguma substância ilícita no país (Bastos et al., 2017). Além disso, registros do Sistema Único de Saúde apontam que, em 2021, foram realizados mais de 400 mil atendimentos relacionados a transtornos mentais e comportamentais associados ao consumo de álcool e outras drogas, representando aumento de 12,4% em relação ao ano anterior (Brasil, 2022).

Diante desse contexto, o uso de álcool e outras drogas configura uma importante questão social e de saúde pública. Seus efeitos tendem a assumir contornos particulares entre grupos socialmente vulnerabilizados, como a população em situação de rua. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, trata-se de um grupo heterogêneo marcado por condições de extrema pobreza, fragilidade ou rompimento dos vínculos familiares e ausência de moradia convencional regular (Brasil, 2009). Nesse grupo, a problemática das drogas se entrelaça a trajetórias historicamente marcadas pela exclusão social, pela precarização das condições de vida e pela insuficiência das ações estatais voltadas à garantia de direitos (Brito; Silva, 2022).

A realidade vivenciada por essas pessoas está inserida em uma sociedade atravessada por profundas desigualdades, na qual a lógica de um capitalismo excludente contribui para a produção e reprodução de estigmas. Frequentemente, indivíduos em situação de rua são associados a características pejorativas, sendo vistos como perigosos, desocupados ou negligentes com a própria higiene. Essas representações reforçam processos de discriminação e acabam legitimando diferentes formas de violência e exclusão social (Mendes; Ronzani; Paiva, 2019). Quando observadas em diálogo com o percurso histórico anteriormente apresentado, tais classificações mostram que determinados sentidos atribuídos à pobreza e à presença desses sujeitos no espaço público não desaparecem simplesmente com o passar do tempo, mas podem ser atualizados em novos contextos sociais e institucionais.

Conforme observam Marques et al. (2022), o consumo de drogas ilícitas entre pessoas em situação de rua pode assumir múltiplos sentidos. Em determinados casos, aparece como um dos fatores relacionados ao ingresso na vida nas ruas; em outros, surge como consequência das condições adversas enfrentadas ou como estratégia para lidar com o sofrimento, a insegurança e a desesperança presentes no cotidiano. É importante destacar, contudo, que o uso de drogas não constitui uma prática exclusiva dessa população, estando presente em diferentes grupos e classes sociais. O que varia são as formas de julgamento e controle social associadas ao consumo. Mendes, Ronzani e Paiva (2019), ao discutirem essa relação, contribuem para compreender que determinados segmentos da sociedade dispõem de maior legitimidade social para consumir determinadas substâncias, enquanto outros são mais intensamente submetidos à vigilância, à estigmatização e à punição.

A leitura articulada desses estudos permite compreender que a relação entre drogas e situação de rua não pode ser reduzida a uma relação linear de causa e efeito. Por esse motivo, buscamos, por meio deste trabalho, dar visibilidade aos diferentes sentidos construídos acerca do uso de substâncias nesse contexto, reconhecendo que tais experiências podem envolver sofrimento, resistência, fuga, alívio, dor e estratégias de sobrevivência. Trata-se, portanto, de uma investigação que emerge tanto de uma inquietação pessoal quanto de um compromisso profissional e científico com a compreensão de sujeitos historicamente marcados por processos de exclusão, sem perder de vista sua condição de sujeitos de direitos.

É nesse ponto que a Memória Social e as Representações Sociais (RS) assumem relevância para esta pesquisa. As representações sociais constituem formas de conhecimento socialmente produzidas e compartilhadas, por meio das quais sujeitos e grupos interpretam a realidade e orientam suas relações e práticas (Jodelet, 2001). No contexto investigado, esse referencial possibilita problematizar tanto os sentidos construídos pelas próprias pessoas em

situação de rua acerca das drogas e de suas experiências quanto aqueles produzidos socialmente sobre esses sujeitos. Estudos como os de Von Flach (2019) e Marques et al. (2022), por exemplo, evidenciam como estigma, discriminação e exclusão atravessam essas experiências e influenciam as relações estabelecidas no cotidiano.

Em diálogo com essa perspectiva, as contribuições de Maurice Halbwachs (2006) permitem compreender que a memória não se constitui de maneira isolada, mas se relaciona aos grupos, aos vínculos e aos quadros sociais a partir dos quais os sujeitos lembram e atribuem significado às experiências vividas. Para esta investigação, essa aproximação mostra-se particularmente importante porque possibilita observar como experiências de exclusão, violência, pertencimento, cuidado e resistência podem ser retomadas e ressignificadas socialmente, participando da construção de sentidos sobre a vida nas ruas e sobre o uso de drogas. Os fundamentos e as aproximações entre a Teoria das Representações Sociais e a memória coletiva são desenvolvidos de maneira mais aprofundada na segunda seção deste trabalho.

Reconhecendo a relevância social e acadêmica da temática, torna-se igualmente importante compreender como esse fenômeno tem sido abordado pela produção científica nacional. O levantamento e a sistematização dos estudos já realizados permitem identificar os principais enfoques adotados, os conceitos mobilizados, as aproximações existentes entre diferentes campos do conhecimento e as lacunas que ainda permanecem na compreensão das memórias e representações sociais relativas ao uso de drogas por pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, a realização de uma revisão da literatura mostra-se necessária para compreender como a produção científica nacional tem abordado essas questões. Esse tipo de estudo permite reunir, sistematizar e analisar criticamente os conhecimentos já produzidos, contribuindo para identificar tendências e aspectos ainda pouco explorados. Conforme destacam Galvão e Ricarte (2019), as revisões de literatura são importantes para a sistematização do conhecimento disponível e para a orientação de novas pesquisas.

Assim, pretendemos contribuir para a produção de um conhecimento que, além de acadêmico, seja socialmente relevante e capaz de provocar reflexões sobre as responsabilidades coletivas em relação a essa população e sobre a necessidade de políticas públicas orientadas pela garantia de direitos. Considerando a importância de uma abordagem integrada da temática, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: **Como a produção científica nacional tem abordado as memórias e representações sociais relativas ao uso de drogas por pessoas em situação de rua?**

Responder a essa questão exige considerar que a relação entre a vivência em situação de rua e o uso de drogas se manifesta em múltiplas dimensões sociais, psicológicas e culturais (Mendes; Ronzani; Paiva, 2019). Nesse contexto, memória e representações sociais oferecem possibilidades de leitura que permitem compreender a produção e a circulação dos sentidos associados às drogas, aos sujeitos e às experiências vividas nas ruas (Oliveira; Bertoni, 2019). A produção científica sobre essa temática possibilita observar tanto as formas pelas quais a população em situação de rua tem sido representada socialmente quanto os significados atribuídos ao uso de drogas, às experiências rememoradas e aos processos de exclusão, estigmatização e resistência que atravessam essas trajetórias (Campos, 2020). Mais do que reunir essas diferentes perspectivas, interessa-nos compreender de que maneira elas se aproximam, se contrapõem e contribuem para a construção de determinados modos de reconhecer esses sujeitos.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar como a produção científica brasileira tem abordado as memórias e representações sociais de pessoas em situação de rua acerca do uso de drogas. Como objetivos específicos, busca-se: identificar como as pesquisas analisadas descrevem a implicação das memórias e representações sociais sobre as drogas nas relações das pessoas em situação de rua com essas substâncias; compreender os sentidos atribuídos ao uso de substâncias psicoativas no contexto da vida nas ruas; e analisar como diferentes produções científicas descrevem as dinâmicas sociais, institucionais e simbólicas relacionadas a esse fenômeno.

Partimos do pressuposto de que as pessoas em situação de rua constroem representações sociais acerca do uso de drogas que extrapolam concepções moralistas ou meramente patologizantes. Para esses indivíduos, o uso de substâncias psicoativas pode ser compreendido como uma estratégia subjetiva de enfrentamento, uma tentativa de atenuar o sofrimento físico e emocional, bem como uma forma de escape de uma realidade marcada por múltiplas privações, como a falta de moradia, a violência cotidiana, a exclusão social e o rompimento de vínculos afetivos (Brito; Antunes, 2024). Nessa perspectiva, o uso de drogas assume um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que pode representar um alívio momentâneo diante da realidade vivida, também pode acentuar situações de vulnerabilidade e aprofundar processos de marginalização (Quintão, 2017).

Entendemos, portanto, que o consumo de substâncias entre pessoas em situação de rua está atravessado por aspectos sociais, econômicos, culturais e subjetivos que precisam ser considerados para além de uma abordagem punitiva ou individualizante. Torna-se fundamental compreender os sentidos atribuídos ao uso de drogas pelos próprios sujeitos, bem como as

memórias, experiências e narrativas que permeiam suas trajetórias de vida. Ao reunir e analisar a produção científica nacional sobre o tema, buscamos ampliar a compreensão dessas vivências e das múltiplas formas pelas quais elas têm sido interpretadas no campo acadêmico.

Para verificar inicialmente como a temática vinha sendo abordada na produção científica e avaliar a pertinência da realização de uma revisão de literatura com o recorte proposto, realizamos um levantamento exploratório preliminar no Google Acadêmico, direcionado a trabalhos de revisão bibliográfica. Essa busca resultou em 227 produções, das quais oito foram selecionadas após a aplicação dos critérios definidos. Essa etapa teve caráter exploratório e permitiu identificarmos que a articulação entre memória, representações sociais, uso de drogas e situação de rua ainda se apresentava de forma limitada na literatura analisada, reforçando a pertinência desta investigação.

Posteriormente, realizamos duas buscas principais para a constituição do *corpus* da pesquisa. A primeira, em junho de 2025, resultou em 2.120 registros, dos quais 13 trabalhos foram selecionados. Na segunda, realizada em novembro do mesmo ano, ampliamos a busca para produções que também contemplassem dimensões históricas, sociais e institucionais do fenômeno, resultando em 2.650 registros e 28 trabalhos selecionados. Ao final das duas etapas principais, o *corpus* da pesquisa foi constituído por 41 produções acadêmicas, entre artigos, dissertações e teses, publicadas entre 2015 e 2025. Os descritores, os critérios de inclusão e exclusão e os demais procedimentos utilizados no processo de seleção são apresentados detalhadamente na seção metodológica.

O percurso de levantamento exploratório preliminar também evidenciou a diversidade de abordagens existentes sobre a temática. Oliveira et al. (2025), por exemplo, analisam os impactos da dependência química na saúde bucal e na articulação temporomandibular (ATM) de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica extrema. Em outra direção, mas ainda no campo do cuidado, Fraga et al. (2025) discutem o acesso dessa população aos serviços de saúde mental na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), enquanto Souza (2020) e Souza et al. (2023) analisam aspectos relacionados à saúde mental e ao uso de álcool e outras drogas entre pessoas em situação de rua. Embora abordem dimensões distintas do fenômeno, esses estudos convergem ao revelar a complexidade das necessidades de saúde dessa população e os obstáculos existentes para a construção de respostas assistenciais capazes de contemplá-las de forma integral.

Essa discussão se amplia quando colocada em diálogo com estudos direcionados às práticas profissionais e aos sentidos socialmente construídos sobre as drogas e a rua. Ramos et al. (2020), ao investigarem o papel do profissional de Psicologia nos Centros de Atenção

Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), aproximam-se do debate sobre as formas de cuidado oferecidas aos usuários, enquanto Morais e Silva (2020) problematizam a naturalização da associação entre *crack* e rua e suas implicações políticas. Mendes et al. (2019), por sua vez, discutem vulnerabilidades e drogas na população em situação de rua, e Borges e Schneider (2021) exploram as relações entre vulnerabilidade, família e uso de drogas. Lidos em conjunto, esses trabalhos mostram que as experiências com as substâncias são produzidas em contextos sociais diversos e podem assumir sentidos que oscilam entre sofrimento, destruição, alívio, pertencimento e sobrevivência. Para esta pesquisa, essa diversidade é relevante justamente porque impede que o fenômeno seja interpretado a partir de explicações únicas e reforça a necessidade de considerar as diferentes dimensões que atravessam a experiência da situação de rua.

Quanto à organização da dissertação, nesta primeira seção apresentamos o problema investigado, sua contextualização, a questão norteadora, os objetivos e uma síntese do percurso que conduziu à constituição da pesquisa. Na segunda seção reunimos os principais conceitos que orientam o estudo, inicialmente por meio da Teoria das Representações Sociais e, posteriormente, das contribuições da memória coletiva, buscando discutir as aproximações entre esses dois campos para a análise das relações entre uso de drogas e situação de rua.

Na terceira seção, discutimos o fenômeno do uso de drogas entre pessoas em situação de rua, considerando seus determinantes sociais, as condições de sofrimento e vulnerabilidade, os processos de estigmatização e as políticas públicas direcionadas a essa população. Também abordamos as estratégias de cuidado e os marcos relacionados aos direitos das pessoas em situação de rua.

Na quarta seção apresentamos o caminho metodológico adotado para a realização do estudo, explicitando a abordagem qualitativa e o caráter bibliográfico da pesquisa, os critérios utilizados na seleção das produções, os descritores empregados, o recorte temporal, os critérios de inclusão e exclusão e o processo de organização do *corpus*. Nessa seção também apresentamos as categorias temáticas construídas para orientar a análise da produção científica selecionada.

Na quinta seção nos dedicamos à análise e discussão das 41 produções que compõem o *corpus*, organizadas a partir das unidades temáticas construídas no percurso metodológico. Nela, os achados são discutidos em diálogo com os referenciais da memória e das representações sociais, buscando compreender as experiências relacionadas ao uso de drogas, a produção social do estigma e as respostas políticas e institucionais direcionadas à população

em situação de rua. Por fim, na sexta seção apresentamos as conclusões da pesquisa, retomando os principais resultados e suas implicações para a compreensão do objeto investigado.

Com esta investigação, esperamos contribuir para o campo acadêmico e para futuras pesquisas que abordem a temática das drogas a partir das experiências de sujeitos historicamente invisibilizados. Ao mesmo tempo, consideramos que compreender como determinadas representações são construídas, compartilhadas e mantidas ao longo do tempo pode contribuir para problematizar formas naturalizadas de perceber a população em situação de rua e fortalecer reflexões e práticas comprometidas com a promoção de direitos, o reconhecimento da dignidade e a inclusão social dessa população.

2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA COLETIVA

Nesta seção, apresentamos o referencial teórico que sustenta e orienta as análises propostas ao longo deste trabalho, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais relacionados às representações sociais e à memória coletiva. O estudo dessas categorias é essencial para a interpretação das percepções, vivências e construções simbólicas das pessoas em situação de rua, sobretudo no que diz respeito ao uso de drogas, enquanto prática socialmente construída e carregada de sentidos.

A seção teórica está estruturada a partir de três eixos conceituais fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesta seção, abordamos os conceitos de **representações sociais**, explorando suas origens e principais contribuições teóricas, com destaque para autores que consolidaram essa abordagem no campo da Psicologia Social. Em seguida, discutimos os conceitos de **memória social e memória coletiva**, analisando as dimensões simbólicas da memória e seu papel na construção das identidades individuais e coletivas. Por fim, apresentamos a inter-relação entre representações sociais e memória, buscando compreender como esses dois campos se articulam.

O termo "representação" ganhou relevância no campo da Sociologia a partir dos estudos de Émile Durkheim (1858-1917), considerado um dos fundadores das ciências sociais modernas. Durkheim ([1895] 2007) teve papel fundamental na consolidação da sociologia como uma disciplina autônoma, dotada de rigor metodológico e estatuto científico. Para o autor, os fenômenos sociais devem ser tratados como "fatos sociais", ou seja, como manifestações coletivas, externas ao indivíduo, que exercem sobre ele um poder coercitivo.

Nesse sentido, podemos trazer a definição clássica de Durkheim ([1895] 2007): qualquer forma de agir, estabelecida ou não, que tem a capacidade de impor uma força externa sobre as pessoas; ou, alternativamente, toda forma de agir que se manifesta de modo generalizado em uma determinada sociedade, possuindo, simultaneamente, uma realidade autônoma que não depende de como cada indivíduo a expressa.

Essa concepção durkheimiana permitiu um avanço significativo na compreensão das representações como construções sociais que transcendem o nível individual e se constituem como produtos da coletividade. Para Durkheim ([1895] 2007), as representações coletivas são modos de pensar, sentir e agir que não pertencem ao indivíduo isoladamente, mas à sociedade como um todo. Elas são formadas historicamente e exercem uma função estruturante nas formas como os sujeitos se relacionam com o mundo, influenciando suas condutas, valores e percepções.

Com base nessa compreensão, desenvolvimentos teóricos posteriores ampliaram e aprofundaram o debate sobre o papel das representações na vida social. Um dos principais expoentes dessa linha de pensamento foi Serge Moscovici (1925-2014), que, a partir da tradição sociológica e psicológica, formulou a Teoria das Representações Sociais. Em conformidade com isso, Moscovici (2007) ampliou o escopo das representações coletivas ao investigar como os grupos sociais constroem, compartilham e ressignificam saberes, crenças, valores e práticas cotidianas por meio de processos de comunicação e cognição social.

Dessa forma, observamos uma conexão entre o conceito de "fato social", proposto por Durkheim ([1895] 2007), e a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2007), uma vez que ambos os autores reconhecem o papel estruturante do coletivo sobre o indivíduo. Moscovici (2007), no entanto, introduz uma dimensão mais dinâmica, enfatizando como as representações são formadas em contextos de interação social, e como influenciam e são influenciadas pelas transformações culturais, históricas e políticas.

A transição do conceito de representação coletiva de Durkheim para o de Representação Social de Moscovici representa mais do que uma simples troca de termos; é uma profunda ruptura epistemológica que adapta o pensamento sociológico clássico às realidades das sociedades modernas, caracterizadas pela pluralidade e pelo dinamismo (Jodelet, 2001).

O ponto central da ruptura reside na passagem para uma visão pluralista da sociedade. Para Durkheim (2000), as representações coletivas eram fenômenos de longa duração, quase imutáveis, que expressavam a consciência de toda a sociedade. Moscovici (2003), por outro lado, volta seu olhar para a efervescência das sociedades contemporâneas, onde diferentes grupos coexistem e produzem seus próprios saberes.

Como aponta Duveen (2007, p. 15) em sua análise introdutória à obra do autor, Moscovici busca "explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas". A substituição do termo "coletivas" por "sociais" é, portanto, intencional e marca essa diferença crucial. "A pedra de toque do argumento foi, de um lado, o estabelecimento das fraturas existentes nas 'forças coletivas' e, de outro, a maneira pela qual essas fraturas impactam diversamente o cotidiano de grupos e indivíduos" (Oliveira, 2004, p. 183).

A leitura de Duveen (2007) reforça e amplia essa compreensão ao destacar que os conhecimentos construídos e compartilhados no cotidiano orientam a maneira como os indivíduos interpretam a realidade e organizam suas práticas. Essa interpretação converge com Almeida e Santos (2011 apud Bertoni; Galinkin, 2017), para quem a contribuição de Moscovici reside justamente em situar a produção do conhecimento cotidiano na interseção entre indivíduo e sociedade. No âmbito desta pesquisa, essa aproximação é particularmente importante, pois

permite compreender que as imagens construídas sobre as pessoas em situação de rua não resultam apenas de julgamentos individuais: são produzidas, compartilhadas e atualizadas nas relações sociais.

Nesse sentido, a contribuição teórica de Moscovici (2007) mostra-se especialmente pertinente para o estudo de grupos socialmente marginalizados, como as pessoas em situação de rua, porque permite compreender como significados compartilhados são construídos e circulam em contextos marcados por desigualdade e exclusão. A Teoria das Representações Sociais possibilita analisar, de um lado, as concepções elaboradas pela sociedade sobre esses sujeitos, frequentemente associadas a estigmas, preconceitos e processos de desumanização e, de outro, os sentidos que eles próprios atribuem às suas experiências, às relações sociais e ao uso de drogas.

Conforme elucidado por Serge Moscovici (2007, p. 21), as representações sociais podem ser definidas como:

> Um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilite às pessoas orientarem-se em seu mundo material e social e o controlarem; e, em segundo lugar, permitir a comunicação entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, de forma inequívoca, os diversos aspectos do seu mundo e da sua história individual e social.

As representações sociais, conforme apresentadas por Moscovici (2007), são, essencialmente, um resultado direto da interação e da comunicação contínua entre os indivíduos. Como afirma o autor supracitado, “as representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social” (Moscovici, 2007, p. 21). Desse modo, a maneira como compreendemos e damos sentido ao mundo está em constante construção.

Moscovici (2007) enfatiza ainda que as representações sociais não são meras imagens estáticas da realidade, mas sim formas ativas de construção do conhecimento social, como formas dinâmicas e compartilhadas de pensar, que envolvem processos de categorização, ancoragem e objetivação. Por meio desses processos, os indivíduos transformam conceitos abstratos em imagens concretas, relacionando novos saberes com estruturas cognitivas preexistentes. Assim, as representações sociais cumprem um papel decisivo nas relações entre os indivíduos e o contexto social em que estão inseridos.

Complementando essa abordagem, Jodelet (2001), uma das principais discípulas de Moscovici, afirma que o ato de representar envolve um processo dinâmico e contínuo, por meio do qual o indivíduo constrói, reelabora e negocia mentalmente suas percepções sobre determinado objeto. Segundo a autora, “as representações sempre se desenvolvem a partir de um sujeito em relação com um objeto, e são marcadas por dimensões como criatividade, imaginação, autonomia e, sobretudo, um forte componente social” (Jodelet, 2001, p. 11).

Evidenciamos, assim, que a compreensão desses conceitos é essencial para analisar como os significados coletivos são formados e transmitidos dentro de uma sociedade, além de sua importância na interpretação dos fenômenos históricos, culturais e cotidianos.

2.1 Teoria das representações sociais: conceitos e abordagens

As representações sociais desempenham um papel fundamental na compreensão de como os indivíduos constroem, compartilham e ressignificam a realidade ao seu redor. Para Rocha (2014), essa teoria apresenta-se como uma das alternativas para tentar explicar e entender o psiquismo humano no enfrentamento da problemática que envolve as dicotomias sujeito/objeto e indivíduo/sociedade. Serge Moscovici, o principal formulador da teoria, destaca que a Psicologia Social se diferencia de outras disciplinas ao se dedicar ao estudo da maneira pela qual os indivíduos compartilham o conhecimento e, assim, constroem uma realidade comum. Como afirma Moscovici (1990, p. 164):

> [...] há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como e, por que, as pessoas partilham o conhecimento e, desse modo, constituem sua realidade comum, de como transformam ideias em prática – numa palavra, o poder das ideias – é o problema específico da psicologia social.

O conceito de representações sociais foi introduzido por Moscovici em 1961, em sua obra ***La psychanalyse, son image et son public***, como uma tentativa de explicar como o conhecimento científico é apropriado pelo senso comum. Em suas palavras:

> As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, de um gesto ou de uma reunião em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. (Moscovici, 2003, p. 10).

Esse trecho evidencia que as representações sociais não se restringem ao plano abstrato ou subjetivo, mas se manifestam concretamente nas práticas sociais, nos discursos, nos

símbolos e nas estruturas culturais. Para Jodelet (2001), as representações sociais constituem fenômenos cognitivos que envolvem dimensões afetivas, normativas e sociais, sendo formadas a partir da interiorização de experiências e da transmissão de modelos culturais por meio da comunicação:

> As representações sociais envolvem a pertença social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de conduta e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social. (Jodelet, 2001, p. 22).

Nesse sentido, as representações não se configuram apenas como reflexos da realidade objetiva, mas como construções dinâmicas de sentido que conectam o sujeito ao coletivo, orientam as interações sociais e moldam a percepção do mundo.

Segundo Moscovici (2007), o objetivo central das representações sociais é tornar o estranho em familiar, permitindo a integração de elementos novos ao universo de sentido já existente dos sujeitos. Isso ocorre por meio dos mecanismos de ancoragem e objetivação. A ancoragem consiste na classificação e nomeação do desconhecido a partir de categorias já conhecidas, possibilitando que ideias ou objetos novos sejam interpretados com base em esquemas familiares do senso comum. Dessa forma, as representações adquirem significado dentro de um sistema cultural preexistente, embora possam também contribuir para a reprodução de estereótipos e preconceitos.

Já a objetivação corresponde à transformação de conceitos abstratos em imagens concretas e acessíveis ao cotidiano. Por meio desse mecanismo, noções complexas passam a ser percebidas como realidades objetivas e naturalizadas, tornando-se mais facilmente compartilhadas pelos grupos sociais. Em conjunto, ancoragem e objetivação são fundamentais para a consolidação das representações sociais, pois favorecem sua circulação, legitimação e compartilhamento no interior da vida social.

Os mecanismos descritos por Moscovici encontram continuidade na compreensão de Jodelet (1989) acerca da natureza prática das representações sociais. Se a ancoragem e a objetivação explicam como o desconhecido é incorporado a referências já disponíveis e transformado em imagens compartilháveis, Jodelet chama atenção para o fato de que esse conhecimento não permanece apenas no plano simbólico, mas orienta ações e relações concretas. Para a autora: “A representação é uma ‘forma de conhecimento prático’ conectando um sujeito a um objeto [...]. Esse conhecimento é empregado para agir no mundo e sobre os outros.” (Jodelet, 1989, p. 43-44).

Nesse contexto, a linguagem e a comunicação desempenham papel central. Moscovici (2007) salienta que toda representação envolve três dimensões inseparáveis: a comunicação, a interpretação da realidade e o controle simbólico sobre o mundo. Dentre essas, destaca o autor, a comunicação é a mais relevante, pois é por meio dela que os conteúdos representacionais circulam, se modificam e são incorporados por indivíduos e grupos sociais.

Além disso, Moscovici (2007) aponta duas funções essenciais das representações sociais: a convencional e a prescritiva. A função convencional refere-se à necessidade de classificar objetos, eventos e pessoas conforme categorias partilhadas socialmente, permitindo sua identificação e compreensão. Já a função prescritiva diz respeito ao modo como as representações moldam comportamentos e atitudes, exercendo um papel normativo e muitas vezes impositivo sobre os sujeitos.

A nosso ver, essa dimensão prática é especialmente importante para o problema investigado nesta dissertação. Quando determinados sujeitos são reiteradamente representados como perigosos, incapazes, “drogados” ou associados à desordem, essas classificações não permanecem apenas no plano das ideias: podem orientar formas de tratamento, práticas institucionais e respostas políticas. É nesse ponto que a Teoria das Representações Sociais oferece uma chave fundamental para compreender a relação entre significados socialmente compartilhados e experiências concretas de exclusão.

2.2 A memória como construção social: contribuições de Maurice Halbwachs

Destacamos a contribuição de Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo e filósofo francês, amplamente reconhecido por seus estudos pioneiros sobre o conceito de memória coletiva. Nascido em Reims, na França, Halbwachs formou-se na conceituada École Normale Supérieure. Cordeiro (2013) analisa como Maurice Halbwachs teve como mestres figuras influentes como Henri Bergson e Émile Durkheim, sendo este último responsável por fornecer importantes fundamentos teóricos para a abordagem sociológica de Halbwachs.

Halbwachs, discípulo de Durkheim, traduz o pressuposto da determinação social do pensamento para o campo da memória, argumentando que a memória individual não existe isoladamente, mas é sempre socialmente enquadrada (Cordeiro, 2013). O ato de lembrar é, portanto, um ato social. A principal tese do autor, que se contrapõe à primazia da memória individual defendida por Henri Bergson, é expressa de forma concisa por Halbwachs (2006), ao afirmar que a memória individual constitui um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Entre suas principais obras, figuram **Os quadros sociais da memória** (2004) e **A Memória Coletiva** (2006), esta última publicada postumamente. Em ***Les Cadres Sociaux de la Mémoire*** (título original da primeira obra supracitada), o autor se dedica a formular uma teoria sociológica da memória, rompendo com perspectivas individualistas e subjetivistas e propondo um modelo que enraíza a memória nos vínculos grupais e nas estruturas coletivas. Com isso, Halbwachs inaugura uma tradição analítica que compreende a memória como um fenômeno essencialmente social.

A principal contribuição de Halbwachs (2004) para demonstrar essa influência é o conceito de quadros sociais da memória. Esses quadros são as referências espaciais, temporais e conceituais fornecidas pelos grupos sociais (família, religião, classe etc.) que permitem ao indivíduo localizar, reconhecer e dar sentido às suas lembranças. Sem esses quadros, a memória se desorganiza e se perde. A dependência da lembrança em relação ao grupo é inegável: "É em sociedade que, normalmente, o homem adquire suas lembranças, que ele se recorda delas e, como se diz, ele as reconhece e as localiza" (Halbwachs, 2004, p. 32).

A relação com Durkheim reside no fato de que esses quadros sociais operam de forma semelhante às representações coletivas no campo da memória. Conforme o sociólogo francês afirma, "o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam" (Durkheim, 2008, p. XXIII), sendo necessário considerar a natureza da sociedade, e não dos indivíduos particulares, para compreender como a sociedade representa a si mesma e o mundo.

É nesse contexto que se insere a formulação de Maurice Halbwachs (2006), ao enfatizar que a persistência da memória depende diretamente da sustentação dos grupos sociais que a produzem e a mantêm. Para o autor, quando a memória de uma sequência de acontecimentos deixa de ser apoiada por um grupo, ela tende a se dispersar e perder sua força de permanência, restando como possibilidade de conservação apenas sua fixação por meio da escrita. Conforme Halbwachs (2006, p. 101):

> Quando a memória de uma seqüência (*sic*) de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve conseqüências (*sic*), que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão – quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem.

Desse modo, as lembranças tendem a desaparecer ou se transformar. Nesse sentido, Halbwachs (2006, p. 100) demonstra que "se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto subsiste uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito ou pura e simplesmente fixá-la". Portanto, é a interação social do grupo que garante a vitalidade da memória. Halbwachs (2006, p. 101) estabelece como condição fundamental para a existência da memória que "o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo".

Os quadros sociais da memória (Halbwachs, 2004) e **A Memória Coletiva** (Halbwachs, 2006), como já referidas, exploram as interfaces entre memória individual e memória coletiva, destacando, ainda, como ambas são moldadas por fatores contextuais, como o tempo histórico e o espaço geográfico em que os sujeitos se inserem. Para Halbwachs (2006), a memória é sustentada pela dinâmica das relações sociais, sendo evocada, mantida e reconfigurada por meio da interação com o grupo social ao qual o indivíduo pertence. Com frequência, recorremos aos testemunhos de outros membros da coletividade para confirmar, complementar ou mesmo corrigir nossas lembranças, ainda que certas circunstâncias permaneçam imprecisas ou esquecidas (Halbwachs, 2006).

Antes de analisar a relação com a memória individual, é fundamental compreender o que Maurice Halbwachs (2006) define como memória coletiva. Para o autor, a memória coletiva não funciona como um simples somatório de lembranças individuais. Conforme explica Halbwachs (2006, p. 69), "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes".

A memória coletiva é sustentada por diversos grupos sociais específicos. Como menciona Halbwachs (2006, p. 107-108), esses grupos incluem "nossos pais, a escola, o ginásio, nossos amigos, os colegas de profissão, nossas relações sociais, e mais tal sociedade política, religiosa ou artística a que nos ligamos em algum momento". Esses grupos funcionam como quadros de referência que estruturam a forma como recordamos e compartilhamos nossas lembranças.

A função central da memória coletiva é garantir a continuidade das lembranças compartilhadas pelo grupo ao longo do tempo. Nesse sentido, Maurice Halbwachs afirma que só há memória quando o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, sente que suas lembranças fazem parte de um fluxo contínuo de experiências (Halbwachs, 2006, p. 101). Além disso, a memória coletiva não apenas conserva o passado, mas o reorganiza conforme as necessidades do presente, selecionando e classificando os acontecimentos de acordo com novos critérios.

É a partir dessa base compartilhada e estruturada pelos grupos sociais que Maurice Halbwachs (2006) dedica parte de seus estudos à análise da memória individual e à sua intrínseca relação com a memória coletiva, demonstrando que não se trata de duas realidades separadas, mas de dois aspectos interconectados de um mesmo fenômeno social.

Ao refletir sobre essa dinâmica, o autor afirma que a memória individual não é um fenômeno autônomo ou isolado, pois depende, em larga medida, de elementos sociais para se constituir:

> Ela [a memória] não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (Halbwachs, 2006, p. 72).

Dessa maneira, torna-se evidente que a memória individual está profundamente ancorada nos marcos sociais, sendo continuamente moldada pelas experiências coletivas e pelas referências culturais compartilhadas no grupo ao qual o sujeito pertence. Como o próprio Halbwachs (2003, p. 51) sintetiza, "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]; esse ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e esse lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios". Portanto, toda lembrança individual, para ser efetivamente mobilizada e compreendida, deve ser contextualizada dentro de uma estrutura social mais ampla. A memória individual é, assim, simultaneamente pessoal e social, à medida que o indivíduo amplia seus vínculos e interações com diferentes grupos, sua memória pessoal se torna cada vez mais impregnada de elementos coletivos.

Para esta pesquisa, essa compreensão permite evitar uma leitura das lembranças das pessoas em situação de rua como registros estritamente individuais. As experiências de violência, abandono, uso de drogas, cuidado e pertencimento são narradas a partir de referências sociais que antecedem e ultrapassam o sujeito, embora sejam reelaboradas de maneira singular em cada trajetória.

A partir dessa concepção, a memória individual pode ser concebida como um ponto de interseção entre diversas influências sociais, funcionando como uma forma particular de articulação dessas múltiplas experiências. Se por um lado a memória individual não se constitui sem a coletiva, por outro, a memória coletiva abarca e reorganiza as memórias individuais segundo lógicas próprias, que não se reduzem às experiências subjetivas. Quando lembranças de caráter individual adentram o campo da memória coletiva, elas sofrem um processo de

ressignificação, deixando de pertencer a uma consciência pessoal e passando a integrar uma rede simbólica mais ampla: “[...] são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal” (Halbwachs, 2006, p. 72).

Em síntese, a memória individual não apenas depende da coletividade para ser evocada, mas também se transforma em contato com ela. Por sua vez, a memória coletiva, embora formada por múltiplas experiências individuais, opera com relativa autonomia, produzindo sentidos que transcendem a vivência isolada do sujeito. Trata-se, portanto, de uma relação dialética e dinâmica, na qual o individual e o coletivo se entrelaçam continuamente na construção da memória social.

A construção da memória, seja ela individual ou coletiva, é, portanto, profundamente influenciada pelas dimensões temporais e espaciais. O tempo, nesse sentido, não se apresenta de forma homogênea para todos os sujeitos ou grupos; sua percepção pode variar conforme as experiências vividas, de modo que sua passagem não é, necessariamente, percebida de maneira linear ou uniforme (Halbwachs, 2006).

O espaço, por sua vez, exerce um papel determinante na organização da memória, na medida em que certos lugares se transformam em marcos simbólicos, capazes de preservar tradições, valores e identidades de determinados grupos sociais. Halbwachs (2006, p. 133) destaca essa relação ao afirmar que:

> Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável.

Assim, torna-se evidente que o espaço não é apenas um pano de fundo neutro, mas um componente ativo na constituição da memória coletiva.

A memória coletiva, conforme Halbwachs (2006), é influenciada diretamente pelo poder social do grupo que a compartilha. As lembranças são, portanto, moldadas pelas estruturas sociais, não sendo meros registros do passado, mas construções ativas que sofrem interferência da cultura, da linguagem e das relações de poder. Nesse sentido, recordamos não o acontecimento “em si”, mas a versão socialmente construída dele, o que torna a memória um campo de disputas simbólicas e ideológicas.

Diferente da história, que busca uma reconstrução objetiva e documentada dos fatos, a memória coletiva caracteriza-se por sua continuidade subjetiva e afetiva. Segundo Halbwachs (2006, p. 81), “a memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma

corrente de pensamento contínuo [...] que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo".

Ainda segundo Halbwachs (2004), o processo de rememoração está intimamente ligado à linguagem, pois é por meio da comunicação que se constroem e se compartilham narrativas comuns. Assim, o indivíduo torna-se um ator social ao se inserir em práticas comunicativas, sendo a linguagem um instrumento fundamental para a articulação da memória coletiva.

A contribuição de Halbwachs fornece a base para compreender a constituição social da memória, mas o exame das experiências de grupos marginalizados exige considerar também as relações de poder que definem quais lembranças encontram espaço público e quais permanecem silenciadas. É nesse ponto que as contribuições de Pollak (1989) ampliam a discussão ao introduzirem a problemática das "memórias subterrâneas" e dos silêncios.

No contexto desta pesquisa, por exemplo, torna-se fundamental compreender como pessoas em situação de rua constroem suas memórias e representações sociais sobre o uso de drogas. A partir da concepção de que a memória é sempre construída socialmente, torna-se possível acessar os sentidos atribuídos por esses sujeitos às suas trajetórias, suas dores, resistências e formas de organização coletiva, muitas vezes em contraposição às "memórias oficiais" ou dominantes que tendem a invisibilizar ou estigmatizar suas experiências (Pollak, 1989). A análise desses silêncios e memórias não ditas é, portanto, essencial para uma compreensão mais completa e humana da realidade desses grupos.

Assim, refletir sobre a memória individual e coletiva, à luz das contribuições de Maurice Halbwachs, permite não apenas reconhecer a importância das experiências subjetivas, mas também reconhecer que as estruturas sociais e os vínculos grupais exercem influência determinante na forma como o passado é evocado, interpretado e transmitido.

2.3 Aproximações entre a teoria das representações sociais e a memória coletiva

A memória e as representações sociais constituem fenômenos interligados que desempenham papel fundamental na construção do conhecimento e na produção das identidades individuais e coletivas. A memória não corresponde a um simples armazenamento de informações sobre o passado; trata-se de um processo dinâmico, seletivo e socialmente construído, continuamente atualizado pelas experiências, pelas relações sociais e pelos contextos históricos. Conforme destaca Halbwachs (1990), toda memória é elaborada a partir de quadros sociais que orientam aquilo que é lembrado, esquecido e ressignificado pelos grupos.

As representações sociais, por sua vez, correspondem a sistemas de conhecimentos, valores, crenças e práticas socialmente compartilhados que permitem aos indivíduos interpretar a realidade, comunicar-se e orientar suas ações no cotidiano. Segundo Moscovici (2003), as representações sociais transformam conhecimentos em referências familiares, tornando inteligíveis fenômenos, objetos e experiências por meio da interação social.

Nesse sentido, memória e representações sociais estabelecem uma relação de mútua constituição. As memórias individuais e coletivas fornecem os referenciais simbólicos que alimentam a construção das representações sociais, enquanto estas organizam, selecionam e atribuem significados às lembranças compartilhadas pelos grupos. Assim, os processos de recordar e representar não ocorrem de forma independente, mas são continuamente mediados pelas relações sociais, pelos discursos e pelas práticas culturais, contribuindo para a produção e a reprodução de identidades, valores e interpretações da realidade.

Essa articulação entre memória e representações sociais torna-se evidente na forma como os grupos sociais constroem, compartilham e transmitem narrativas sobre o passado, consolidando significados que orientam suas interpretações da realidade e suas práticas sociais. A memória coletiva, como argumenta Halbwachs (2006), é moldada pelos quadros sociais da memória, sendo constantemente reconstruída a partir das relações estabelecidas pelos indivíduos em determinados contextos históricos e culturais. Nessa mesma perspectiva, Oliveira e Bertoni (2019, p. 258-259) afirmam que:

> É notório, portanto, que o aspecto grupal se apresenta como um importante critério de convergência para a consolidação das teorias analisadas, uma vez que a formação de memórias coletivas e a emergência de representações sociais estão perpassadas por realidades compartilhadas, ancoradas em crenças e ideologias, coletivamente constituídas. Aliada a essa questão, a conexão entre presente e passado também figura como um ponto de confluência entre as duas teorias em análise.

Essa convergência pode ser observada na própria formulação de Halbwachs ([1925] 1994), para quem a memória não pertence exclusivamente ao indivíduo, mas é construída e sustentada pelos grupos sociais dos quais ele participa. Nessa perspectiva, o autor argumenta que:

> Certamente, cada um, de acordo com seu temperamento particular e as circunstâncias de sua vida, tem uma memória que não é de mais ninguém. Esta não deixa de ser uma parte e um aspecto da memória do grupo, já que de toda impressão e de todo fato, mesmo que, aparentemente, diga respeito apenas ao indivíduo, só guardamos uma lembrança duradoura na medida em que

> refletimos sobre ela, isto é, quando ligamos a memória aos pensamentos que nos vêm do entorno social. De fato, não podemos refletir sobre os acontecimentos do nosso passado sem raciocinar sobre eles; mas, raciocinar é relacionar em um mesmo sistema de ideias nossas opiniões e aquelas dos que nos rodeiam; é ver naquilo que nos acontece uma aplicação particular de fatos dos quais o pensamento social nos lembra a todo o momento o sentido e o alcance que tem para eles. Assim, os marcos da memória coletiva encerram e ligam nossas memórias mais íntimas umas às outras. (Halbwachs, [1925] 1990, p. 144-145).

De maneira semelhante, Moscovici (2003) compreende as representações sociais como formas de conhecimento produzidas coletivamente nas interações sociais. Para o autor, elas não são elaboradas isoladamente pelos indivíduos, mas construídas e compartilhadas nos grupos, orientando a interpretação da realidade e permitindo que os sujeitos atribuam sentido ao mundo social. Assim, tanto a memória coletiva quanto as representações sociais remetem a processos de elaboração simbólica que dependem das relações sociais para existir e se manter.

As representações sociais moldam e são moldadas pela memória coletiva ao longo do tempo, através do processo de ancoragem, um dos mecanismos centrais na teoria das representações sociais de Serge Moscovici. De acordo com Alba (2014, p. 42):

> A bagagem de conhecimentos em que a representação social se "ancora" é a memória social: por meio do processo de ancoragem, o passado se faz presente. De forma parecida, para Halbwachs (1925) as lembranças ajudam a construir as representações do presente, como se existisse um jogo constante entre o agora e o passado recente e remoto: o contexto de nossas reflexões é flexível e cambiante, porque está no limite entre o presente vivido e as reflexões que nos remontam a um passado distante, em que começamos a reconstruir a memória.

A partir dessa aproximação, observa-se uma dinâmica contínua entre memória social e representações sociais. A memória fornece o repertório de conhecimentos, experiências e significados compartilhados que serve de base para a construção das representações. Assim, quando novos acontecimentos ou fenômenos emergem no cotidiano, eles não são interpretados de forma isolada, mas relacionados a referências previamente existentes. É por meio da ancoragem que os grupos sociais tornam o desconhecido familiar, atribuindo sentido ao novo a partir de conhecimentos acumulados e socialmente compartilhados (Moscovici, 2003).

Por exemplo, quando uma sociedade enfrenta uma crise econômica, pode recorrer a memórias de crises anteriores para interpretar a situação atual. As narrativas sobre essas experiências passadas moldam a maneira como as pessoas percebem e respondem ao momento presente. Halbwachs ([1950] 1997) reforçou essa ideia quando escreveu em seu texto sobre **Memória Coletiva**: “Se o que vemos agora se insere no quadro das nossas lembranças

anteriores, essas lembranças, inversamente, se adaptam ao conjunto das nossas percepções atuais" (Halbwachs, [1950] 1997, p. 51).

O processo de objetivação, conceito central na teoria das representações sociais de Serge Moscovici (2003), é o mecanismo pelo qual conceitos abstratos se tornam concretos e compartilháveis dentro de um grupo social. No contexto da memória coletiva, isso significa que não recordamos um evento em si, mas sim uma versão socialmente construída dele, que é transformada em símbolos, imagens e narrativas que ajudam a organizar e dar sentido ao passado. Diante disso, Alba (2014, p. 43) propõe que:

> Poderíamos assimilar esse esquema da memória com o esquema "figurativo", proposto por Moscovici (1961), pois assim como no caso das RS, tal esquema será filtrado pelo atual sistema de representações, composto de valores sociais e morais que modelarão a reconstrução da memória, de acordo com o que o sujeito considera conveniente ou o que "pode" expressar.

Além disso, conforme demonstra Alba (2014) ao analisar a obra de Moscovici, "é no curso das conversas cotidianas que as representações são recriadas e se difundem" (Alba, 2014, p. 557). Paralelamente, Alba (2014, p. 557) afirma que "a memória coletiva é uma reconstrução do passado que se realiza em uma interação real ou simbólica com os outros", evidenciando uma relação entre essas duas abordagens. A autora ressalta que

> [...] essas relações sociais são definidas em função dos grupos e da estrutura social, de sua hierarquia, de suas normas, de seus costumes, de suas tradições, dos papéis atribuídos a cada um dos seus membros. Isso construirá as representações e as memórias de acordo com o lugar que ocupam no tecido social. (Alba, 2014, p. 556).

Dessa forma, as semelhanças entre os quadros de referência da memória e o processo de ancoragem apoiam-se no fato de que ambos dependem da interação social.

A partir do diálogo entre Halbwachs ([1925] 1994; [1950] 1997), Moscovici (2003), Alba (2014) e Oliveira e Bertoni (2019), compreendemos que memória e representações sociais não apenas compartilham uma origem relacional, mas se alimentam reciprocamente. Aquilo que um grupo recorda oferece referências para interpretar o presente; ao mesmo tempo, as representações disponíveis no presente interferem na seleção, reconstrução e atribuição de sentido ao passado. Para o objeto desta pesquisa, essa relação ajuda a explicar por que determinadas imagens sobre drogas, pobreza e situação de rua conseguem atravessar diferentes períodos históricos e permanecer disponíveis no repertório social, ainda que assumam novas formas.

2.4 A memória de grupos marginalizados: resistências e contramemórias

Quando a análise se volta para a memória de grupos marginalizados, o debate ganha maior densidade teórica com a introdução dos conceitos de “memória subterrânea” e “contramemória”, propostos por Michael Pollak. Conforme explica Pollak (1989, p. 4):

> Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional.

Para o autor, essas memórias permanecem circulando de forma restrita e não oficial, mas podem aflorar em momentos de crise. Nesse sentido, as memórias subterrâneas não desaparecem simplesmente; elas permanecem como resistência silenciosa, aguardando oportunidades para emergir como “contramemórias”.

À luz dessa concepção de memória subterrânea, esta pesquisa compreende que as memórias produzidas por pessoas em situação de rua podem ser interpretadas como formas de resistência frente aos processos de exclusão social. Suas trajetórias frequentemente são silenciadas, simplificadas ou estigmatizadas pelos discursos institucionais e pelas representações sociais dominantes. Nesse sentido, Pereira e Dantas (2018, p. 23) demonstram que a experiência da rua interfere significativamente na “construção da memória”, uma vez que as narrativas dos participantes são atravessadas por rupturas familiares, perdas de vínculos sociais, situações de violência e processos de exclusão que influenciam tanto aquilo que é lembrado quanto aquilo que é silenciado. Dessa forma, ao preservarem suas histórias, laços de solidariedade e experiências cotidianas, esses sujeitos não apenas mantêm elementos fundamentais de sua identidade, mas também produzem uma contramemória que, nos termos de Pollak (1989), se contrapõe à invisibilidade e aos estigmas impostos pela sociedade hegemônica.

A situação de rua envolve uma ruptura profunda com os marcos tradicionais da família, do trabalho formal e da moradia. Contudo, é fundamental esclarecer que a perda desses referenciais não implica a ausência de memória. Conforme argumenta Halbwachs (2006), é impossível conceber uma memória completamente desvinculada de contextos sociais. O autor questiona:

> Podemos verdadeiramente distinguir, por um lado uma memória sem contextos, ou que só disporia da linguagem e algumas idéias (*sic*) tiradas da vida prática para classificar suas lembranças e, por outro lado, um panorama histórico ou coletivo, sem memória, ou seja, que absolutamente não seria

> construído, reconstruído e conservado nas memórias individuais? Não acreditamos nisso. (Halbwachs, 2006, p. 81).

Nesse sentido, mesmo quando a pessoa se vê afastada dos marcos tradicionais, ela não consegue romper completamente com os contextos sociais. Halbwachs (2006) demonstra que:

> Depois que ultrapassa a etapa da vida puramente sensitiva, a partir do momento em que se interessa pelo significado das imagens e dos quadros que vê, pode-se dizer que a criança pensa em comum com as outras pessoas, e que seu pensamento se divide entre o fluxo de impressões inteiramente pessoais e as diversas correntes do pensamento coletivo. A criança já não está mais encerrada em si mesma. (Halbwachs, 2006, p. 81).

Portanto, a população em situação de rua, embora tenha rompido com os marcos tradicionais da família, do trabalho formal e da moradia, continua inserida em contextos sociais que estruturam sua memória. O que ocorre com a população em situação de rua é uma reconfiguração drástica na forma de acessar e ancorar essas lembranças. Essa transformação resulta na formação de uma "memória subterrânea" (Pollak, 1989, p. 4), que persiste apesar das condições adversas de exclusão social.

Essa dinâmica complexa é evidenciada por Pereira e Dantas (2018), que argumentam que as pessoas em situação de rua podem apresentar dificuldades significativas para recordar e narrar a própria experiência de "rualização" ou o cotidiano nas ruas. Pereira e Dantas (2018) relatam situações em que entrevistados afirmam não ter "lembrança de rua" ou demonstram dificuldade em narrar experiências vividas nesse contexto, recorrendo, em alguns casos, ao silêncio ou a respostas bastante limitadas. Esse silenciamento aparece, por exemplo, quando o sujeito evita detalhar o período em que esteve em situação de rua, responde de forma genérica ou muda de assunto durante a entrevista, interrompendo a construção de uma narrativa contínua sobre essa experiência.

Essa dificuldade de narrar não deve ser interpretada como ausência de memória, mas como um possível efeito do caráter doloroso, estigmatizado ou socialmente sensível dessas vivências. Assim, mais do que esquecimento, observa-se uma forma de resistência ou bloqueio na verbalização do vivido, especialmente quando essas experiências estão associadas a sofrimento, violência ou forte desvalorização social (Pereira; Dantas, 2018).

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Elizabeth Jelin (2002) sobre as relações entre memória, trauma e testemunho. Para a autora, experiências marcadas por violência, exclusão e sofrimento extremo desafiam a capacidade de elaboração narrativa, fazendo com que as lembranças sejam frequentemente expressas de forma fragmentada, permeadas por silêncios, hesitações e lacunas. Tais características não invalidam o testemunho nem indicam

ausência de memória; ao contrário, constituem manifestações próprias de experiências traumáticas, cuja rememoração depende não apenas da disposição do sujeito para falar, mas também da existência de contextos sociais capazes de reconhecer e acolher sua narrativa.

Nessa perspectiva, Jelin (2002) compreende a memória como um processo social e político permanentemente atravessado por disputas de sentido. As narrativas dos grupos marginalizados disputam legitimidade com memórias oficiais que tendem a invisibilizar determinadas experiências e a privilegiar versões socialmente hegemônicas do passado. Assim, oferecer espaço para que pessoas em situação de rua possam narrar suas trajetórias significa reconhecer o testemunho como uma prática de resistência e de reivindicação de direitos, permitindo que vivências historicamente silenciadas ingressem na esfera pública e contribuam para a construção de uma memória coletiva mais plural e democrática.

Portanto, não se trata de uma ausência de quadros sociais da memória, mas sim do fato de que os quadros, como o tempo e espaço, são acessados a partir da posição marginalizada ocupada por esses indivíduos. Conforme demonstra Halbwachs (2006, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (Halbwachs, 2006, p. 69).

Nesse sentido, a posição de exclusão vivenciada pela população em situação de rua não elimina sua memória coletiva, mas a transforma, na medida em que reorganiza os modos de acesso às lembranças, seleciona quais experiências são mais facilmente narráveis e produz silenciamentos ou fragmentações na forma como essas vivências são comunicadas e significadas.

Diante desse cenário de silenciamento, é preciso analisar como a memória da população em situação de rua é atravessada por discursos dominantes. Ao abordar essa questão, Pereira e Dantas (2018) articulam o conceito de representação à noção de ideologia. Cabe ressaltar que, na perspectiva adotada por esses autores – fundamentada na psicologia social de Silvia Lane – , as representações são compreendidas predominantemente como construtos hegemônicos, concebidos e difundidos pelos grupos dominantes para impactar a consciência e reificar as memórias dos indivíduos marginalizados. É sob essa ótica de uma imposição “de cima para baixo” que os autores evidenciam a força da ideologia sobre a lembrança:

> A memória instituída impregna as narrativas cotidianas, negando aos indivíduos a livre representação das vivências passadas, dada a supremacia dos discursos ideológicos que constituem verdades inabaláveis, transformando-as em convenções sociais mediante o silenciamento de outras vozes e o apagamento de outros enunciados. (Pereira; Dantas, 2018, p. 9).

Embora essa visão difira, em sua origem, da perspectiva clássica de Moscovici (2007) – para quem as representações sociais são plurais, dinâmicas e construídas ativamente pelos diversos grupos em suas interações diárias –, é possível estabelecer uma convergência teórica. O próprio Moscovici (2007) reconhece que, em determinadas condições, as representações sociais podem perder sua pluralidade e se tornar representações hegemônicas. Quando isso ocorre, elas são apropriadas pela ideologia, cristalizam-se (reificam-se) e passam a atuar de forma coercitiva sobre toda a sociedade. Assim, a "memória instituída" descrita por Pereira e Dantas (2018) pode ser lida, à luz da teoria moscoviciana, como uma representação hegemônica que tenta sufocar a construção de representações e memórias alternativas pelos grupos em situação de rua. Esse processo não ocorre por um apagamento direto das experiências vividas, mas por meio da imposição de narrativas sociais dominantes que definem previamente como essa população deve ser percebida, frequentemente associada à ideia de "desvio", "dependência" ou "incapacidade", o que restringe os modos legítimos de fala sobre si.

Na prática, esse processo pode ser observado quando os relatos de pessoas em situação de rua são sistematicamente enquadrados por instituições e discursos sociais a partir de categorias como "caso social", "vulnerabilidade" ou "risco", reduzindo a complexidade de suas trajetórias a classificações que reforçam identidades estigmatizadas (Goffman, [1963] 2004). Além disso, em contextos de entrevista ou atendimento institucional, determinadas narrativas tendem a ser mais valorizadas, especialmente aquelas que correspondem às expectativas dos serviços ou reforçam a ideia de superação individual e de ruptura com a vida nas ruas, enquanto experiências relacionadas às redes de solidariedade, às estratégias cotidianas de sobrevivência e aos diferentes significados atribuídos ao espaço urbano permanecem frequentemente invisibilizadas. Nesse contexto, os processos de estigmatização influenciam não apenas a forma como essas pessoas são reconhecidas socialmente, mas também quais memórias e narrativas são consideradas legítimas e dignas de reconhecimento (Goffman, [1963] 2004).

Neste contexto de exclusão, é fundamental esclarecer que os quadros sociais da memória analisados por Halbwachs (2006) – como o espaço, o tempo, a linguagem e a família – funcionam como estruturas fundamentais para a reconstrução das lembranças. Conforme explica Halbwachs (2006, p. 7-8), é "impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos memória". Nesse sentido, os quadros coletivos da memória, conforme descreve o autor (2006, p. 86), "não conduzem a datas,

a nomes e a fórmulas – eles representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso".

A família, em particular, funciona como um desses quadros de referência fundamentais para a organização da memória, conforme aponta Halbwachs (2006, p. 46), ao destacar que é o "pensamento da família ausente que fornece o contexto" das lembranças, permitindo que estas sejam acessadas sem a necessidade de reconstrução consciente do ambiente vivido. No entanto, no caso das pessoas em situação de rua, esse quadro não desaparece, mas passa por profundas reconfigurações, uma vez que a experiência de ruptura de vínculos familiares, comum em muitas trajetórias, altera a forma de acesso e de atualização dessas referências. Estudos como o de Fiorati et al. (2016) e Mendes, Ronzani e Paiva (2019) indicam que a ida para a rua frequentemente está associada a conflitos familiares, violência doméstica, uso problemático de substâncias e expulsões do núcleo familiar, o que fragiliza ou interrompe a convivência cotidiana e reduz o suporte necessário para a evocação compartilhada das memórias familiares.

Além disso, mesmo quando os vínculos familiares não são totalmente rompidos, eles tendem a se tornar intermitentes, distantes ou marcados por tensões. À luz de Halbwachs (2006), essa condição modifica a relação com os quadros sociais que sustentam a memória, uma vez que a família deixa de operar como um ambiente contínuo de compartilhamento e atualização das lembranças. Em consequência, as recordações familiares passam a ser evocadas de forma mais fragmentada, frequentemente permeadas por sentimentos de saudade, perda ou sofrimento. Em muitos casos, a rua torna-se o principal espaço de referência cotidiana, reorganizando os marcos a partir dos quais o passado familiar é lembrado e narrado. Nesse sentido, Pereira e Dantas (2018) observam que as rupturas de vínculos familiares, comunitários e institucionais vivenciadas por pessoas em situação de rua repercutem na forma como suas memórias são organizadas, ressignificadas e compartilhadas, uma vez que essas lembranças são construídas nas relações sociais e nos contextos em que os indivíduos estão inseridos.

Portanto, a memória subterrânea forjada pela população em situação de rua, essencial para a manutenção da identidade e da coesão do grupo frente à exclusão extrema, configura-se exatamente nesse espaço de disputa entre a narrativa hegemônica e as práticas de resistência que emergem das margens da sociedade.

Pollak (1989) descreve uma dinâmica de silenciamento e resistência ao analisar as memórias de grupos dominados. Para o autor, o silêncio não é sinônimo de esquecimento ou passividade. Conforme ressalta Pollak (1989, p. 5), "o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso

de discursos oficiais". Assim, a memória da população em situação de rua não é só um registro do passado, mas um ato de resistência.

Esse silenciamento pode ser observado na forma como as experiências das pessoas em situação de rua são frequentemente reduzidas, por discursos sociais e institucionais, a estigmas relacionados à criminalidade, ao uso de drogas ou à incapacidade individual (Sicari; Zanella, 2018). Nesse contexto, muitas vivências marcadas por violência, humilhação e ruptura de vínculos acabam sendo narradas de forma fragmentada ou silenciadas pelos próprios sujeitos, não por ausência de memória, mas pelo sofrimento e pela deslegitimação social associados a essas experiências. Dessa forma, o silêncio também atua como mecanismo de proteção e resistência.

Nesse contexto, as lembranças são cuidadosamente transmitidas nas redes sociais. Como afirma Pollak (1989, p. 7), "ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas". No contexto da situação de rua, essa transmissão ocorre, portanto, em espaços marginais e por meio de canais informais, como conversas entre amigos, relatos compartilhados no cotidiano da rua, vínculos de solidariedade e trocas de experiências entre sujeitos que compartilham condições semelhantes de exclusão. Nesses espaços, memórias que muitas vezes não encontram reconhecimento nos discursos oficiais continuam circulando e sendo preservadas coletivamente, permitindo que experiências silenciadas pela sociedade permaneçam vivas e possam ser reconstruídas e ressignificadas pelos próprios grupos.

Portanto, a análise da memória das pessoas em situação de rua deve considerar não apenas as rupturas com determinados quadros sociais anteriores, mas principalmente as transformações nas relações estabelecidas com esses quadros a partir da experiência da exclusão social. Conforme propõe Halbwachs (2006), a memória é construída nos quadros sociais que orientam a experiência dos sujeitos; desse modo, a condição de rua modifica a forma como referências como família, espaço, trabalho e pertencimento são vivenciadas e significadas. Essas experiências passam a ser mediadas por representações sociais (Moscovici, 2003) que dão sentido à exclusão, à sobrevivência e às formas de sociabilidade construídas no cotidiano da rua (Pollak, 1989; Pereira; Dantas, 2018).

Ao mergulharmos no complexo estudo que envolve a situação de rua e o uso de drogas, percebemos que é impossível dissociar as noções de memória e de representações sociais. Acreditamos que a maneira como a sociedade constrói e perpetua certas imagens sobre essa

população não apenas molda a percepção coletiva, mas também interfere diretamente na memória e na identidade de quem vive essa experiência.

Segundo Moscovici (2007, p. 54), o propósito de todas as representações é "tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade". Essa constatação teórica é corroborada por pesquisas empíricas. Em seu estudo clássico sobre o tema, Mattos e Ferreira (2004, p. 47) constataram a "existência de representações sociais {...} em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais". Os autores demonstram que termos como "vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo" consistem em "designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua" (Mattos; Ferreira, 2004, p. 47). Consequentemente, essas representações não apenas justificam a exclusão, mas afetam diretamente os sujeitos, uma vez que "estes conteúdos interferem na constituição da identidade destas pessoas: é conhecimento socialmente compartilhado e utilizado como suporte para a construção de suas identidades pessoais" (Mattos; Ferreira, 2004, p. 47).

Para nós, a memória coletiva funciona como um editor, que seleciona, recorta e, muitas vezes, apaga as narrativas que não se encaixam no roteiro dominante. No caso da população em situação de rua, essa "memória oficial" é frequentemente construída sobre alicerces de preconceito e desinformação. Como consequência, múltiplas dimensões de suas trajetórias, seus vínculos afetivos, estratégias de sobrevivência e formas de resistência tendem a ser invisibilizadas nos discursos sociais e institucionais.

Desse modo, experiências relacionadas a rupturas familiares, desemprego, violência e exclusão social tendem a perder espaço nos discursos sociais. Como resultado, determinadas narrativas ganham legitimidade, enquanto outras são silenciadas, produzindo um apagamento simbólico das histórias e experiências dessas pessoas.

É nesse contexto de exclusão extrema que o uso de drogas adquire uma dimensão que vai além da compreensão puramente biomédica ou patologizante. Marques *et al*. (2022, p. 124) ressaltam que "o uso de drogas está entre um dos fatores mais determinantes para a ida desses sujeitos para a rua, bem como é responsável pelo lugar de dupla estigmatização em que grande parcela dessa população é colocada". Contudo, reduzir essa questão apenas à ideia de doença ou desvio moral invisibiliza as múltiplas funções que o uso de substâncias pode assumir no cotidiano da rua, atravessado por sofrimento, insegurança, fome, violência e rupturas sociais.

A vivência na rua e o uso de substâncias também passam a integrar dinâmicas de sociabilidade e sobrevivência. Em muitos casos, o compartilhamento de drogas, alimentos, espaços e experiências contribui para a construção de vínculos, redes de apoio e sentimentos de pertencimento entre sujeitos que compartilham condições semelhantes de exclusão (Frangella,

2014). Além disso, algumas substâncias podem ser utilizadas como forma de amenizar o frio, a fome, o medo ou o sofrimento emocional, tornando-se parte das estratégias cotidianas de enfrentamento da vida na rua (Frangella, 2014).

Marques et al. (2022, p. 124) enfatizam a importância de refletir "sobre o espaço da rua para além do lugar de carência e privação", compreendendo a "possibilidade de construção de outros territórios existenciais que esse espaço possibilita, permitindo a PSR a reinvenção dos modos de lidar consigo e com o mundo da rua". Portanto, faz-se necessária a "apreensão dos saberes construídos nas reterritorializações forjadas no intenso caminhar da PSR, e o reconhecimento do que se desdobra enquanto possibilidade de cuidado" (Marques et al., 2022, p. 125).

Na próxima seção, será abordada a realidade das pessoas em situação de rua com foco no uso de drogas. Inicialmente, discutiremos os determinantes sociais do uso de substâncias na população em situação de rua, buscando compreender as condições que contribuem para o consumo. Em seguida, exploraremos a complexa relação entre a vivência nas ruas e o uso de substâncias psicoativas. Por fim, serão analisadas as políticas públicas existentes e os direitos humanos envolvidos para essa população vulnerabilizada.

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O USO DE DROGAS

A relação entre a vivência nas ruas e o uso de substâncias psicoativas constitui um dos temas mais complexos e sensíveis no campo das políticas públicas, da saúde mental e da assistência social. Nesse cenário de extrema fragilidade, Wijk e Mângia (2019, p. 1) corroboram que "a população em situação de rua apresenta agravos à saúde física e mental e está exposta a condições que implicam em vulnerabilidades, mortalidade prematura, dificuldade de acesso a serviços e que requerem ações intersetoriais".

A presença do uso de drogas entre pessoas em situação de rua é, muitas vezes, interpretada como causa direta da condição de rua, quando, na realidade, trata-se de uma dinâmica mais ampla e multifatorial (Mendes; Ronzani; Paiva 2019). Para Fiorati et al. (2016), a questão apresentada é multifacetada e entre seus aspectos mais relevantes estão a fragilização ou a completa descontinuidade dos contratos de trabalho formais, bem como a dissolução dos laços familiares e comunitários.

Para compreender a complexidade da situação de rua e sua intersecção com o uso de drogas, é necessário reconhecer que a presença de pessoas vivendo nas ruas não constitui um fenômeno recente no Brasil. Ainda no século XIX, especialmente após a abolição da escravidão, já era possível observar a presença de indivíduos pobres, desempregados, mendigos e chamados "vadios" ocupando os espaços urbanos das cidades brasileiras (Fraga Filho, 1996). A ausência de políticas de inserção social para a população negra recém-liberta contribuiu para ampliar a pobreza urbana e a circulação de sujeitos marginalizados nos centros urbanos. Nesse período, a pobreza passou a ser frequentemente associada à desordem, à criminalidade e à ameaça à ordem pública, consolidando formas históricas de estigmatização da população pobre e negra (Fraga Filho, 1996).

Essa associação entre marginalidade social e perigo também alcançou práticas relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas. Já no final do século XIX e início do século XX, dispositivos legais passaram a vincular comportamentos como a embriaguez, a mendicância e a vadiagem a uma suposta ameaça à ordem pública, transformando hábitos e condições sociais em objetos de controle estatal. Desse modo, a criminalização da pobreza e a repressão a determinadas formas de consumo de substâncias desenvolveram-se de maneira articulada, incidindo especialmente sobre populações negras, pobres e socialmente marginalizadas (Roorda, 2017). Tal processo evidencia que a relação entre situação de rua, estigmatização social e controle do uso de drogas possui raízes históricas que antecedem em muito as atuais políticas proibicionistas.

Esse processo de criminalização encontrou respaldo na legislação vigente à época. O Código Penal do Império e, sobretudo, o Código Penal Republicano (Brasil, 1890) incorporaram dispositivos que criminalizavam práticas como a vadiagem, a mendicância e a embriaguez pública, incidindo principalmente sobre a população pobre que ocupava os espaços urbanos. Mais do que reprimir condutas consideradas ilícitas, essas normas funcionavam como instrumentos de controle social, delimitando quem poderia circular e permanecer na cidade e reforçando a exclusão de grupos considerados incompatíveis com a ordem urbana (Roorda, 2017).

Nas primeiras décadas do século XX, essa lógica de controle ganhou novos contornos com a consolidação do ideário higienista. Embora inicialmente vinculado às preocupações com a saúde pública e o combate às epidemias, o higienismo ultrapassou o campo sanitário e passou a orientar projetos de reorganização das cidades, fundamentados nos ideais de ordem, progresso e modernização (Chalhoub, 1996). Nesse contexto, a medicina social passou a exercer papel central na formulação de políticas que buscavam disciplinar os espaços urbanos e regular a circulação dos indivíduos, especialmente daqueles considerados ameaça à higiene, à moralidade ou à segurança da cidade.

Como observa Chalhoub (1996), as reformas urbanas implementadas entre o final do século XIX e o início do século XX foram acompanhadas por discursos que associavam pobreza, insalubridade e perigo social. A presença de mendigos, desempregados, trabalhadores informais e pessoas que viviam nas ruas passou a ser interpretada não apenas como expressão das desigualdades sociais, mas como um problema sanitário e moral que exigia intervenção do Estado. Dessa forma, políticas de remoção, vigilância, internação e repressão policial passaram a ser legitimadas como medidas necessárias para a preservação da ordem e da salubridade dos centros urbanos (Escorel, 1999; Frangella, 2009).

Essa racionalidade higienista produziu efeitos que ultrapassaram o período em que foi formulada. Ao transformar a pobreza em objeto de controle e administração, consolidou uma forma de gestão social baseada na invisibilização e no afastamento dos grupos considerados indesejáveis dos espaços públicos. Embora os discursos e os instrumentos institucionais tenham se modificado ao longo do tempo, diversos autores apontam que essa lógica permanece presente em práticas contemporâneas dirigidas à população em situação de rua, sobretudo quando prevalecem ações de caráter repressivo e de remoção em detrimento da garantia de direitos sociais (Frangella, 2009; Escorel, 1999).

Sob essa lógica, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela continuidade de práticas que associavam pobreza, ociosidade e desordem social. As pessoas que viviam nas

ruas permaneceram sendo tratadas como ameaça à ordem urbana, tornando-se alvo de intervenções voltadas muito mais para sua retirada dos espaços públicos do que para o enfrentamento das condições econômicas e sociais que produziam essa realidade (Escorel, 1999; Frangella, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, entretanto, o fenômeno assume novas dimensões com a intensificação da urbanização, da industrialização e do êxodo rural. Nesse período, o Brasil vivenciou intensas transformações sociais e econômicas, marcadas pela expansão desordenada das cidades e pelo aumento das desigualdades urbanas. Conforme apontam Souza e Gomes (2020), a formação da população de rua intensifica-se nesse contexto de segmentação urbana e crescimento das desigualdades sociais:

> O crescimento das vilas se deu, além do movimento de segmentação da cidade, pelo movimento de êxodo rural. Segundo Magni (2006), a urbanização gerou uma oferta de mão de obra excessiva, provocando o rebaixamento dos salários e o aprimoramento do setor terciário de biscates e subempregos. (Souza; Gomes, 2020, p. 10).

Essa dinâmica de exclusão social foi intensificada pelos processos de industrialização e urbanização brasileira, que contribuíram para ampliar trajetórias marcadas pela precarização e pela marginalização social. Nesse contexto, o fenômeno do êxodo rural — caracterizado pela migração em massa da população do campo para as cidades — tornou-se um dos principais catalisadores dessas transformações. A urbanização acelerada que se seguiu levou ao estabelecimento de "núcleos de populações recentes e de características sub-standard[1] na periferia do corpo urbano tradicional" (Quijano, 1978 apud Maiolino; Mancebo, 2005, p. 18). Essa nova configuração urbana, marcada pela precariedade habitacional e de serviços comunais (água, esgoto, luz elétrica, transportes) (Quijano, 1978 apud Maiolino; Mancebo, 2005, p. 19), resultou na marginalização de grandes contingentes populacionais, que passaram a ser denominados "populações marginais" (Quijano, 1978).

Nessa perspectiva, a socióloga Sarah Escorel (1999), em sua obra **Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social**, aprofunda a compreensão da exclusão social como um processo histórico e estrutural, e não um mero desvio individual. A população que migrava para as cidades, buscando melhores condições de vida, encontrava um mercado de trabalho incapaz de absorver toda a mão de obra, gerando um exército de reserva e, consequentemente, a

[1] O termo *sub-standard* é utilizado para designar espaços urbanos caracterizados por condições precárias de habitação, infraestrutura e inserção social (Davis, 2006).

marginalização. Escorel (1999, p. 23) define a exclusão social como “toda situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito”.

Nesse cenário, muitos sujeitos passaram a ocupar espaços urbanos marcados pela precarização das condições de vida, pelo desemprego e pela fragilidade dos vínculos sociais e trabalhistas. A rápida expansão das cidades não foi acompanhada pela universalização do acesso à moradia, ao trabalho formal e aos serviços públicos, contribuindo para a formação de bolsões de pobreza e para a ampliação das situações de vulnerabilidade social. Com o avanço das políticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, a flexibilização das relações de trabalho e o enfraquecimento das políticas de proteção social intensificaram esses processos, ampliando a insegurança econômica e aprofundando as desigualdades sociais.

A compreensão desses processos históricos demanda, ainda, uma perspectiva interseccional, capaz de evidenciar como marcadores sociais, como raça, classe e gênero, atravessam a constituição da população em situação de rua e produzem diferentes formas de vulnerabilidade. Conforme aponta Ribeiro (2019), o legado do escravismo continua influenciando a forma como a sociedade brasileira trata jovens homens negros, usuários de drogas e pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a população negra permanece mais exposta à precarização do trabalho, à violência, à seletividade penal e ao acesso desigual às políticas públicas e aos serviços de saúde. Assim, a criminalização da pobreza e do uso de drogas não pode ser compreendida de forma dissociada das estruturas históricas de desigualdade racial que marcaram a formação social brasileira e que continuam produzindo efeitos na contemporaneidade.

No século XXI, especialmente nos últimos dez anos, observa-se um crescimento significativo da população em situação de rua no Brasil, agravado pelas crises econômicas, pelo desemprego estrutural e pelos impactos da pandemia de COVID-19[2]. Paralelamente, permanecem fortes os discursos estigmatizantes que associam essa população à violência, ao uso de drogas e à improdutividade, dificultando o reconhecimento das múltiplas dimensões sociais, econômicas e afetivas que atravessam a experiência da rua. Embora persistam estigmas históricos relacionados à criminalização da pobreza e à associação entre rua, perigo e

[2] A COVID-19 foi uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, identificada inicialmente na China em 2019. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a ocorrência de uma pandemia em razão da rápida disseminação global da doença, cujos impactos sanitários, econômicos e sociais contribuíram para o agravamento das desigualdades e das condições de vulnerabilidade em diversos países, incluindo o Brasil (WHO, 2020; Silveira et al., 2020).

improdutividade, observa-se, no século XXI, uma ampliação das discussões sobre direitos humanos, saúde mental e proteção social da população em situação de rua. Ainda assim, práticas higienistas, discursos moralizantes e políticas de exclusão continuam presentes em diferentes contextos sociais e institucionais (Rui, 2014).

A condição de rua, portanto, não se configura como um fenômeno isolado ou resultado de escolhas individuais, mas como expressão de um processo gradual de exclusão social. Conforme discute Robert Castel (1998), esse percurso envolve a fragilização progressiva dos vínculos de trabalho, familiares e comunitários, deslocando o indivíduo da zona de integração para a zona de vulnerabilidade e, posteriormente, para a zona de desfiliação social. Nesse contexto, a precarização das relações de trabalho, associada à insuficiência das políticas de proteção social, contribui para o aprofundamento das desigualdades e para a ampliação das situações de extrema vulnerabilidade social (Gontijo, 2009).

O processo de exclusão, conforme discutido (Gontijo, 2009) não é um fenômeno isolado, mas sim o reflexo de transformações estruturais mais amplas. Para que a análise das memórias e representações sociais sobre pessoas em situação de rua (PSR) e o uso de drogas não se restrinja a uma dimensão individualizante, é fundamental situar a discussão nas estruturas socioeconômicas que produzem a vulnerabilidade. O neoliberalismo emerge como o modelo hegemônico que, ao se consolidar, aprofundou a desigualdade social no Brasil. Este pode ser entendido como um "projeto de classe [...] mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização" (Harvey, 2011, p. 16), que na prática atua de forma sistemática sobre os serviços públicos essenciais, "promovendo, paradoxalmente, desigualdade e desassistência para aqueles em posição de maior risco e vulnerabilidade" (Nunes et al., 2023, p. 11).

Conforme Dowbor (2017) a consequência direta desse projeto de classe é o aprofundamento da desigualdade. O rendimento sobre o capital ultrapassa os avanços da própria economia, gerando um processo cumulativo de enriquecimento concentrado para os mais ricos (Dowbor, 2017). A desigualdade gerada pelo sistema neoliberal implica que as estruturas de exclusão e vulnerabilidade se aprofundem. É neste contexto de crescente desigualdade que a PSR se torna mais vulnerável. A conexão com a memória é igualmente forte. As memórias de exclusão, violência e perda, são, em grande parte, produtos da precarização da vida que o neoliberalismo impõe. O uso de drogas, nesse cenário, pode ser interpretado como uma forma de lidar com a dor e o sofrimento gerados por essa exclusão estrutural (Sicari; Zanella, 2018).

A exclusão social, nesse sentido, pode ser entendida como uma "experiência traumática" que deixa "profundas feridas na constituição narcísico-identitária dos sujeitos submetidos a ela"

(Rocha et al., 2014, p. 90). Ao analisarem as narrativas de pessoas em situação de rua, Pereira e Dantas (2018) evidenciam que a memória não se limita ao registro de experiências vividas, mas constitui um processo permeado por disputas de sentido e por dimensões ideológicas. Segundo os autores, a "memória apresenta uma dimensão ideológica, a qual se manifestou nas narrativas tanto por meio da lembrança quanto por meio do esquecimento" (Pereira; Dantas, 2018, p. 1). Tal perspectiva reforça que recordar e esquecer são processos socialmente condicionados, influenciados pelas trajetórias de exclusão, pelos vínculos sociais e pelos significados atribuídos às experiências vividas.

A lógica de acumulação e concentração de riqueza tem consequências diretas na produção da situação de rua e na vulnerabilidade ao uso de drogas. Menchise, Ferreira e Álvarez (2023) reforçam que a desigualdade gerada por esse sistema não tem diminuído progressivamente. Conforme Ceolin (2014), as formas de precarização do trabalho e as manifestações da questão social são expressões da alienação em tempos de crise do capital. Nesse contexto, a precarização das condições de vida, o desemprego e a ausência de uma rede de proteção social robusta são reflexos diretos da priorização do capital sobre o social.

Em suma, esta introdução estabeleceu que a complexa relação entre a situação de rua e o uso de drogas transcende explicações individualizantes, sendo, na verdade, um fenômeno multifatorial (Mendes; Ronzani; Paiva, 2019) e estrutural. Ancorada em processos históricos de urbanização excludente (Souza; Gomes, 2020; Quijano, 1978) e na dissolução de laços sociais e de trabalho (Fiorati et al., 2016), essa vulnerabilidade foi drasticamente aprofundada pelo modelo neoliberal, que intensificou a desigualdade (Harvey, 2011; Dowbor, 2017) e a precarização da vida (Ceolin, 2014). A exclusão resultante não é apenas material, mas também uma “experiência traumática” (Rocha et al., 2014) que deixa marcas profundas na identidade e na memória dos sujeitos (Pereira; Dantas, 2018). Tendo delineado este panorama, as subseções a seguir aprofundarão as dimensões específicas deste fenômeno.

3.1 Determinantes sociais do uso de drogas na rua

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), os determinantes sociais da saúde correspondem às condições sociais, econômicas e ambientais nas quais os indivíduos nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, sendo esses fatores fundamentais para a produção das desigualdades em saúde e para a distribuição dos riscos e oportunidades ao longo da vida, influenciando comportamentos e desfechos relacionados à saúde, incluindo o uso de substâncias. No contexto das pessoas em situação de rua, os determinantes sociais da saúde se

manifestam de maneira intensificada, com múltiplas camadas de vulnerabilidade que geram impactos profundos na saúde física e mental (Winkelmann et al., 2018). Um dos elementos centrais desse processo é a ruptura de vínculos familiares e comunitários, que, muitas vezes, resulta de contextos de violência doméstica, abandono, conflitos familiares ou institucionalizações precoces (Fiorati et al. 2016).

Adicionalmente, a falta de acesso à educação formal, ao trabalho e à renda limita as possibilidades de inclusão social e de autonomia econômica, empurrando muitos para a informalidade e a marginalidade (Barbosa, 2018). Para alguns, o uso de drogas se insere como mecanismo de pertencimento a grupos sociais, como os "nós de rua", nos quais o consumo compartilhado pode funcionar como forma de socialização e construção de vínculos alternativos em contextos de extrema exclusão (Frangella, 2014). A complexidade do fenômeno do uso de drogas como um fenômeno biopsicossocial e multifacetado é reforçada por estudos que destacam a renda, o sexo, a família e o território como determinantes sociais cruciais para a dependência de substâncias psicoativas (Ronzani et al., 2023).

Tomados em conjunto, esses estudos demonstram que os determinantes associados à situação de rua não operam isoladamente. Ruptura de vínculos, pobreza, trabalho precário, território e uso de substâncias se sobrepõem e produzem vulnerabilidades distintas conforme a posição social dos sujeitos. É nesse ponto que uma perspectiva interseccional se torna necessária. Essa compreensão encontra fundamento na análise bioética desenvolvida por Ribeiro (2019), que aponta para a necessidade de reconhecer as estruturas históricas que sustentam essas desigualdades. Conforme a autora:

> Compreende-se que o passado escravagista marca a forma como a sociedade trata os jovens homens negros, usuários de drogas e em situação de vulneração. Tal conclusão se dá a partir da leitura do perfil dos usuários, apontado pela Fiocruz e do cruzamento do quanto as questões relacionadas a raça, classe e gênero são marcadores fundamentais para a compreensão de como o sistema de saúde opera para o não cuidado dos negros no Brasil, sendo imperativo que a sociedade, profissionais e gestores se comprometam eticamente com a saúde desses usuários. (Ribeiro, 2019, p. 7).

Portanto, não se trata apenas de reconhecer a interseccionalidade do uso de drogas e da situação de rua como fenômenos isolados, mas de compreender como esses processos se articulam historicamente na produção de vulnerabilidades específicas e multifatoriais (Mendes; Ronzani; Paiva, 2019). Desde o período pós-abolição, populações negras e pobres passaram a ser associadas à vadiagem, à criminalidade, à embriaguez e à desordem urbana, sendo constantemente alvo de práticas de controle e repressão social. Ao longo do tempo, essa lógica

contribuiu para consolidar representações estigmatizantes que associam pobreza, uso de substâncias e perigo social, afetando diretamente o acesso dessas populações aos direitos básicos e às políticas de cuidado.

A população em situação de rua enfrenta agravos à saúde física e mental que se intensificam quando combinados com o uso de substâncias, resultando em uma "dificuldade de acesso a serviços" (Wijk; Mângia, 2019, p. 1) que o sistema de saúde brasileiro ainda não consegue responder adequadamente. Esta lacuna é, em parte, reflexo de um modelo que, ao priorizar a lógica do capital sobre o social, promove "desassistência para aqueles em posição de maior risco e vulnerabilidade" (Nunes et al., 2023, p. 11), perpetuando um ciclo de exclusão e precarização.

A questão do racismo estrutural também não pode ser ignorada. Almeida (2019, p. 59), define que o racismo estrutural "é um conjunto de práticas, discursos, atitudes e ações que, mesmo sem intenção explícita, mantêm a desigualdade racial nos âmbitos sociais. Onde o privilégio branco é reproduzido sistematicamente, enquanto pessoas negras enfrentam dificuldades e exclusão". Um levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais, revelou que pessoas negras (pretas e pardas) correspondiam a 68,1% da população em situação de rua cadastrada no Brasil em 2023, o que representa 178.184 indivíduos entre um total de 261.653 pessoas registradas (Polos de Cidadania/UFMG, 2023). Esse dado evidencia como a desigualdade racial se articula aos processos históricos de exclusão social e vulnerabilização. De modo semelhante, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada aponta que a população em situação de rua é majoritariamente composta por pessoas negras, além de destacar que fatores como desemprego, fragilização dos vínculos familiares e acesso precário às políticas públicas atingem de forma mais intensa grupos socialmente vulnerabilizados (Natalino, 2020).

Além disso, os estigmas de gênero e orientação sexual contribuem para o agravamento da vulnerabilidade entre mulheres, pessoas trans e LGBTQIAPN+ em situação de rua. Para Campos et al. (2019) muitas dessas pessoas são expulsas de casa ou sofrem violências que as forçam ao deslocamento, sendo a rua, por vezes, o único refúgio possível. Nesse contexto, o uso de substâncias pode ser tanto uma forma de anestesiar o sofrimento quanto de manter-se alerta e vigilante, principalmente para quem está exposto a constantes ameaças de violência sexual, como é o caso de mulheres e travestis (Campos; Cardoso; Pires, 2019).

A perspectiva de gênero é fundamental para compreender as dinâmicas do uso de drogas na rua. Vernaglia, Vieira e Cruz (2014), em estudo com usuários de *crack* em situação de rua,

destacam que “as análises de gênero devem ser ampliadas para incluir os aspectos relacionados ao sexo, à sexualidade, à orientação sexual, à raça/etnia e à classe social” (Vernaglia; Vieira; Cruz, 2014, p. 1852). As autoras ressaltam diferenças significativas entre os relatos de homens e mulheres, especialmente no que se refere ao “uso do corpo como moeda de troca/prostituição”, tema recorrente nas narrativas femininas e associado a contextos de extrema vulnerabilidade (Vernaglia; Vieira; Cruz, 2014, p. 1851). Nesse contexto, a violência sexual, a exploração do corpo e a prostituição aparecem frequentemente como estratégias de sobrevivência nas trajetórias de mulheres em situação de rua.

Dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que, embora os homens representem a maior parte da população em situação de rua, as mulheres vivenciam formas específicas de vulnerabilidade social (IPEA, 2023). Segundo Natalino (2022), elas correspondem a aproximadamente 11,6% da população adulta em situação de rua no Brasil e estão mais expostas à violência, à exploração sexual e às rupturas familiares. Além disso, experiências de violência doméstica e abuso sexual aparecem de forma recorrente nas trajetórias femininas que culminam na situação de rua, agravando situações de sofrimento psíquico, exclusão social e vulnerabilidade associada ao uso de drogas.

Aprofundando a lente da interseccionalidade para compreender essa falha institucional, Paquiela et al. (2025) analisam as vivências de mulheres em situação de rua, enfatizando que as opressões vivenciadas não se restringem à orientação sexual ou à raça, mas se articulam em um “contexto social machista, racista, colonialista, misógino, sexista e tantas outras problemáticas excludentes” (Paquiela et al., 2025, p. 2), que estrutura os sofrimentos cotidianos dessas mulheres. O estudo revela ainda uma dissonância crucial: enquanto “mulheres que vivem nas ruas sentem e nomeiam as opressões que se moldam mutuamente em seus corpos”, existe uma “lacuna de reconhecimento no campo do cuidado em saúde que faz com que elas sejam pouco validadas, transformadas em políticas públicas e em justiça social” (Paquiela et al., 2025, p. 2).

Essa mesma lógica de exclusão estrutural também atinge a população LGBTQIAPN+ em situação de rua, produzindo vulnerabilidades específicas relacionadas à discriminação, ao rompimento de vínculos familiares e à exclusão social. Garcia (2013) revela que a vivência nas ruas para essa população está frequentemente associada a uma “sociabilidade nômade” e ao uso de substâncias psicoativas, condição relacionada ao preconceito heterossexista vivenciado nos espaços familiares, escolares e profissionais. Conforme aponta a autora:

> A análise evidenciou a presença de uma forma de sociabilidade nômade, associada ao afastamento de vínculos com as instâncias trabalho, família e escola, à vivência nas ruas e ao uso frequente de substâncias psicoativas, relacionada ao preconceito heterossexista nas famílias, escolas e ambientes de trabalho, mas também à resistência aos ideais de fixação presentes nestas instituições. (Garcia, 2013, p. 1005).

Portanto, tanto para mulheres quanto para a população LGBTQIAPN+ , a rua e o uso de drogas não são escolhas isoladas, mas consequências de violências e exclusões que começam muito antes, nas estruturas sociais e familiares (Vernaglia; Vieira; Cruz, 2014; Garcia, 2013).

Para muitos, a rua configura-se como um espaço onde se acumula uma "sinergia de situações de discriminação e violência" (Garcia, 2013, p. 1005). Essa confluência de fatores não apenas agrava a exclusão social, mas também amplia a vulnerabilidade a infecções sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV, além de criar barreiras significativas para o acesso e a adesão aos serviços de saúde. Ao analisar a literatura sobre tuberculose e HIV em pessoas em situação de rua, Gioseffi, Batista e Brignol (2022) identificaram que essa população está exposta a múltiplas vulnerabilidades sociais, individuais e programáticas. Entre os fatores mais frequentemente associados ao agravo destacam-se o uso de drogas, a coinfecção por HIV e as falhas no tratamento da tuberculose. Os autores também ressaltam que o estigma, a desumanização e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde constituem importantes barreiras ao cuidado, potencializando o risco de adoecimento e comprometendo a continuidade da assistência.

Dentro desse contexto de marginalização, o uso de drogas ilícitas, como o *crack*, assume um papel multifacetado. Conforme aponta Garcia (2013), o ingresso em grupos de amigos que compartilham valores e vivências semelhantes torna-se um suporte fundamental para uma vivência tida como desviante. Garcia (2013) complementa ao analisar a relação entre o uso de drogas e a busca por prazer e escape da realidade dolorosa. Um dos entrevistados na pesquisa relata: "Quando você usa o crack é foda, aí você sai com qualquer um [...] a droga me dá tesão, entendeu?" (Garcia, 2013, p. 1013). Essa fala ilustra como o uso de substâncias está entrelaçado com a sexualidade e as interações sociais na rua, potencializando os riscos em um ambiente já marcado pela vulnerabilidade.

Em suma, Garcia (2013) mostra que a situação da população LGBTQIAPN+ nas ruas não pode ser reduzida a uma questão de simples escolha ou desvio. Trata-se de um fenômeno complexo, moldado por preconceito estrutural, violência e pela busca de formas alternativas de existência e pertencimento, onde "se acumula uma sinergia de situações de discriminação e

violência que, fortemente relacionadas entre si, aumentam a vulnerabilidade à infecção pelo HIV e ao adoecimento por AIDS" (Garcia, 2013, p. 1017).

Ampliando essa perspectiva e focando em um dos segmentos mais vulneráveis dentro deste universo, Mendes, Jorge e Pilecco (2019), detalham a trajetória específica de travestis e mulheres trans em situação de rua, evidenciando as violências e a inadequação dos serviços públicos; materializando o conceito de "sinergia de situações de discriminação" proposto por Garcia (2013, p. 1), ao identificar um padrão recorrente que impulsiona essa população para a vulnerabilidade extrema.

Conforme os autores, "as histórias de vida narradas têm em comum, e quase na mesma sequência, conflitos familiares relacionados com as questões de gênero, seguidos pela saída de casa, prostituição e situação de rua" (Mendes; Jorge; Pilecco, 2019, p. 110). Essa sequência de eventos, portanto, não é um acaso, mas uma consequência direta do preconceito estrutural que se inicia no núcleo familiar, forçando um ciclo de exclusão que culmina na rua, como Garcia (2013) havia teorizado.

Uma vez nesse ambiente, a rua se revela como um território hostil que perpetua e intensifica as vulnerabilidades. Como aprofunda Campos et al. (2019), ao descrever a vida cotidiana da população LGBTQIAPN+ em situação de rua, o estudo corrobora que "a rua foi apresentada como um espaço de intensa discriminação e violência contra LGBT" (Campos et al., 2019, 79), e adiciona uma camada de complexidade ao destacar "aspectos interseccionais relacionados com a raça" (Campos et al., 2019, 79), que exigem a adoção de estratégias de sobrevivência como o "desvio de foco"[3]. Essa violência contínua, que se estende às instituições, gera uma profunda desconfiança no sistema público.

Como resultado, "devido às experiências discriminatórias com profissionais de saúde, o cuidado de saúde é feito pelas próprias pessoas em situação de rua" (Campos et al., 2019, p. 1). Portanto, o ciclo de exclusão que se inicia com a expulsão de casa, conforme descrito por Mendes, Jorge e Pilecco (2019), se aprofunda na esfera pública, onde a falha dos serviços de saúde em oferecer um cuidado acolhedor e livre de preconceitos força essa população a uma autogestão precária da própria saúde, reforçando sua marginalização.

[3] O "desvio de foco" refere-se a uma estratégia de sobrevivência adotada por pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, que consiste em evitar a exposição de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual em determinados contextos sociais e institucionais, como forma de reduzir riscos de violência, discriminação e rejeição

Assim, a autogestão da saúde apontada por Campos et al. (2019) não é apenas uma reação à discriminação, mas uma consequência de um sistema de saúde que se mostra incapaz de reconhecer, validar e, consequentemente, atender às complexas realidades dessas mulheres.

Assim, os determinantes sociais do uso de drogas na rua são múltiplos e interseccionais, exigindo respostas articuladas entre as políticas públicas de saúde, assistência social, habitação, educação, direitos humanos e justiça. Reconhecer essa complexidade é fundamental para a formulação de ações que não reforcem estigmas e punições, mas que promovam o cuidado, a dignidade e a cidadania das pessoas que vivem em situação de rua.

3.2 Sofrimento, vulnerabilidade e estigma: a complexa relação entre situação de rua, substâncias psicoativas e *crack*

A análise da política de drogas torna-se indispensável para a compreensão da situação de rua na contemporaneidade, uma vez que as formas de regulação do uso de substâncias psicoativas não operam apenas no campo da saúde, mas também como dispositivos de controle social que incidem de maneira desigual sobre determinados grupos populacionais. No caso das pessoas em situação de rua, especialmente aquelas atravessadas por marcadores de raça, classe e gênero, observa-se que a política de drogas frequentemente se articula com práticas de criminalização da pobreza e de gestão seletiva da marginalidade urbana. Dessa forma, compreender a lógica histórica e estrutural que sustenta essas políticas permite evidenciar como determinadas populações são reiteradamente posicionadas como “alvos” preferenciais de intervenções repressivas, ao mesmo tempo em que têm seu acesso a direitos e a cuidados em saúde sistematicamente limitado.

A compreensão da política de drogas no Brasil é fundamental para analisar a produção contemporânea da situação de rua, uma vez que a forma como o Estado regula, criminaliza e intervém sobre o uso de substâncias psicoativas impacta diretamente essa população. Historicamente, o enfrentamento ao uso de drogas esteve mais associado a práticas de controle social e repressão do que a políticas de saúde pública, o que contribui para a seletividade das ações institucionais dirigidas às populações em maior vulnerabilidade social (Carvalho, 2011). Nesse sentido, a política de drogas não pode ser dissociada da análise da situação de rua, especialmente quando se observa a aplicação desigual da legislação penal.

No plano internacional, o proibicionismo se consolidou a partir de uma lógica que associava substâncias psicoativas a determinados grupos sociais e raciais, construindo

narrativas de ameaça vinculadas a minorias étnicas e imigrantes. Como aponta Rodrigues (2003, p. 31 apud Campos, 2024, p. 16):

> Com a proibição do ópio, a partir de 1900, começaram as primeiras campanhas de amedrontamento da população norte-americana com relação aos 'perigos' da droga, correlacionados a específicos grupos étnicos, vistos como 'ameaçadores'. Em território americano, a reprovação moral ao uso de substâncias psicoativas – representado pelas abstêmias ligas puritanas – era tradicionalmente acompanhada pela associação entre determinadas drogas e grupos sociais. Uma mesma lógica era aplicada: minorias e imigrantes tinham comportamentos moralmente reprováveis e ameaçavam valores clássicos da América branca e puritana.

Essa matriz proibicionista influenciou diretamente as políticas internacionais de controle de drogas e repercutiu na formulação de estratégias adotadas em diferentes países, incluindo o Brasil.

No contexto brasileiro, a trajetória de criminalização do uso de substâncias psicoativas possui antecedentes ainda no período imperial, quando práticas associadas ao consumo de determinadas substâncias e comportamentos públicos passaram a ser alvo de controle jurídico e moral (Carvalho, 2006). Nesse período, já se observava a associação entre pobreza, vadiagem e desordem social, especialmente em um cenário pós-escravidão no qual populações negras libertas foram incorporadas de forma precária às dinâmicas urbanas. Conforme indicam Castro Neto e Couto Filho (2023), é nesse contexto que começam a emergir os primeiros discursos e regulações voltados ao uso de substâncias, ainda que de forma difusa, vinculados mais à ordem pública do que a uma política estruturada de drogas. Ao longo do tempo, esse processo se intensifica, culminando em legislações mais sistematizadas de controle e repressão, que consolidam uma lógica proibicionista orientada pela criminalização do usuário.

O ápice dessa construção histórica é a Lei nº 11.343 de 2006, conhecida como a Lei de Drogas. Em sua concepção, a lei nasceu com uma dualidade de propósitos: por um lado, avançou ao despenalizar o porte para consumo pessoal (Art. 28), substituindo a pena de prisão por medidas socioeducativas; por outro, endureceu drasticamente as penas para o tráfico (Art. 33).

O problema central, no entanto, reside na falha da lei em estabelecer uma fronteira clara entre essas duas figuras. A distinção foi deixada a cargo da interpretação subjetiva da autoridade policial e judicial, que deve considerar "a natureza e a quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente" (Brasil, 2006). Essa "falta de critérios objetivos

para distinguir usuários de traficantes resultou em interpretações subjetivas e seletividade penal, afetando principalmente jovens negros, pobres e periféricos". (Costa et al., 2025)

A "indefinição de critérios sobre quais quantidades de diferentes substâncias um usuário poderia portar para utilização pessoal ou que configurariam tráfico de drogas" (Toledo et al., 2017, p. 36) revela uma lacuna normativa relevante na legislação. Essa ausência de parâmetros objetivos pode favorecer interpretações discricionárias, possibilitando que indivíduos portando pequenas quantidades de substâncias, em outros contextos possivelmente enquadrados como usuários, sejam classificados como traficantes. Nesse processo, critérios extralegais, frequentemente associados ao perfil social, territorial e racial dos sujeitos, tendem a influenciar a tipificação penal, ampliando o risco de discriminação e seletividade na aplicação da lei.

Uma lei que pretendia abrandar o tratamento ao usuário acabou por contribuir para o aumento do encarceramento relacionado às drogas, atingindo de forma significativa pessoas enquadradas como traficantes em contextos de baixa escala. A "falta de clareza quanto aos critérios que classificam usuário e traficante [...] dá margem à criação de um estereótipo de suspeito" (Toledo et al., 2017, p. 36-37), transformando a legislação em uma ferramenta de controle social e aprofundando desigualdades estruturais.

Esse processo pode ser evidenciado por dados do sistema penitenciário brasileiro, que apontam um crescimento expressivo da população encarcerada por crimes relacionados à Lei de Drogas após sua promulgação. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o percentual de pessoas presas por crimes relacionados a drogas passou de aproximadamente 14% no início dos anos 2000 para mais de 30% na década seguinte, tornando-se uma das principais causas de encarceramento no país. Esse aumento ocorre justamente no contexto de vigência da Lei nº 11.343/2006, indicando que a legislação, em vez de reduzir o encarceramento, acabou por reforçar a seletividade penal já existente no sistema de justiça criminal brasileiro.

A criminalização do usuário, ganha novos contornos com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Antes dessa mudança, a análise de que "no Brasil usar drogas é crime (ainda que, em tese, não possível de pena de privação da liberdade)" (Toledo et al., 2017, p. 36) era universalmente aplicada. Essa criminalização, mesmo sem resultar em encarceramento direto, marcava o indivíduo como desviante.

Contudo, em junho de 2024, o STF alterou significativamente esse paradigma ao descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal, estabelecendo um critério quantitativo de até 40 gramas para diferenciar usuários de traficantes (STF, 2024). A decisão, no entanto, não legalizou a prática; ela transformou o porte de um ilícito penal para um ilícito de natureza

administrativa. Isso significa que, embora o porte de maconha para uso próprio não seja mais crime, a conduta continua sendo ilegal, e o usuário ainda está sujeito a intervenções estatais como a abordagem policial, a apreensão da substância e a aplicação de medidas socioeducativas (STF, 2024).

Nesse sentido, a simples fixação de um parâmetro quantitativo não elimina a centralidade da atuação policial na definição prática entre uso e tráfico. Como demonstram Haber e Maciel (2018), a polícia desempenha um papel decisivo no processamento dos crimes relacionados às drogas, sendo sua atuação um elemento estruturante na produção das acusações de tráfico. Essa dinâmica evidencia que, mesmo diante de critérios normativos mais objetivos, a seletividade na abordagem e na tipificação dos sujeitos permanece operando, especialmente sobre grupos socialmente vulnerabilizados, nos quais se incluem pessoas em situação de rua e populações periféricas.

Dessa forma, a criminalização se reconfigura, mas não desaparece, e sua nova dinâmica pode ser compreendida à luz das teorias clássicas de Becker ([1963] 2008) e Goffman ([1963] 2004). Para Becker ([1963] 2008, p. 22), o "desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação de regras e sanções por outros a um 'infrator'". Com a decisão do STF, as "regras e sanções" mudaram de penais para administrativas, mas não foram eliminadas. O indivíduo que porta maconha para consumo, embora não seja mais um "criminoso" em termos técnicos, ainda é classificado como um "infrator" de uma norma administrativa, tornando-se alguém a quem o rótulo de desviante ainda pode ser "aplicado com sucesso" (Becker, [1963] 2008, p. 22) pelas autoridades.

Consequentemente, o estigma, como definido por Goffman ([1963] 2004), persiste. O estigma é "um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo" (Goffman, [1963] 2004, p. 7), e a decisão do STF altera o "atributo" legal (de crime para ilícito administrativo), mas pouco interfere no "estereótipo" social do usuário de drogas. A marca de ser alguém que age à margem da legalidade, mesmo que em uma esfera não criminal, continua a evidenciar algo extraordinário ou moralmente desabonador sobre o status do indivíduo perante a sociedade (Goffman, [1963] 2004, p. 5).

Essa fragmentação da política de drogas, na qual o usuário de maconha ocupa um limbo jurídico enquanto os usuários de outras substâncias permanecem plenamente criminalizados, cria novas categorias de desvio e reforça a tese de que a legislação, mesmo com avanços, continua sendo uma ferramenta que distingue, classifica e controla sujeitos.

A falha legal com a aplicação social do estigma que culmina no que Misse (2010) define como "sujeição criminal". Este não é um processo que atinge qualquer criminoso, mas sim um

“sujeito por assim dizer ‘especial’, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados” (Misse, 2010, p. 17). A sujeição criminal se alimenta de uma “complexa afinidade entre certas práticas criminais [...] e certos ‘tipos sociais’ de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida” (Misse, 2010, p. 18). Esses indivíduos são vistos não apenas como alguém que cometeu um ato criminoso, mas como “marginais”, “violentos”, “bandidos” (Misse, 2010, p. 18).

Em suma, a política de drogas no Brasil inicia-se com uma base histórica repressiva (Carvalho, 2011), se consolida em uma legislação ambígua que permite a seletividade (Costa et al., 2025; Toledo et al., 2017), e se efetiva através da aplicação de rótulos e estigmas sociais (Becker, [1963] 2008; Goffman, [1963] 2004). O resultado é a produção da “sujeição criminal” (Misse, 2010).

O estigma associado ao uso de drogas não afeta todos os sujeitos da mesma forma, recaindo de maneira mais intensa sobre grupos socialmente vulnerabilizados, como a população em situação de rua. Nesse contexto, os processos de rotulação, estereotipização e sujeição criminal tornam-se ainda mais evidentes, já que esses indivíduos costumam ser associados à criminalidade, à desordem e à marginalidade social. Dessa forma, o uso de substâncias psicoativas passa a ser interpretado socialmente como um sinal da própria condição de pobreza e exclusão, reforçando estigmas preexistentes e contribuindo para a reprodução de práticas discriminatórias e de controle social.

Importa destacar, contudo, que nem toda pessoa em situação de rua faz uso de substâncias psicoativas, assim como nem todo usuário de drogas vive em situação de rua. Essa diferenciação é fundamental para evitar generalizações estigmatizantes que reforcem preconceitos e simplifiquem uma realidade marcada pela diversidade de trajetórias e experiências sociais. Desse modo, a análise da relação entre uso de drogas e situação de rua deve considerar os sujeitos em sua singularidade, história de vida e contexto social, respeitando sua autonomia e reconhecendo a necessidade de políticas públicas voltadas ao cuidado, à moradia e à reintegração social.

Entre as estratégias desenvolvidas no âmbito da política de drogas para pessoas em situação de rua, destaca-se o modelo Moradia Primeiro (*Housing First*). Segundo Carvalho (2020), essa abordagem parte do entendimento de que o acesso à moradia constitui um direito fundamental e não deve ser condicionado à abstinência ou à adesão prévia a tratamentos para o uso de substâncias psicoativas. Diferentemente dos modelos tradicionais, que estabelecem etapas sucessivas até a obtenção de uma moradia permanente, o Moradia Primeiro propõe a

oferta imediata de habitação, associada a serviços de apoio em saúde e assistência social, respeitando a autonomia dos sujeitos e suas escolhas de cuidado.

Ao analisar uma experiência brasileira de moradia assistida inspirada no *Housing First*, Carvalho (2020) observa que a iniciativa priorizou efetivamente a moradia sem condicionalidades, em consonância com os princípios originais do modelo. A autora argumenta que essa estratégia representa uma alternativa às abordagens centradas exclusivamente na repressão ao uso de drogas, ao reconhecer que a estabilidade habitacional pode favorecer o acesso aos serviços de saúde, a reconstrução de vínculos sociais e a ampliação das possibilidades de cuidado. Nesse sentido, o Moradia Primeiro contribui para deslocar o foco das políticas de drogas da lógica punitiva para uma perspectiva orientada pelos direitos humanos, pela redução de danos e pela inclusão social (Carvalho, 2020).

Dessa forma, a relação entre a vivência em situação de rua e o uso de substâncias psicoativas deve ser compreendida a partir de uma perspectiva multifatorial, envolvendo elementos sociais, econômicos, afetivos e institucionais. Ao contrário das interpretações simplificadoras que atribuem ao consumo de drogas a causa única da condição de rua, é necessário compreender esse fenômeno como parte de um ciclo de exclusão social. O uso de substâncias, muitas vezes, apresenta-se como consequência, e não origem, da situação de rua, embora também possa, em alguns casos, contribuir para sua permanência (Mendes et al., 2019).

A experiência da rua expõe os sujeitos a inúmeras vulnerabilidades que favorecem o consumo de drogas, como a insegurança constante, o frio, a fome, a violência física e simbólica, a falta de privacidade e o sentimento de abandono (Frangella, 2014). Nesse contexto, o uso de substâncias pode desempenhar múltiplas funções: aliviar o sofrimento, suportar a adversidade, facilitar a socialização entre pares e manter o estado de alerta em ambientes marcados pelo perigo (Frangella, 2014).

O *crack*, em particular, emerge nesse cenário com uma potência avassaladora, especialmente pela forma como seu consumo se manifesta no espaço público. Conforme destacam Toledo, Góngora e Bastos (2017, p. 33), “No Brasil, o consumo de crack adquire dimensão relevante, mediante, principalmente, sua visibilidade enquanto comportamento observável em cenas abertas de tráfico e consumo”. Essa exposição constante acentua a vulnerabilidade de quem a utiliza.

A visibilidade do uso do *crack* em espaços públicos frequentemente desencadeia reações sociais negativas, “o uso do *crack* desperta forte incômodo social; situação que contribui ainda mais para a discriminação e o preconceito direcionado a esses usuários” (Toledo et al., 2017, p. 35). Essa reação social empurra os indivíduos para uma condição de ainda maior isolamento.

Para muitos, o uso da substância está diretamente ligado a um contexto de sofrimento preexistente, sendo uma tentativa de mitigar as dores da exclusão, como argumenta Toledo et al. (2017, p. 33):

> O uso de crack, em contextos de pobreza e vulnerabilidade social, muitas vezes está vinculado a uma busca por alívio (ao menos, parcial, e certamente contraditório, pois o uso se mostra associado a danos e riscos adicionais) das condições de dor e sofrimento individual e social. Esse sentimento, que inclui situações de opressão e outras condições produtoras de mal-estar, fomenta a busca e a experimentação de algo que lhes traga prazer e satisfação pessoal, ainda que fugaz, pois o efeito das cocaínas fumáveis sobre o psiquismo é efêmero, durando poucos minutos.

Esse ciclo de sofrimento e uso da droga pode, por fim, culminar na perda de vínculos e no ingresso na vida nas ruas, conforme destacam Toledo, Góngora e Bastos (2017). A droga, que inicialmente poderia ser percebida como uma forma de alívio em contextos de pobreza e vulnerabilidade social (Toledo et al., 2017), passa também a aprofundar processos de exclusão social e marginalização. Tal cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que compreendam essa complexidade para além da simples repressão, especialmente diante das limitações históricas das políticas de proteção social voltadas às populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, Toledo et al. (2017), dialogando com as contribuições de Philippe Bourgois para a compreensão dos efeitos sociais da guerra às drogas, argumentam que políticas marcadas pela criminalização do uso de substâncias tendem a ampliar processos de marginalização e violência institucional. Segundo os autores, tais dinâmicas contribuem para que pessoas que usam drogas sejam frequentemente constrangidas, criminalizadas e submetidas a abordagens repressivas por agentes de segurança (Toledo et al., 2017, p. 32).

A associação entre o uso de *crack* e a prática de crimes é um dos pilares da estigmatização desses indivíduos. Toledo, Góngora e Bastos (2017, p. 34) apontam que, “nos últimos 25 anos, pesquisadores internacionais têm evidenciado maior interesse em analisar e verificar as associações entre uso de *crack* e a prática de crimes, principalmente os denominados crimes aquisitivos e/ou de rua”. No entanto, a natureza dessa relação é complexa e não pode ser reduzida a uma causalidade direta. O modelo tripartite de Goldstein (Goldstein apud Toledo et al., 2017, p. 34) ajuda a entender essa dinâmica, que pode ser (1) psicofarmacológica, (2) compulsório-econômica ou (3) sistêmica:

> O eixo psicofarmacológico sugere que alguns indivíduos poderiam apresentar comportamentos agressivos/violentos devido ao consumo de certas substâncias, como o álcool e os estimulantes. Já o segundo eixo, de caráter

> dito "compulsivo-econômico", corresponderia à violência associada à necessidade, em geral, premente, de financiar o consumo, dentre estes o hábito de consumir drogas (principalmente entre usuários de cocaína/ crack e heroína pelo quadro de dependência física e psíquica e pelo desejo compulsivo [fissura] pela droga). [...] O terceiro eixo, que corresponde ao que o autor denomina violência sistêmica, estaria associado ao comércio ilegal de drogas, expresso na brutalidade presente nas disputas por território entre facções rivais de traficantes, confronto com policiais e outros meios e modos hostis de impor "normas" e subtrair territórios à comunidade, com punições severas às pessoas que as descumprem, como, por exemplo, dever dinheiro ou mercadorias à boca de fumo/traficantes etc.

Em um estudo conduzido em quatro capitais brasileiras com 738 usuários de drogas, Paim Kessler et al. (apud Toledo et al., 2017, p. 34-35) observaram que os usuários de *crack* tinham uma tendência maior ao envolvimento em atividades ilícitas e violentas. Os dados revelaram que 23% dos usuários de *crack* praticavam furtos ou roubos, um índice significativamente maior que o dos usuários de cocaína em pó (12%) e o dos usuários de álcool (4,4%). A mesma tendência foi notada em relação a ameaças e agressões, com 32% de relatos entre os usuários de crack, contra 23% dos de cocaína e 15,2% dos de álcool.

A Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack no Brasil expõe uma aparente contradição: apesar de uma baixa porcentagem de usuários relatar a prática de crimes para obter dinheiro, como tráfico ou roubo, quase metade deles já possui histórico de prisão. A principal causa para as detenções recentes não foi o crime patrimonial, mas sim o uso ou a posse de drogas, indicando um foco punitivo sobre o usuário (Pesquisa Nacional Sobra Uso de Crack no Brasil apud Toledo et al., 2017, p. 35).

Há, portanto, uma relação circular entre exclusão social e consumo de drogas: um elemento alimenta e agrava o outro, num processo que dificulta a ruptura do ciclo da rua (Bastos; Bertoni, 2014). Essa dinâmica também deve ser compreendida no marco da criminalização da pobreza e da "guerra às drogas[4]", que atinge com especial severidade as populações marginalizadas. Pessoas em situação de rua, sobretudo jovens negros, são frequentemente alvo de abordagens policiais violentas e da aplicação seletiva da legislação penal sobre drogas (Parreira, 2023). Além da estigmatização como "usuários" ou "criminosos", essas pessoas enfrentam barreiras institucionais para acessar políticas de saúde e assistência

[4] A expressão "guerra às drogas" refere-se ao conjunto de políticas proibicionistas e repressivas voltadas ao combate à produção, circulação e consumo de substâncias ilícitas, consolidado internacionalmente a partir da década de 1970, especialmente durante o governo de Richard Nixon nos Estados Unidos. Diversos autores apontam que esse modelo privilegiou estratégias de criminalização e encarceramento em detrimento de abordagens centradas na saúde pública, produzindo impactos desproporcionais sobre populações pobres, negras e socialmente vulnerabilizadas (Carvalho, 2011; Rodrigues, 2008).

social, sendo muitas vezes tratadas com desconfiança ou desrespeito em serviços públicos (Labate et al., 2008).

As políticas públicas, por sua vez, nem sempre são capazes de responder de forma adequada e integral à complexidade do fenômeno. Souza (2013) discute a ambivalência na oferta de cuidado para usuários de drogas, que oscila entre a perspectiva da redução de danos[5] e abordagens punitivas. Nesse cenário, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD)[6] e os Consultórios na Rua[7] têm buscado construir práticas mais humanizadas e integradas, por meio de ações como acolhimento, acompanhamento psicossocial, atendimento multiprofissional e cuidado em território. Entretanto, esses serviços enfrentam limitações estruturais, orçamentárias e políticas que dificultam o alcance integral da população em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2022).

Diante disso, torna-se evidente que a relação entre situação de rua, uso de substâncias psicoativas e criminalização não pode ser compreendida de maneira isolada ou simplificada. Trata-se de um fenômeno atravessado por desigualdades sociais, estigmas e processos históricos de exclusão, que demandam respostas para além da lógica repressiva. Assim, a construção de políticas públicas pautadas nos direitos humanos, na saúde integral e na garantia de proteção social mostra-se fundamental para enfrentar as múltiplas vulnerabilidades que marcam a experiência das pessoas em situação de rua.

3.3 Representações sociais, reconhecimento e políticas públicas para a população em situação de rua

Por onde quer que andemos nas grandes cidades brasileiras, é cada vez mais frequente o encontro com pessoas vivendo em situação de rua. Tal presença, embora ostensiva, tornou-se naturalizada a ponto de se converter, para muitos, em uma forma de paisagem urbana, marcada por olhares apressados ou indiferentes que, ao mesmo tempo em que percebem, evitam reconhecer. Esse fenômeno crescente expressa muito mais do que uma questão de ordem individual ou conjuntural; ele revela contradições profundas, estruturais e históricas da

---

[5] A redução de danos consiste em uma estratégia de cuidado voltada à diminuição dos danos sociais e à saúde relacionados ao uso de substâncias psicoativas, sem exigir necessariamente a abstinência como condição para o cuidado (Brasil, 2003).

[6] Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) são serviços públicos especializados no atendimento a pessoas com sofrimento psíquico decorrente do uso de álcool e outras drogas, oferecendo acompanhamento multiprofissional e cuidado comunitário (Brasil, 2011).

[7] Os Consultórios na Rua são equipes de atenção básica que atuam de forma itinerante no atendimento à população em situação de rua, promovendo ações de cuidado, prevenção e encaminhamento aos serviços de saúde e assistência social (Brasil, 2011).

sociedade brasileira, particularmente no que tange à desigualdade, à fragmentação das redes de proteção social e à seletividade do acesso aos direitos fundamentais (Pimenta, 2019).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram um crescimento contínuo da população em situação de rua no Brasil nas últimas décadas. Segundo Natalino (2022), o número de pessoas registradas nessa condição no Cadastro Único passou de aproximadamente 101 mil em 2012 para mais de 281 mil em 2022. Esse aumento não pode ser compreendido isoladamente, mas deve ser relacionado às transformações econômicas e sociais intensificadas pela precarização do trabalho, pelo aumento do desemprego estrutural, pela crise habitacional e pelo enfraquecimento das políticas de proteção social. Além disso, os impactos da pandemia da COVID-19 aprofundaram processos já existentes de vulnerabilização social, ampliando o contingente de indivíduos submetidos à insegurança alimentar, à perda de renda e à ruptura de vínculos familiares e comunitários (Natalino, 2022).

Um levantamento realizado pelo Instituto Fome Zero (UFMG, 2024), com base em dados do Cadastro Único, evidencia a gravidade do fenômeno da situação de rua no Brasil. O estudo aponta que o número de pessoas em situação de rua alcançou 327.925 registros em dezembro de 2024, representando um crescimento de aproximadamente 25% em relação aos 261.653 registros contabilizados em dezembro de 2023. Os dados também revelam que 69,3% dessa população é composta por pessoas negras (227.393 indivíduos), enquanto cerca de 84% são homens (276.108 pessoas). Além disso, aproximadamente 72% não concluíram o ensino fundamental, o que evidencia importantes barreiras de acesso ao mercado de trabalho e a oportunidades de inserção social. Segundo o levantamento, esse crescimento está associado não apenas ao agravamento das desigualdades sociais, mas também à insuficiência de políticas estruturantes de moradia, trabalho, educação e proteção social voltadas à população em situação de rua.

Nesse contexto, a situação de rua não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas individuais ou rupturas pessoais, mas como expressão de processos históricos de exclusão social que atravessam dimensões econômicas, políticas e simbólicas da vida social. Como argumenta Wacquant (2001), a gestão contemporânea da pobreza tende a deslocar problemas sociais para o campo do controle e da criminalização, produzindo formas seletivas de marginalização urbana.

A discussão sobre memórias e representações sociais de pessoas em situação de rua, especialmente no que tange ao uso de drogas, não pode prescindir da análise do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Criado oficialmente em 2005, o movimento passou a desempenhar uma atuação política intensa, marcada pelo enfrentamento direto às práticas

governamentais excludentes e pela reivindicação de direitos sociais, reconhecimento político e participação nas decisões que afetam essa população. Seu lema “nada sobre nós sem nós” expressa não apenas uma reivindicação por inclusão política, mas também uma crítica histórica à produção de políticas públicas elaboradas sem a escuta e participação efetiva das pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, o MNPR representa um importante processo de organização coletiva de sujeitos historicamente invisibilizados e silenciados. Sua atuação contribui para deslocar a imagem da pessoa em situação de rua como objeto passivo de assistência ou controle social, afirmando-a como sujeito político capaz de produzir conhecimento, reivindicar direitos e disputar narrativas sobre sua própria existência social (Sicari; Zanella, 2020).

Essa postura é crucial para a temática das representações sociais, pois atua diretamente na ressignificação da imagem pública e da autoimagem das pessoas em situação de rua, afastando o estereótipo de “morador de rua” e promovendo uma visibilidade desejada, como argumentam Sicari e Zanella (2020, p. 1074):

> O MNPR também promove uma visibilidade desejada em relação ao olhar do outro sobre a pessoa em situação de rua, eleva a autoestima, constrói a imagem de uma pessoa que conhece seus direitos e luta por estes, afasta o estereótipo de “morador de rua”, produz novos e diferentes olhares, tanto no outro quanto na pessoa em situação de rua.

Tal perspectiva dialoga com a teoria das representações sociais, uma vez que evidencia disputas simbólicas em torno das imagens socialmente construídas sobre a população em situação de rua. Para Moscovici (2003), as representações sociais constituem formas de conhecimento produzidas coletivamente, responsáveis por organizar percepções, orientar comportamentos e tornar familiar aquilo que, em um primeiro momento, causa estranhamento social. No caso da população em situação de rua, essas representações são frequentemente marcadas por associações à criminalidade, à periculosidade, à incapacidade moral e à sujeira, contribuindo para processos de exclusão e desumanização.

Nesse contexto, o MNPR atua na produção de representações sociais sobre a vida nas ruas, tensionando discursos historicamente cristalizados e reivindicando reconhecimento, dignidade e cidadania. Trata-se de uma disputa simbólica importante, pois as representações sociais não apenas descrevem grupos, mas também legitimam práticas institucionais, políticas públicas e formas de tratamento social direcionadas a esses sujeitos.

O MNPR surge em um contexto de violência e invisibilidade extremas, tendo como catalisador o trágico evento conhecido como “Massacre da Praça da Sé”, ocorrido em 2004, em

São Paulo, quando 15 pessoas em situação de rua foram brutalmente agredidas e sete morreram em decorrência dos ataques (Sicari; Zanella, 2020). A repercussão do episódio impulsionou processos de mobilização coletiva e organização política dessa população. Conforme destaca Melo (2016, p. 58), a partir desse acontecimento foi "possível perceber o investimento em uma produção de memória e identidade". A memória do massacre deixa de operar apenas como lembrança traumática e passa a constituir elemento organizador da luta política, permitindo a construção de uma identidade coletiva baseada na denúncia da violência, na resistência e na afirmação da cidadania.

Nesse contexto, a experiência coletiva construída pelo MNPR dialoga com as representações sociais, pois demonstra que, a partir de uma memória traumática, o movimento ressignifica a experiência da vida nas ruas (Perreira; Dantas, 2018) e produz novas formas de se reconhecer e de ser reconhecido socialmente, rompendo com estigmas historicamente impostos (Goffman, [1963] 2004). Conforme Goffman ([1963] 2004), o estigma produz identidades deterioradas socialmente, reduzindo sujeitos a características consideradas desviantes. Nesse sentido, a atuação política do movimento contribui para tensionar tais classificações e reivindicar reconhecimento social e político.

A organização política da população em situação de rua foi fundamental para provocar o Estado a elaborar políticas públicas referenciadas, culminando na criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída pelo Decreto nº 7.053, de 2009, marco legal que surge como resultado direto da pressão exercida pelo movimento (Brasil, 2009). A PNPSR representa um avanço importante no reconhecimento formal dessa população como sujeito de direitos, rompendo parcialmente com uma tradição histórica de invisibilização, criminalização e higienização social da pobreza extrema.

A higienização social refere-se ao conjunto de práticas institucionais, urbanísticas e policiais voltadas ao afastamento compulsório de populações consideradas indesejáveis dos espaços públicos, frequentemente justificadas por discursos de ordem, segurança e limpeza urbana (Varanda; Adorno, 2004). No caso da população em situação de rua, tais práticas historicamente contribuíram para processos de exclusão e violação de direitos.

Vejamos o artigo 1º, parágrafo único, e o artigo 5º do Decreto nº 7.053, de 2009:

> **Art. 1º** Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.
> **Parágrafo único.** Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a

> inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.
>
> **Art. 5º** São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:
> I - respeito à dignidade da pessoa humana;
> II - direito à convivência familiar e comunitária;
> III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
> IV - atendimento humanizado e universalizado; e
> V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (Brasil, 2009).

Assim, o decreto se materializa como uma resposta a memórias coletivas de violência e exclusão que reivindicam reconhecimento, denunciam violações de direitos e afirmam identidades historicamente silenciadas (Perreira; Dantas, 2018; Mendes; Ronzani; Paiva, 2019). Essa normativa constituiu um marco importante ao reconhecer formalmente esse grupo social como destinatário de direitos específicos e como sujeito político. Contudo, diversos autores apontam que sua implementação permanece marcada por descontinuidades administrativas, fragilidades institucionais e baixa articulação intersetorial entre políticas de assistência social, saúde, habitação e trabalho (Schuch; Gehlen, 2012).

Segundo o referido decreto, a população em situação de rua é caracterizada como um grupo populacional heterogêneo, cujos traços comuns incluem a pobreza extrema, a fragilização ou ruptura de vínculos familiares e a ausência de moradia convencional regular. Essas pessoas utilizam os logradouros públicos, edificações abandonadas ou áreas degradadas como espaços de moradia e sobrevivência, seja de forma provisória ou contínua. Também recorrem, sempre que possível, a unidades de acolhimento institucional para pernoite ou estadia temporária (Brasil, 2023).

A PNPSR propõe como meta central a garantia de acesso pleno, seguro e facilitado aos serviços públicos das mais diversas áreas: assistência social, saúde, habitação, trabalho, cultura, educação e justiça. Seus princípios norteadores incluem o respeito à dignidade da pessoa humana, a valorização da vida e da cidadania, o direito à convivência familiar e comunitária, o atendimento humanizado e não discriminatório, além do reconhecimento das diversidades de origem, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, faixa etária e crença religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Entre os objetivos definidos pela política, destacam-se:

> III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua; […]
> VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero geracional, nas diversas áreas do conhecimento.

Contudo, para que a PNPSR seja implementada de maneira eficaz, tanto no nível federal quanto nos estados e municípios, é essencial dispor de dados confiáveis sobre essa população, visando identificar o número atual de pessoas em situação de rua, sua distribuição geográfica no país e seu perfil, possibilitando a elaboração de políticas públicas direcionadas e adequadas. A ausência de diagnósticos sistemáticos contribui para a invisibilidade institucional dessa população e dificulta o planejamento de ações efetivas de proteção social.

De acordo com dados do IBGE (2023) e do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, os dez municípios com o maior número de pessoas em situação de rua concentram cerca de 48% do total estimado de 281.472 pessoas registradas nessa condição no Brasil. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre, Campinas e Florianópolis. É importante destacar que, dentre esses, somente Porto Alegre, Campinas e Florianópolis não estão entre as dez cidades mais populosas do país. A cidade de São Paulo, isoladamente, abriga uma quantidade de pessoas em situação de rua superior à população total de grande parte dos municípios brasileiros. Em números absolutos, a região Sudeste concentra o maior contingente de pessoas em situação de rua, registrando 145.689 pessoas em dezembro de 2022, o que representa aproximadamente 62% do total nacional.

A partir de dados do Cadastro Único e do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022), seis estados possuem mais de 10 mil pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul. Entre os municípios, Belo Horizonte apresenta o maior percentual de pessoas em situação de rua em relação à sua população total, equivalente a aproximadamente cinco indivíduos nessa condição para cada mil habitantes. Esses dados, contudo, revelam apenas uma parcela da realidade, uma vez que o Cadastro Único contempla apenas indivíduos alcançados pelas políticas de assistência social.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, para que uma pessoa seja incluída no Cadastro Único, é exigida a apresentação do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou da certidão de nascimento. Entretanto, uma das demandas mais recorrentes entre a população em situação de rua refere-se justamente ao acesso à documentação civil, especialmente à emissão de segunda

via de documentos pessoais, tendo em vista que é bastante comum que esses documentos sejam perdidos, furtados, extraviados ou danificados (IPEA, 2023).

A ausência de documentação civil produz um processo de invisibilidade institucional que dificulta não apenas o acesso a benefícios sociais, mas também o exercício pleno da cidadania. Sem documentos básicos, muitas pessoas em situação de rua enfrentam barreiras para acessar serviços de saúde, assistência social, programas de transferência de renda e oportunidades formais de trabalho, perpetuando ciclos de exclusão social (IPEA, 2023).
Conforme a Decisão do Supremo Tribunal Federal:

> […] além do desafio de se obter informações e de ter acesso documentos de identificação e registro, dado que se estima que cerca de três milhões de brasileiros não possuem certidão de nascimento e em torno de 50 milhões não têm CPF, muitas das políticas públicas destinadas a essa população não levam em conta essa vulnerabilidade para seu estabelecimento. Assim, é considerada a questão de como exercer cidadania sem acesso ao registro civil e a consequente invisibilidade diante de um rol de serviços básicos, como a utilização do SUS, retirada de auxílio etc. (STF, 2023).

Esses dados revelam uma realidade alarmante, marcada pelo crescimento contínuo da população em situação de rua e pela insuficiência das respostas institucionais historicamente construídas no país. Mais do que um fenômeno individual, a situação de rua expressa processos estruturais de desigualdade, exclusão social e fragilização das políticas de proteção social.

Nesse cenário, compreender a população em situação de rua exige ultrapassar interpretações moralizantes ou simplificadoras que reduzem essa condição à escolha individual, ao fracasso pessoal ou ao desvio social. Trata-se de reconhecer que a vida nas ruas é atravessada por múltiplas violações de direitos, processos de estigmatização e experiências contínuas de violência institucional e simbólica.

Assim, a produção de conhecimento, a ampliação de diagnósticos sociais e o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais tornam-se fundamentais não apenas para garantir acesso à moradia e à assistência social, mas também para enfrentar os mecanismos históricos de invisibilização e exclusão que atingem essa população.

Na próxima seção, será apresentada a metodologia adotada nesta pesquisa, detalhando os procedimentos, técnicas e instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Serão também explicados os critérios de seleção das pesquisas e o delineamento do estudo.

4 O CAMINHAR METODOLÓGICO DA PESQUISA

O itinerário metodológico adotado neste estudo foi delineado a partir de perspectivas alinhadas aos objetivos propostos pela pesquisa. Com base nessa análise, fundamentamo-nos na abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo.

A opção pela abordagem qualitativa, justifica-se pela especificidade do objeto de estudo, a produção científica que trata das memórias e das representações sociais acerca do uso de drogas por pessoas em situação de rua. Tal escolha metodológica decorre da necessidade de apreender, de forma interpretativa e crítica, os sentidos e significados construídos no âmbito das pesquisas acadêmicas.

De acordo com Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa:

> [...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Dessa forma, a abordagem qualitativa se mostra adequada por possibilitar a exploração da produção científica sobre o tema, permitindo pesquisar sobre as interpretações e representações analisadas pelos pesquisadores em seus estudos acerca das memórias e das representações sociais relacionadas ao uso de drogas por pessoas em situação de rua.

Além da abordagem qualitativa, esta pesquisa também assume um caráter bibliográfico, fundamentando-se na análise crítica de artigos científicos, dissertações e teses que tratam das temáticas centrais do estudo: uso de drogas, população em situação de rua, memória e representações sociais. O estudo bibliográfico se justifica por sua relevância na construção de um referencial teórico capaz de embasar as reflexões e análises desenvolvidas ao longo da pesquisa, além de permitir o mapeamento do estado da arte sobre o tema em questão.

A metodologia deste tipo de pesquisa possui caráter “inventariante e descritivo das produções acadêmicas e científicas sobre o tema” (Ferreira, 2002, p. 258). Com o objetivo de mapear e analisar a produção científica nacional que aborda o uso de drogas entre pessoas em situação de rua.

Assim, o percurso metodológico foi pautado na análise e interpretação de fontes teóricas que permitam compreender os discursos e saberes produzidos sobre a população em situação de rua e o uso de substâncias psicoativas, considerando os aspectos psicossociais, históricos e

culturais que atravessam essas vivências. A combinação entre a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica possibilitou uma análise mais ampla e crítica do fenômeno investigado, contribuindo para a construção de um conhecimento que seja, ao mesmo tempo, científico e socialmente comprometido.

A coleta dos dados foi realizada exclusivamente na base de dados do Google Acadêmico, nos meses de junho e novembro de 2025. A escolha por essa base se deve à sua ampla cobertura de fontes acadêmicas de acesso aberto, o que a torna adequada para o objetivo da pesquisa. Considerando a combinação de palavras-chave e os critérios de refinamento aplicados, o Google Acadêmico mostrou-se suficiente para localizar produções pertinentes ao tema investigado.

O recorte temporal compreendeu o período de 2015 a 2025, selecionado para privilegiar a análise da produção científica mais atual, marcada por um crescimento no volume de publicações a partir de meados da década, conforme indica uma revisão de escopo sobre população em situação de rua e uso de drogas no Brasil (Souza et al., 2023). Esse avanço aparece também em estudos sistemáticos que destacam uma intensificação dos debates acadêmicos latino-americanos sobre vulnerabilidades associadas à pobreza, estigma e desigualdades (Mendes; Ronzani; Paiva, 2019; Esmeraldo Filho, 2020).

Mendes, Ronzani e Paiva (2019), em revisão de escopo sobre a produção científica relacionada à população em situação de rua, analisaram 79 artigos publicados entre 1990 e 2015, identificando um crescimento gradual das publicações ao longo do período: 4 estudos entre 1990–1995; 6 entre 1996–2000; 8 entre 2001–2005; e 61 entre 2006–2015, indicando uma concentração mais expressiva da produção científica na segunda década analisada.

Além disso, uma revisão da produção científica nacional no campo, feita por Esmeraldo Filho et al. (2020, p. 7), revela expressivo aumento no ano de 2015 nas publicações voltadas a temáticas como saúde mental e consumo de substâncias com esse grupo populacional, vejamos:

> Um primeiro aspecto que chama a atenção é o aumento gradativo do número de publicações (Tabela 1), especialmente a partir do ano 2015, o que pode indicar que as questões que atravessam essa população passam a compor o cenário de preocupações acadêmicas, frutos do seu processo de institucionalização a partir do lançamento da Política Nacional da População em Situação de Rua.

Dessa forma, o recorte temporal adotado permite apreender tendências recentes da produção científica, evidenciando a consolidação de um debate acadêmico crescente e a

ampliação do conhecimento sobre vulnerabilidades, uso de drogas e saúde mental da população em situação de rua.

Conforme apresentado na introdução, o levantamento da literatura foi iniciado por uma busca exploratória preliminar, realizada com a finalidade de reconhecer as revisões já produzidas sobre a temática e verificar a pertinência do recorte proposto. Essa etapa não integrou o processo de constituição do *corpus* definitivo. Para a seleção das produções que compuseram efetivamente o material de análise, foram realizadas posteriormente duas buscas principais no Google Acadêmico, em períodos distintos, com o objetivo de ampliar o alcance das produções científicas identificadas e conferir maior consistência ao *corpus* da pesquisa.

Em ambas as etapas, foram utilizados os mesmos critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão: (i) produções acadêmicas publicadas no período de 2015 a 2025; (ii) estudos realizados no Brasil; (iii) trabalhos com pelo menos um autor com titulação de mestre ou doutor; e (iv) estudos que abordassem diretamente o uso de drogas entre pessoas em situação de rua, identificados no título, resumo ou palavras-chave. Como critérios de exclusão, foram considerados: (i) trabalhos duplicados; (ii) publicações anteriores a 2015; (iii) estudos realizados fora do Brasil; e (iv) produções sem aderência temática após leitura de título, resumo e palavras-chave.

Na primeira busca, realizada em junho de 2025, foram utilizados os descritores: “drogas”; descritor teórico obrigatório: “memória” OR “representações sociais”, descritores alternativos obrigatórios: “população em situação de rua”; “pessoa em situação de rua”, “pessoas em situação de rua”; “morador de rua”, “moradores de rua”. Essa etapa inicial resultou em um total de 2.120 resultados, dos quais 13 foram selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. A segunda busca, realizada em novembro de 2025, utilizou a combinação dos descritores “história” AND “pessoas em situação de rua” AND “drogas” AND “ciências sociais”**,** com o propósito de ampliar a estratégia inicial e alcançar produções que abordassem o fenômeno também em suas dimensões históricas, sociais, políticas e institucionais. Essa segunda etapa resultou na identificação de 2.650 resultados, dos quais 28 foram selecionados após triagem.

A inclusão do descritor “história” buscou favorecer a identificação de estudos relacionados à constituição e à permanência, ao longo do tempo, de determinadas formas de compreender a situação de rua e o uso de drogas. Já o descritor “ciências sociais” foi incorporado com a finalidade de ampliar a busca para produções que analisassem essas questões para além de perspectivas predominantemente clínicas ou biomédicas, contemplando aspectos como desigualdade, exclusão, estigma, relações sociais, atuação do Estado e processos de

marginalização. Ao final das duas buscas principais, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a remoção de duplicidades, o *corpus* final foi composto por 41 produções acadêmicas, incluindo artigos, dissertações e teses publicadas entre 2015 e 2025, relacionadas à temática do uso de drogas entre pessoas em situação de rua.

A proposta da pesquisa não se limita ao levantamento da produção existente, mas busca analisar criticamente de que maneira a produção científica brasileira tem incorporado – ou não – as categorias de memória e representações sociais no estudo das experiências de pessoas em situação de rua relacionadas ao uso de drogas. Diante disso, buscamos compreender quais áreas do conhecimento têm se aproximado dessas categorias, com que enfoques teóricos, e quais contribuições essas abordagens oferecem para o campo, evidenciando os pontos fortes, limites e lacunas nas produções atuais, e apontar caminhos possíveis para o aprofundamento do tema em futuras investigações.

A leitura dos trabalhos selecionados permitiu identificar e agrupar os estudos em três categorias temáticas recorrentes na produção acadêmica analisada. A primeira categoria, **A experiência vivida: significados e paradoxos do uso de drogas nas ruas**, reúne pesquisas centradas nas narrativas e experiências dos próprios sujeitos, evidenciando a ambivalência do consumo de substâncias e sua relação com sofrimento, cuidado, identidade e resistência. A segunda categoria, **O olhar público: mídia, estigma e representações sociais**, abrange os processos de construção social da imagem da população em situação de rua, destacando o papel da mídia e dos discursos sociais na produção e reprodução de estigmas. Por fim, a terceira categoria **O contexto político e institucional: a memória do Estado e a representação do cuidado**, analisa como as políticas públicas, os serviços de saúde e assistência e as práticas institucionais contribuem para a produção de memórias e representações marcadas por dinâmicas de repressão, exclusão e cuidado.

Essas categorias não apenas evidenciam os enfoques mais frequentes na literatura, como também refletem as distintas abordagens adotadas pelos autores. O levantamento foi construído com base na compreensão dos objetivos e conteúdos apresentados em cada trabalho. Foi observada a diversidade temática nas categorias, o que demonstra a complexidade dos fenômenos envolvidos na vivência em situação de rua. As representações sociais, a relação com o uso de drogas, os estigmas e os desafios no acesso à saúde, foram elementos identificados em grande parte dos trabalhos; as diferentes abordagens metodológicas e campos disciplinares também apontam para uma produção interdisciplinar, que contribui para um entendimento multifacetado da problemática.

Na primeira categoria, a Unidade Temática 1 (UT1), intitulada **Representações sociais sobre drogas e situação de rua**, reúne 22 trabalhos que abordam as percepções, experiências e significados atribuídos ao uso de drogas por pessoas em situação de rua. Os estudos foram agrupados em três subunidades temáticas: **Dualidade da experiência e representações sociais** (12 trabalhos), **Identidade, cuidado e interseccionalidade** (8 trabalhos) e **Heterogeneidade do grupo** (2 trabalhos). O Quadro 1 apresenta a distribuição dos estudos analisados em cada subunidade.

Quadro 1 - Trabalhos incluídos na UT1: Representações sociais sobre drogas e situação de rua.

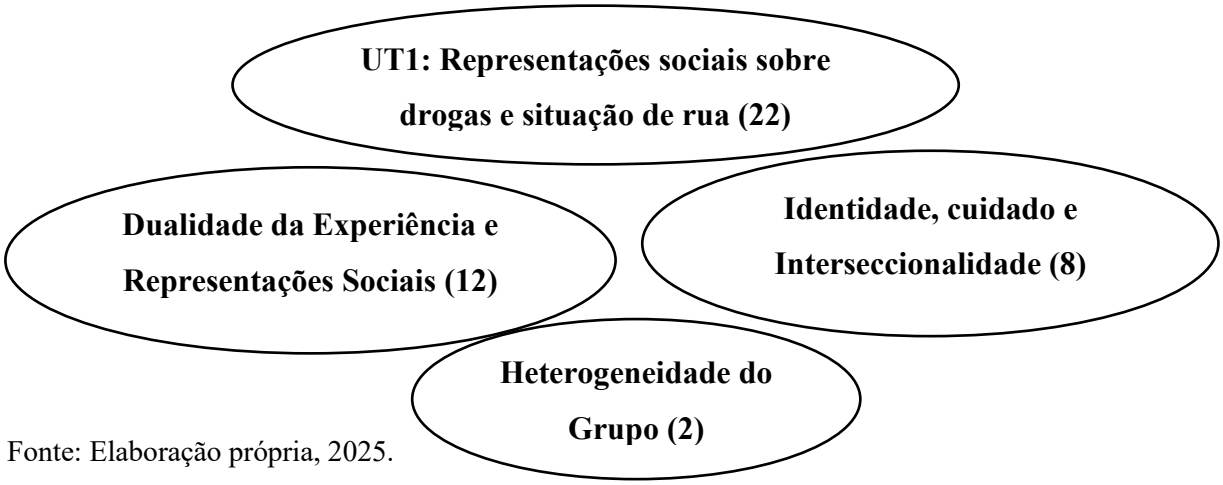
Subcategoria temática	Trabalhos
Dualidade da experiência e representações sociais (12)	Campos (2018); Campos et al. (2020); Von Flach (2019); Borges (2023); Silva (2018); Quintão (2017); Costa (2017); Calil (2021); Barone (2023); Santos (2017); Patitucci (2022); Ribeiro (2024).
Identidade, cuidado e interseccionalidade (8)	Acioli Neto (2018); Silva (2024); Leite Júnior (2024); Damasceno (2021); Fróes (2023); Araújo (2024); Macedo (2016); Dias (2021).
Heterogeneidade do grupo (2)	Spadoni et al. (2017); Robaina (2015).

Fonte: Elaboração própria, 2026.

De modo geral, os trabalhos evidenciam que as representações sociais sobre as drogas são marcadas por ambiguidades e múltiplos significados. As substâncias aparecem associadas tanto ao sofrimento, à exclusão e à vulnerabilidade quanto a estratégias de sobrevivência, sociabilidade e enfrentamento das dificuldades vivenciadas na rua. Os estudos também destacam a influência de fatores como pobreza, estigma, raça, gênero e acesso ao cuidado na construção dessas representações.

Outro aspecto recorrente refere-se à diversidade das trajetórias e experiências que compõem a realidade da população em situação de rua. Os resultados analisados indicam que não existe uma experiência única da rua ou do uso de drogas, mas diferentes formas de vivenciar e significar essas condições. A Figura 1 apresenta a organização temática dos estudos que compõem esta unidade.

Figura 1 - Categoria 1: A experiência vivida - significados e paradoxos do uso de drogas nas ruas.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Na segunda categoria, a Unidade Temática 2 (UT2), intitulada **Construção midiática e social das representações**, reúne sete estudos que analisam como a mídia, os discursos sociais e os processos de estigmatização contribuem para a construção das representações sobre a população em situação de rua e o uso de drogas. Os trabalhos foram agrupados em duas subunidades temáticas: **Construção midiática** e **Estigmatização**. O Quadro 2 apresenta a distribuição dos estudos analisados em cada subunidade.

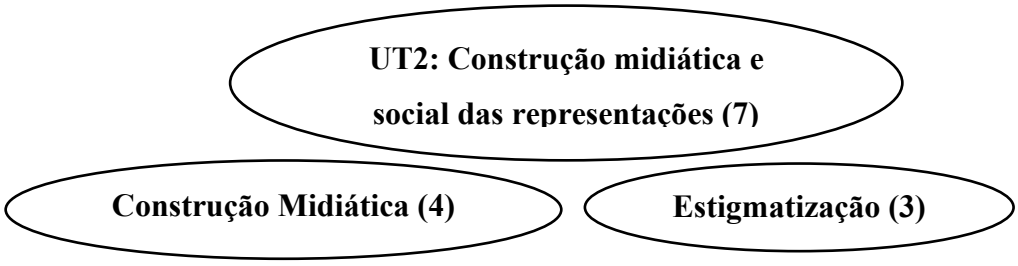
Quadro 2 - Trabalhos incluídos na UT2: O olhar público - mídia, estigma e representações sociais.

Subcategoria temática	Trabalhos
Construção midiática (4)	Ferreira e Alves (2015); Roque (2021); Oliveira e Feitosa (2016); Acioli Neto (2018)
Estigmatização (3)	Matos et al. (2017); Brito e Silva (2022); Silva (2018)

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A organização temática da UT2 pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 - Categoria 2: O olhar público - mídia, estigma e representações sociais.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Os estudos reunidos nesta unidade temática demonstram que as representações sociais sobre a população em situação de rua não são produzidas apenas a partir das experiências vividas pelos sujeitos, mas também por discursos externos que circulam na sociedade e influenciam a opinião pública. A literatura analisada evidencia que a mídia frequentemente associa a população em situação de rua à criminalidade, à desordem urbana, à violência e ao uso de drogas, contribuindo para a consolidação de imagens estereotipadas e para a naturalização de práticas de exclusão social.

Além disso, os trabalhos apontam que os processos de estigmatização ultrapassam o campo midiático e passam a integrar o imaginário social mais amplo. Rótulos como “viciado”, “drogado”, “perigoso”, “doente” ou “vagabundo” são constantemente atribuídos às pessoas em situação de rua, reforçando mecanismos de discriminação e produzindo impactos significativos na construção da identidade, na autoestima e no acesso a direitos. Em alguns casos, essas representações são internalizadas pelos próprios sujeitos, contribuindo para a reprodução de sentimentos de vergonha, sofrimento e não pertencimento.

Por outro lado, os estudos também identificam processos de resistência e ressignificação dessas imagens estigmatizadas. As experiências vividas nas ruas revelam a existência de identidades construídas para além dos rótulos socialmente impostos, evidenciando a capacidade dos sujeitos de produzir vínculos, formas de pertencimento e estratégias de enfrentamento diante das diversas formas de exclusão. Nesse sentido, a UT2 demonstra que as representações sociais sobre a população em situação de rua constituem um campo de disputas simbólicas, no qual coexistem discursos de criminalização, exclusão e resistência.

Na terceira categoria, a UT3, **O Contexto Político e Institucional: A Memória do Estado e a Representação do Cuidado**, reúne 14 trabalhos que investigam como políticas públicas, legislações, instituições de saúde e assistência social e diferentes modelos de cuidado participam da construção das representações sociais sobre o uso de drogas e a população em situação de rua. Os estudos agrupados nessa unidade evidenciam que a atuação do Estado influencia diretamente as experiências de acesso a direitos, os significados atribuídos ao cuidado e as formas de enfrentamento da exclusão social.

Conforme apresentado no Quadro 3, os estudos foram organizados em três subcategorias: **A construção estatal da representação social oficial sobre drogas e o reforço do proibicionismo** (6 estudos), **As barreiras institucionais e a exclusão do acesso ao cuidado** (3 estudos) e **Modelos de cuidado alternativos e a possibilidade de representações positivas do Estado** (5 estudos).

Quadro 3 - Trabalhos agrupados na UT3: O Contexto Político e Institucional: a Memória do Estado e a Representação do Cuidado.

Subcategoria temática	Trabalhos
A construção estatal da representação social oficial sobre drogas e o reforço do proibicionismo (6)	Moura (2024); Souza (2015); Costa (2015); Ferreira (2021); Morais (2017); Bertoni e Fernandes (2019).
As barreiras institucionais e a exclusão do acesso ao cuidado (3)	Dultra (2018); Ferreira (2023); Sarmento (2015).
Modelos de cuidado alternativos e a possibilidade de representações positivas do estado (5)	Alecrim (2022); Silva (2015); Silva (2020); Brito (2023); Genghini (2015).

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A organização temática da UT3 pode ser visualizada na Figura 3.

Figura 3 - Categoria 3: O Contexto Político e Institucional: A Memória do Estado e a Representação do Cuidado



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Os estudos da primeira subcategoria demonstram que as políticas sobre drogas, especialmente aquelas fundamentadas em perspectivas proibicionistas, tendem a associar o uso de substâncias à criminalidade, ao desvio moral e à necessidade de controle. As pesquisas analisam temas como internação compulsória, comunidades terapêuticas, políticas de saúde mental e formulação legislativa, evidenciando a permanência de discursos moralizantes e punitivos que influenciam a construção das representações sociais sobre usuários de drogas.

Na segunda subcategoria, os trabalhos destacam as dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua para acessar serviços de saúde e assistência social. Barreiras burocráticas, discriminação, racismo institucional, julgamentos morais e descontinuidade das políticas públicas aparecem como elementos que contribuem para a produção de experiências de exclusão e para a construção de uma imagem do Estado como agente de rejeição e não pertencimento.

Por outro lado, a terceira subcategoria reúne estudos que apresentam experiências pautadas na redução de danos, no fortalecimento de vínculos e na garantia de direitos. Iniciativas como o Consultório na Rua, programas de redução de danos, ações de educação popular e políticas centradas na autonomia dos sujeitos são descritas como estratégias capazes de produzir experiências mais positivas de cuidado, favorecendo representações do Estado associadas ao acolhimento, à cidadania e ao reconhecimento social.

De forma geral, esta unidade temática evidencia que as representações sociais sobre drogas e situação de rua são fortemente influenciadas pelas formas de atuação do Estado. Enquanto políticas baseadas no controle e na repressão tendem a reforçar estigmas e processos de exclusão, modelos orientados pela garantia de direitos e pela redução de danos contribuem para a construção de relações mais inclusivas entre instituições e usuários dos serviços públicos.

Por fim, destaca-se que o percurso metodológico adotado possibilitou a construção de uma análise sistemática e criticamente orientada da produção científica nacional sobre o uso de drogas entre pessoas em situação de rua, com especial atenção às contribuições das categorias de memória e representações sociais. A articulação entre a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica permitiu não apenas identificar tendências, enfoques teóricos e lacunas no campo, mas também compreender como os significados atribuídos às drogas, à experiência da rua e às políticas de cuidado são socialmente construídos e historicamente situados.

A organização dos estudos em categorias temáticas favoreceu a apreensão da complexidade do fenômeno investigado, evidenciando a coexistência de experiências de sofrimento, resistência, estigmatização e produção de vínculos. Dessa forma, a metodologia adotada mostrou-se coerente com os objetivos da pesquisa, ao oferecer subsídios para a interpretação das múltiplas dimensões que atravessam a relação entre uso de drogas, memória e representações sociais no contexto da população em situação de rua

.

5 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O USO DE DROGAS E A SITUAÇÃO DE RUA

Nesta seção, discutimos os resultados obtidos a partir da análise das produções científicas selecionadas para esta pesquisa, com o objetivo de compreender como a literatura brasileira tem abordado as memórias e as representações sociais de pessoas em situação de rua acerca do uso de drogas. A partir da leitura integral e da sistematização dos 41 estudos que compõem o *corpus* analítico, foi possível identificar recorrências temáticas, lacunas investigativas e diferentes modos de interpretar a complexa relação entre o uso de substâncias psicoativas e a vivência nas ruas.

A análise evidenciou que o fenômeno investigado tem sido abordado de forma interdisciplinar, envolvendo contribuições de áreas como Psicologia, Saúde Coletiva, Serviço Social, Antropologia, Geografia, Terapia Ocupacional e Direito. À luz da Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici, e das contribuições de Halbwachs acerca da memória coletiva, os estudos analisados permitem compreender que os sentidos atribuídos ao uso de drogas e à situação de rua são construídos socialmente, produzidos nas experiências compartilhadas dos sujeitos e continuamente atualizados nas relações estabelecidas com a sociedade, com as instituições e com as políticas públicas.

De modo geral, os resultados revelam que memórias e representações sociais constituem dimensões centrais para compreender tanto as experiências vividas pelas pessoas em situação de rua quanto os discursos públicos e as práticas institucionais que incidem sobre elas. Ainda que esses conceitos nem sempre sejam mobilizados de forma explícita pelas pesquisas revisadas, eles emergem como importantes categorias interpretativas para compreender processos de estigmatização, reconhecimento, exclusão e cuidado presentes na literatura analisada.

5.1 A experiência vivida: significados e paradoxos do uso de drogas nas ruas

Entre os estudos analisados, alguns mobilizam explicitamente a Teoria das Representações Sociais (TRS) para compreender os sentidos atribuídos ao uso de drogas por pessoas em situação de rua (Quintão, 2017; Campos, 2018; Silva, 2024). Nesses trabalhos, conceitos como ancoragem, objetivação, identidade, estigma e núcleo central são utilizados para compreender como determinados conhecimentos socialmente compartilhados orientam a percepção das substâncias psicoativas, dos usuários e da própria experiência de viver nas ruas. Em conjunto, esses estudos evidenciam que o uso de drogas não pode ser compreendido apenas

como comportamento individual, mas como fenômeno produzido em contextos sociais específicos, atravessado por valores, crenças, memórias coletivas e processos de reconhecimento ou exclusão social.

A vivência do uso de substâncias psicoativas (SPA) nas ruas é atravessada por um fenômeno de comunicação paradoxal, onde a droga assume simultaneamente funções de aliada e inimiga. Essa ambivalência não é apenas um traço individual, mas reflete representações sociais (RS) que organizam o cotidiano dos sujeitos. De um lado, a droga é personificada como uma entidade destruidora, ancorada no imaginário da morte, da delinquência e do descarte social (Quintão, 2017). Segundo Campos (2018), para o grupo investigado, as palavras “destruição” e “coisa ruim” emergem como núcleo central dessas representações, reforçando o conhecimento socialmente construído de que o consumo é um “caminho de morte” que corrói a saúde e os vínculos familiares.

Por outro lado, os sentidos atribuídos às drogas não se restringem às consequências negativas do consumo. Nas experiências de vida nas ruas, as substâncias também podem assumir funções relacionadas ao prazer, à socialização, ao pertencimento e ao enfrentamento das adversidades cotidianas. Nessa perspectiva, aquilo que em determinados momentos é percebido como fonte de sofrimento e destruição pode, em outros, constituir um recurso utilizado para lidar com a fome, o frio, a solidão, o medo e as dificuldades decorrentes da própria condição de viver nas ruas. Essa dupla significação ajuda a compreender por que a droga pode ser representada simultaneamente como “inimiga”, pelos prejuízos associados ao consumo, e como “aliada”, pelas funções que passa a desempenhar na organização da vida cotidiana.

Essa interpretação dialoga diretamente com os processos de ancoragem e objetivação descritos por Moscovici. Conforme Quintão (2017, p. 7), os usuários organizam suas representações "ancorados no imaginário social de que o uso de crack remete à delinquência, mendicância e doença", ao mesmo tempo em que objetivam expectativas relacionadas ao trabalho, ao estudo e à reconstrução da própria vida. Tal resultado demonstra que as representações sociais não são homogêneas, mas articulam elementos contraditórios que permitem aos sujeitos interpretar e atribuir sentido às suas experiências cotidianas.

A utilização da Teoria do Núcleo Central por Campos (2018) permite compreender que determinadas representações sobre as drogas possuem maior estabilidade e resistência à mudança por estarem associadas à memória coletiva do grupo social. Nesse sentido, elementos como destruição, sofrimento e morte não aparecem apenas como opiniões individuais, mas

como conhecimentos compartilhados que organizam a forma como os sujeitos interpretam suas experiências com as substâncias psicoativas.

Entretanto, esse mesmo consumo é ressignificado no contexto hostil das ruas como uma ferramenta de prazer, alívio e sobrevivência. Diante da "insuportabilidade da existência" e da dor de uma vida percebida como amarga, a substância atua como um lenitivo para a solidão e a angústia (Quintão, 2017; Campos, 2018). O uso proporciona momentos de "curtição" que permitem ao sujeito esquecer, temporariamente, a fome, o frio e a invisibilidade. Assim, a droga preenche vazios existenciais e sociais produzidos por trajetórias de exclusão, funcionando como um "artifício de vida" para lidar com a crueza do abandono (Robaina, 2015).

Nesse cenário, o uso pode ser compreendido como uma forma de resistência ao abandono social. Ao ocupar os espaços públicos com uma cultura de uso própria, os sujeitos desafiam as normas higienistas e a cidadania negada, transformando o ato de usar em uma afirmação de autonomia frente à miséria (Silva, 2018). Essa perspectiva transgressora revela que a droga não é a causa da marginalidade, mas uma resposta a um sistema que produz humanos desumanizados (Quintão, 2017). Quintão (2017) sintetiza essa tensão dialética:

> A hipótese condutora deste trabalho é a possibilidade de considerar o uso de crack como uma transgressão à ordem dominante, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, se torna um aprisionamento, à medida em que a busca da "próxima pedra de crack" passa a ser o que determina o dia a dia, em um contexto de políticas que não conseguem alcançar a complexidade dessa dinâmica. (Quintão, 2017, p. 14).

A personificação da droga, tratada como um ser animado dotado de vontade própria, é um recurso linguístico que muitas vezes retira o protagonismo do sujeito, reduzindo-o à figura do "viciado" sem volição. Essa demonização serve para justificar intervenções repressivas e ações de "higienização do território" em nome da ordem pública (Campos, 2018; Silva, 2018). Contudo, a experiência vivida pelos usuários desmistifica a ideia de um "poder absoluto" da substância, revelando que muitos mantêm rituais de autocuidado e regras morais mesmo sob o estigma do uso abusivo (Damasceno, 2021).

Essa construção social dos usuários de drogas como sujeitos desviantes aproxima-se das reflexões de Santos (2017), que analisa a figura da pessoa que pede esmolas nas ruas como uma representação social historicamente produzida e convertida em um "mito urbano". Segundo a autora, determinadas identidades associadas à vida nas ruas passam a ser objetivadas por meio de imagens simplificadoras que ocultam a complexidade das trajetórias individuais e reforçam mecanismos de exclusão. Sob a perspectiva da TRS, tais processos contribuem para a

cristalização de categorias estigmatizantes que orientam tanto as percepções sociais quanto as respostas institucionais dirigidas a essa população.

Em diálogo com essa discussão, Macedo (2016) argumenta que os atendimentos ofertados às pessoas que usam drogas são atravessados por uma economia moral que produz hierarquizações implícitas entre vidas consideradas mais ou menos dignas de cuidado. A autora demonstra que os julgamentos morais associados ao consumo de drogas influenciam os modos de reconhecimento da cidadania e repercutem diretamente nas práticas institucionais. Tal compreensão permite ampliar a análise das representações sociais, evidenciando que elas não apenas produzem significados sobre os sujeitos, mas também orientam formas concretas de acolhimento, exclusão ou controle.

Para Silva (2018), a droga deve ser vista como um elemento de comunicação e estilo de vida que resiste à exclusão. Nas "aldeias" ou cenas de uso, o consumo compartilhado cria redes de solidariedade e pertencimento que substituem as redes formais fragilizadas. A dimensão territorial dessas experiências é aprofundada por Dias (2021), ao demonstrar que o uso prejudicial de *crack* produz uma peculiar reorganização da relação dos sujeitos com o espaço. O autor observa que a trajetória de desfiliação social frequentemente é acompanhada por um processo de fragmentação do espaço existencial, no qual a rua passa a constituir simultaneamente lugar de pertencimento e de sofrimento.

A droga, portanto, atua como uma gramática afetiva que organiza o território existencial da rua, permitindo que a vida siga apesar da dor. Silva (2018, p. 150) amplia essa visão ao discutir o papel central do contexto:

> Para tanto, é necessário perceber que a droga é um estilo de vida, tendo seu significado cultural de socialização e sobrevivência na rua, sendo também uma medicalização para o sofrimento social das "pessoas em situação de rua". É a partir dessa compreensão que o profissional e as políticas públicas podem orientar a constituição de redes de cuidado. (Silva, 2018, p. 150).

A dualidade entre o "mal" que destrói e o "bem" que alivia reflete, em última análise, a luta por reconhecimento de sujeitos que se recusam a ser meros objetos de intervenção. O consumo torna-se uma estratégia para amparar a tristeza e silenciar as memórias de um passado marcado pelo desamparo. Essa sabedoria prática de uso demonstra que existe uma racionalidade voltada para a gestão do sofrimento cotidiano (Quintão, 2017; Von Flach, 2019).

Campos et al. (2020) reforçam que as RS de pessoas em situação de rua sobre drogas sinalizam uma forte conotação negativa em contraponto à curtição, que revela o uso como ação promotora de sobrevivência. Essa tensão entre a destruição e a potência revela a complexidade

das subjetividades rualizadas. O uso de substâncias psicoativas (SPA) funciona, assim, como um mecanismo de defesa contra o horror da exclusão.

Essa ambivalência evidencia que as representações sociais sobre as drogas são produzidas a partir de experiências concretas de sofrimento. Os estudos analisados sugerem que o sentido atribuído às substâncias não decorre apenas de seus efeitos farmacológicos, mas das trajetórias de vida marcadas por violências, rupturas familiares, humilhações e exclusão social. Sob essa perspectiva, a memória opera como um elemento organizador das representações, permitindo compreender por que a mesma substância pode ser evocada simultaneamente como destruição e como estratégia de sobrevivência.

Embora a temática da memória não seja central na maior parte dos estudos revisados, diversos resultados permitem sua problematização como chave interpretativa. Trabalhos como os de Damasceno (2021), Borges (2023), Ribeiro (2024), Von Flach (2019) e Leite Júnior (2024) demonstram que as experiências vividas ao longo da trajetória dos sujeitos permanecem atuando na produção de sentidos sobre a vida nas ruas e sobre o uso de drogas. Nessas pesquisas, a memória aparece associada às narrativas biográficas, às experiências corporificadas, aos processos identitários e às formas de resistência construídas diante da exclusão social. Já nos demais estudos, mesmo quando não mobilizada teoricamente, a memória pode ser inferida a partir das referências constantes a experiências acumuladas de violência, acolhimento, abandono e discriminação que orientam percepções e práticas no presente.

Costa (2017) e Calil (2021) apontam que não é a malignidade da droga que cria a prisão, mas o abandono afetivo e social. A humilhação cotidiana e a falta de perspectivas empurram o sujeito para a anestesia química. Dessa forma, o paradoxo identitário entre ser um nada para a sociedade e ser um rei sob o efeito da substância marca a experiência de quem habita as margens.

Em conclusão, as representações sociais da droga nas ruas são ferramentas dinâmicas de interpretação da realidade. Elas permitem aos usuários negociar sua existência em um território de perdas sucessivas, onde a substância pode ser o último recurso de quem luta para não sucumbir à invisibilidade total. A experiência vivida é, assim, um emaranhado de dores e prazeres que desafia interpretações simplistas.

As trajetórias biográficas que culminam na situação de rua são tecidas por fios de violência e rupturas cumulativas. A violência familiar, incluindo abusos físicos e sexuais na infância, aparece como o principal “ponto de virada” nas narrativas dos sujeitos (Robaina, 2015). Para muitas mulheres, a rua surge como um refúgio desesperado para se livrar de ambientes domésticos saturados por agressões. A memória desses traumas é inscrita no corpo,

manifestando-se em hematomas e cicatrizes que narram uma vida de desproteção (Barone, 2023).

As especificidades da experiência feminina são aprofundadas por Araújo (2024), que evidencia como as mulheres em situação de rua permanecem frequentemente invisibilizadas tanto nas pesquisas quanto nas políticas públicas. A autora demonstra que as experiências de sofrimento dessas mulheres são atravessadas por desigualdades de gênero que ampliam as vulnerabilidades relacionadas à violência, à saúde sexual e reprodutiva e ao acesso aos serviços de cuidado. Em suas narrativas, a rua aparece associada a imagens de escuridão, medo e sofrimento, revelando memórias marcadas por múltiplas formas de violência e exclusão.

As trajetórias biográficas que culminam na situação de rua são tecidas por processos cumulativos de vulnerabilização, marcados por rupturas afetivas, precarização econômica e fragilização progressiva dos vínculos sociais. Fróes (2023) destaca que a ida para a rua raramente decorre de um único acontecimento, sendo geralmente precedida por sucessivos rompimentos familiares e comunitários que reduzem as possibilidades de suporte social. Em perspectiva complementar, Patitucci (2022) argumenta que a situação de rua deve ser compreendida como expressão de violações estruturais de direitos, especialmente do direito à moradia. Para a autora, a vulnerabilidade socioeconômica antecede a vida nas ruas e está relacionada às desigualdades produzidas pelo sistema social, afastando interpretações que atribuem essa condição exclusivamente a escolhas individuais. Sob esse enfoque, o morar na rua revela uma demanda social não atendida e evidencia os limites das políticas públicas voltadas à garantia de direitos fundamentais.

A aproximação entre esses estudos permite perceber que as rupturas registradas nas trajetórias individuais não podem ser dissociadas das condições estruturais que limitam moradia, renda, proteção e pertencimento; o biográfico e o social aparecem, portanto, como dimensões inseparáveis do processo de rualização. A pobreza extrema e a falta de oportunidades laborais atuam como o pano de fundo estrutural que agrava essas vulnerabilidades. A trajetória de rualização é descrita por muitos como um processo de desfiliação social, marcado pela perda sucessiva do trabalho, da moradia e do reconhecimento (Robaina, 2015). O desemprego prolongado desestrutura a noção de indivíduo e de família, conduzindo o sujeito ao que se denomina “ponto zero” do esgotamento de recursos socioeconômicos (Robaina, 2015; Von Flach, 2019).

O rompimento de vínculos afetivos consolida o estado de isolamento, embora nem sempre signifique uma ruptura definitiva com a família. Muitas vezes, a saída de casa é uma tentativa de poupar os entes queridos da vergonha ou de conflitos gerados pelo uso de drogas

(Damasceno, 2021). Essa desvinculação gera um vazio social que a rua e o grupo de pares tentam preencher de forma precária. Damasceno (2021) relata o impacto devastador das violências intrafamiliares no início dessas trajetórias:

> [...] eu tinha uns 13 anos, 12 pra 13 anos, e aí, ele falou pra minha mãe que era mentira minha e aconteceu a primeira vez, a segunda vez, aí eu cheguei, arrumei minhas coisas e saí de casa. Ela não acreditava em mim, às vezes queria me bater porque eu estava dizendo que o marido dela tava tentando me estuprar. Aí eu resolvi sair de casa, quando resolvi sair de casa, foi aí que eu comecei a conhecer esse mundo. (Damasceno, 2021, p. 45).

Para Von Flach (2019), as experiências de humilhação acumuladas ao longo da vida configuram o que se denomina "sofrimento social corporificado". A vivência da desigualdade manifesta-se no olhar de desprezo da sociedade e na invisibilidade pública que reduz o humano à condição de "coisa". Essa humilhação é política e ética, pois ataca a dignidade e a capacidade de ação do indivíduo desde o seu nascimento em contextos de subalternidade.

Barone (2023) destaca que a violência é uma "condição para viver e sobreviver" na rua, funcionando como causa e consequência da trajetória de vida. O estado de vulnerabilidade total expõe os sujeitos a agressões policiais, chacinas e conflitos territoriais com o tráfico. A memória desse sofrimento torna-se um fardo que muitas vezes impede o planejamento do futuro, prendendo o sujeito ao presente imediato. A autora sistematiza esse quadro de violações:

> A PSR vivencia diversas formas de violência, desde violência simbólica a atos de homicídios, que abarcam, assim, manifestações físicas como espancamentos, pauladas, apedrejamentos e envenenamento, e manifestações institucionais como remoções e internações arbitrárias, reconhecimento de pertences, negligência nos atendimentos e assistência e ausência de políticas públicas eficientes (Nonato; Raiol, 2018 apud Barone, 2023, p. 100).

Borges (2023) contribui ao analisar como as trajetórias de rualização estão imbricadas na história de um povo marcado pelo racismo e pela colonialidade. A memória do sofrimento é, muitas vezes, racializada, atingindo majoritariamente corpos negros e periféricos. Para os atores sociais, a dor individual torna-se denúncia política, e a identidade é forjada a partir da superação coletiva das perdas acumuladas. Assim, as histórias de vida dessas pessoas denunciam uma sociedade que mata ou deixa morrer os indesejáveis. A rua não é um destino escolhido, mas um território existencial marcado por traumas que antecedem o contato com as drogas. Entender essas memórias é fundamental para desmascarar a falsa ideia de escolha individual e reconhecer a responsabilidade coletiva sobre o sofrimento humano.

Lidos em conjunto, Von Flach (2019), Barone (2023) e Borges (2023) permitem compreender que essas memórias não se limitam à recordação de eventos passados. As narrativas de violência, abandono e discriminação observadas nos estudos funcionam como marcos biográficos que permitem aos participantes interpretar suas trajetórias e posicionar-se diante dos estigmas socialmente produzidos. Nesse sentido, a memória não aparece apenas como recordação do sofrimento, mas como um recurso de elaboração da experiência e de resistência simbólica frente aos processos de desumanização.

A noção de estigma aparece de forma recorrente nos estudos analisados como importante operador das representações sociais relacionadas ao uso de drogas. Em Silva (2024), por exemplo, a vergonha emerge como afeto central da experiência dos usuários, refletindo a internalização de classificações sociais negativas historicamente associadas ao *crack*. Sob a perspectiva da TRS, esse processo evidencia como determinadas representações circulam socialmente, são apropriadas pelos sujeitos e passam a influenciar a construção da autoimagem e das relações estabelecidas com os outros e com as instituições.

Nesse sentido, a construção identitária do usuário de drogas na rua é atravessada pela humilhação social, um sofrimento político decorrente da desigualdade de classes que ataca a dignidade e a autonomia do sujeito. A vergonha emerge como o afeto central desse processo, representando a internalização do julgamento depreciativo da sociedade que reduz o indivíduo a categorias como “lixo”, “cracudo” ou “animal” (Leite Junior, 2024; Silva, 2024).

Leite Júnior (2024) discute que a humilhação social não se limita às condições objetivas de exclusão, mas se inscreve profundamente na subjetividade, comprometendo a capacidade de agir, de recordar e de atribuir sentido à própria experiência. Ao dialogar com Gonçalves Filho (1998), o autor evidencia que a humilhação constitui uma dor coletiva, prolongada e muitas vezes de difícil elaboração consciente. Nas palavras do autor, “a dor sempre precede o seu reconhecimento mais consciente, mais ainda a dor de longa duração, coletivamente padecida” (Gonçalves Filho, 1998 apud Leite Júnior, 2024, p. 67).

Nessa perspectiva, o sofrimento do humilhado ultrapassa a esfera individual, pois “nunca chora apenas por si próprio”, mas expressa uma dor acumulada historicamente, que atinge dimensões profundas da existência (Leite Júnior, 2024). Trata-se de uma condição que impõe obstáculos à realização da própria humanidade, tornando-se perceptível no corpo, nos gestos, na imaginação e na voz, e revelando os efeitos concretos da opressão sobre a constituição subjetiva dos indivíduos e grupos socialmente marginalizados.

Em diálogo com essa perspectiva, Silva (2024) observa que a vergonha atua como um “giroscópio moral”, sinalizando a fragilidade dos vínculos sociais. Entretanto, o autor pontua

que a vergonha também pode ser um catalisador de pertencimento, como no caso de usuários que se sentem acolhidos em cenas de uso porque ali "ninguém os julga". Acioli Neto (2018) complementa argumentando que a rejeição da identidade estigmatizada muitas vezes leva o sujeito a atribuir à droga toda a responsabilidade por sua condição, numa tentativa desesperada de preservar uma ínfima parcela de valor pessoal diante de uma sociedade que o considera desnecessário.

A categoria "população em situação de rua" frequentemente oculta uma vasta heterogeneidade de experiências e perfis de consumo. Não se trata de uma massa homogênea de "viciados", mas de grupos distintos que se organizam de acordo com as substâncias utilizadas — álcool, *crack* e poliuso — e suas diferenças geracionais e comportamentais (Campos, 2018). Robaina (2015) critica a visão simplista que unifica esses sujeitos apenas pelo critério espacial da "rua", ignorando as complexas dinâmicas de uso. Ele afirma que:

> [...] a rua, categoria espacial unificadora desta população, é empregada de maneira tão ampla e fluida que oculta a heterogeneidade das relações que estes indivíduos estabelecem com os espaços públicos e assistenciais [...] é necessário a compreensão da espacialidade desta população por meio de suas práticas cotidianas e a partir da emergência dialógica e enunciativa dos próprios sujeitos. (Robaina, 2015, p. 59).

Spadoni et al. (2017) identificam três perfis principais: alcoolistas, adictos de *crack* e poliusuários, notando que cada grupo possui rituais e sociabilidades próprias. Enquanto os usuários de álcool (como o "sindicato da cachaça") mantêm certas permanências, os usuários de *crack* vivem uma temporalidade de hibernação e urgência. Essas distinções são essenciais para superar o imaginário social do "zumbi" (Spadoni et al., 2017) e reconhecer as sabedorias práticas de redução de danos que os próprios usuários desenvolvem para gerir seus riscos e sobreviver às violências do território.

Em síntese, a análise das produções científicas evidencia que as representações sociais e as memórias constituem importantes chaves interpretativas para compreender os significados atribuídos ao uso de drogas por pessoas em situação de rua. Os estudos demonstram que tais significados são produzidos a partir de trajetórias marcadas por violências, rupturas afetivas, pobreza, discriminação e estratégias cotidianas de sobrevivência. Nesse contexto, a droga assume sentidos múltiplos e contraditórios, sendo representada simultaneamente como fonte de sofrimento e como recurso para enfrentar as adversidades da vida nas ruas.

As representações sociais permitem compreender como esses significados são compartilhados, legitimados e atualizados no cotidiano, enquanto a memória possibilita acessar

os processos pelos quais experiências passadas de exclusão, violência e abandono permanecem atuando na interpretação do presente e na construção das identidades. Dessa forma, a articulação entre memória e representações sociais amplia a compreensão do consumo de substâncias para além de explicações individualizantes ou patologizantes, evidenciando seu caráter histórico, relacional e socialmente produzido.

5.2 O olhar público: mídia, estigma e representações sociais

A mídia desempenha um papel fundamental na construção da realidade social, atuando não apenas como transmissora de informações, mas também como produtora de sentidos sobre os diferentes grupos que compõem a sociedade. Ao selecionar determinados acontecimentos, definir enquadramentos e estabelecer quais vozes serão legitimadas no espaço público, os meios de comunicação participam ativamente da formação das representações sociais compartilhadas coletivamente. No caso da população em situação de rua, os estudos analisados evidenciam que a visibilidade produzida pela mídia é frequentemente marcada por narrativas associadas à criminalidade, ao uso de drogas, à violência e à desordem urbana (Oliveira; Feitosa, 2016; Ferreira; Alves, 2015; Roque, 2021).

Esse processo contribui para a simplificação de trajetórias complexas e reforça interpretações que deslocam a atenção das desigualdades estruturais para características atribuídas aos próprios sujeitos. Sob a perspectiva das representações sociais, observa-se um movimento de objetivação pelo qual a população em situação de rua passa a ser identificada por imagens socialmente cristalizadas que reduzem sua diversidade e produzem categorias amplamente compartilhadas no imaginário coletivo.

A associação entre a vida nas ruas e a criminalidade constitui um dos elementos mais recorrentes nas representações produzidas pelos meios de comunicação. Conforme demonstram Ferreira e Alves (2015) e Roque (2021), as reportagens frequentemente apresentam as pessoas em situação de rua como potenciais autoras de delitos, invasoras de espaços públicos ou agentes da desordem urbana. Os sujeitos são frequentemente representados através do viés da segurança pública, sendo vistos como “potenciais autores de delitos”, “desordeiros” ou “marginais” que impedem o progresso urbano.

Tal enquadramento não apenas reforça percepções negativas, mas também contribui para a construção de fronteiras simbólicas entre aqueles considerados pertencentes à ordem social e aqueles percebidos como ameaça a ela. Ou seja, essa visão reduz a complexidade da vida na rua a uma questão policial, desconsiderando as vulnerabilidades sociais e a ausência de

políticas públicas efetivas (Roque, 2021). Nesse contexto, a população em situação de rua deixa de ser compreendida como sujeito de direitos e passa a ser interpretada prioritariamente como problema de segurança pública. As representações sociais produzidas nesse processo desempenham papel central na legitimação de práticas de controle, vigilância e exclusão, ao naturalizarem a associação entre pobreza, rua e periculosidade.

A construção da figura do sujeito considerado "perigoso" constitui um dos principais mecanismos simbólicos utilizados para justificar e naturalizar práticas repressivas por parte do Estado (Roque, 2021). Nesse processo, certas representações sociais facilitam a associação de grupos historicamente marginalizados à violência, à criminalidade e à desordem, reforçando percepções que sustentam intervenções pautadas no controle e na exclusão (Acioli Neto, 2018).

Ferreira e Alves (2015) evidenciam que a imprensa tradicional desempenha papel decisivo na consolidação desse imaginário ao difundir representações que retratam as pessoas em situação de rua como indivíduos violentos, perigosos e socialmente marginalizados. Além disso, os autores observam que o discurso jornalístico estabelece uma associação recorrente entre a vida nas ruas e o uso de drogas, apresentando a drogadição como uma característica constante dessa população e como um fator explicativo das violências urbanas. Ao reiterar essas imagens, os meios de comunicação contribuem para a produção de estigmas que reforçam o medo social e legitimam políticas e práticas de caráter repressivo direcionadas a esse grupo.

Essa representação do perigo é alimentada por discursos que associam as pessoas em situação de rua à "sujeira", à "agressividade" e à "desordem" nos centros urbanos. Tais narrativas reforçam a percepção de que sua presença ameaça a organização e a segurança dos espaços públicos (Roque, 2021; Oliveira; Feitosa, 2016; Brito; Silva, 2022). Nesse contexto, ganha força a ideia de "higienização" urbana, entendida como a remoção desses sujeitos das áreas centrais da cidade. Essa lógica os posiciona como corpos indesejáveis e incompatíveis com os padrões de ordem e normalidade socialmente valorizados. Conforme analisa Roque (2021), tais discursos contribuem para legitimar práticas excludentes. Ao mesmo tempo, atendem aos interesses das classes mais abastadas, ao buscar preservar sua sensação de conforto e tranquilidade.

Oliveira e Feitosa (2016) reforçam que o termo "morador de rua" é frequentemente utilizado em reportagens policiais, o que cristaliza o estigma do sujeito perigoso. Mesmo quando se utiliza a expressão "população em situação de rua", a carga simbólica do estereótipo permanece, pois a mídia tende a destacar o que é extraordinário e violento em detrimento do cotidiano de sobrevivência.

Portanto, o olhar midiático sobre a população em situação de rua não é neutro, mas participa ativamente da construção de sentidos que legitimam a exclusão e a repressão. Nesse processo, a mídia não apenas informa, mas também fabrica acontecimentos ao selecionar e enquadrar determinadas narrativas. Essa visibilidade produzida é marcada por uma "hipervisibilidade" do crime e da violência, ao mesmo tempo em que silencia ou reduz a "visibilidade" dos direitos dessas populações. Como resultado, reforçam-se estigmas e desigualdades que dificultam o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos. Tal dinâmica compromete a construção de uma igualdade efetiva entre esses indivíduos e os demais cidadãos (Ferreira; Alves, 2015).

O estigma direcionado à população em situação de rua é reforçado por diferentes discursos sociais, incluindo aqueles difundidos pelos meios de comunicação, que frequentemente associam esses sujeitos à criminalidade, à dependência química e à desordem urbana. Os estudos analisados revelam que categorias como "viciado", "drogado", "doente", "vagabundo" ou "perigoso" funcionam como marcadores simbólicos que simplificam identidades complexas e reduzem os sujeitos a atributos considerados socialmente negativos (Matos et al., 2017; Brito; Silva, 2022).

Sob a ótica das representações sociais, tais classificações não constituem apenas descrições da realidade, mas formas de conhecimento socialmente compartilhadas que orientam julgamentos, comportamentos e práticas institucionais. Ao serem continuamente reproduzidas, essas representações passam a influenciar tanto a maneira como a sociedade percebe a população em situação de rua quanto os modos pelos quais os próprios sujeitos constroem suas identidades e interpretam suas trajetórias. Conforme Matos et al., (2017), Brito e Silva (2022) essa rotulação cria uma barreira invisível que os afasta do convívio social "normal" e justifica a desassistência por parte de profissionais e da sociedade.

O sofrimento psíquico decorrente desse processo é profundo, pois o indivíduo passa a ser visto apenas pelo prisma do seu defeito. O estigma gera sentimentos de humilhação, medo e culpa, afetando diretamente a subjetividade. Brito e Silva (2022) discutem como essas vivências somadas resultam em uma transformação drástica da identidade:

> Preconceito, discriminação e desassistência têm uma atuação direta nesse processo. Essas vivências somadas – na família, nos serviços e na sociedade – atuam na transformação do cidadão em "morto-vivo" ou na "mortificação do eu", afetando a autoimagem e autoestima da PSR, provocando descaso no atendimento de pessoas justamente com as maiores necessidades sociais. (Brito; Silva, 2022, p. 158).

A internalização do preconceito é uma das faces mais perversas desse fenômeno. A própria pessoa em situação de rua passa a reproduzir os discursos estigmatizantes contra seus semelhantes ou contra si mesma, em um esforço de se diferenciar do grupo que a sociedade considera fracassado. Relatos indicam que indivíduos sentem vergonha de sua condição e chegam a se ver como “lixo”, assumindo para si a fala desqualificadora do outro (Matos et al., 2017).

Essa “morte social” é reforçada pela perda da condição humana aos olhos da sociedade. Quando os sujeitos são reduzidos a “zumbis” ou “seres animais”, perdem o direito à cidadania e à vida plena. Matos et al. (2017) ressaltam que essa descaracterização da vida ocorre desde a infância até a velhice, marcada por uma sucessão de insucessos e pela falta de apoio em situações de fracasso. Enfim, o estigma atua como um mecanismo de controle social que imobiliza o sujeito em uma identidade de “caído”. A vergonha e o autopreconceito dificultam a busca por cuidados em saúde e a reinserção social, perpetuando um ciclo de exclusão onde o sujeito, ciente de ser indesejado, tenta apenas "viver de teimoso" em uma sociedade que lhe nega reconhecimento.

A partir da perspectiva da memória social, os processos de estigmatização podem ser compreendidos para além de suas manifestações imediatas. As representações sobre a população em situação de rua não são produzidas apenas no presente, mas se apoiam em narrativas historicamente acumuladas sobre pobreza, marginalidade e desvio social.

Nesse sentido, a memória contribui para explicar a permanência de determinados estereótipos ao longo do tempo, mesmo diante das transformações sociais e das evidências que contradizem essas generalizações. As imagens reiteradas pela mídia e por outros espaços de circulação simbólica tendem a ser incorporadas ao repertório coletivo de conhecimentos compartilhados, influenciando percepções, práticas institucionais e formas de relacionamento com essa população. Assim, a memória atua como um importante mecanismo de conservação e atualização das representações sociais que sustentam os processos de exclusão e estigmatização.

Em contraposição ao estigma e à exclusão, emerge entre o “povo da rua” o que se denomina de identidades de resistência. Um conceito central para compreender essa dinâmica é a “Rualogia”, descrita por Silva (2018) como uma ciência da experiência que apenas quem viveu a rua pode verdadeiramente compreender. Essa identidade não se define pela falta, mas pelo talento de sobrevivência e pela capacidade de se reinventar em territórios marcados pela adversidade.

A cultura da rua se manifesta na organização em grupos e coletivos, como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que lutam por visibilidade e direitos. Nesses espaços, a rua deixa de ser apenas um lugar de passagem e torna-se um habitat de modos de vida, com regras, normas e linguagens próprias que desafiam o sistema formal. Silva (2018) aprofunda essa perspectiva sobre o território e a identidade:

> [...] foi possível identificar uma cultura da rua, em que a droga aparece enquanto estilo de vida, formação de uma identidade de resistência aos estigmas, sofrimentos e construção de relações no território. [...] É nesses espaços sociais que as pessoas vivem suas histórias de vida, redes sociais de cuidado, cultura e identidades. As territorialidades de cuidado apontam para a necessidade de uma atenção em saúde pensada em um modelo dialógico e sociocultural. (Silva, 2018, p. 8).

A análise de Silva (2018) permite compreender que a cultura da rua não se constitui apenas como um conjunto de práticas de sobrevivência, mas como um espaço de produção de sentidos, identidades e memórias compartilhadas. As experiências vividas nos territórios da rua são continuamente narradas, reinterpretadas e transmitidas entre os sujeitos, constituindo um repertório coletivo de conhecimentos sobre formas de proteção, circulação, cuidado e enfrentamento das violências cotidianas. Nesse processo, a memória assume um papel fundamental, pois possibilita a preservação e a transmissão dessas experiências, contribuindo para a construção de um sentimento de pertencimento e continuidade mesmo em contextos marcados pela instabilidade e pela ruptura de vínculos sociais.

Sob a perspectiva das representações sociais, a cultura da rua também opera como um mecanismo de resistência aos discursos hegemônicos que associam a população em situação de rua à incapacidade, à criminalidade ou à dependência. Ao compartilharem saberes, valores e formas próprias de organização, os sujeitos produzem representações alternativas sobre si mesmos, reafirmando identidades que ultrapassam os estigmas socialmente impostos. Assim, a rua deixa de ser apenas um espaço de exclusão para tornar-se um território de construção simbólica, no qual novas formas de reconhecimento social são produzidas e negociadas cotidianamente.

Essa dinâmica evidencia que as identidades construídas nas ruas não são estáticas nem determinadas exclusivamente pelas condições de vulnerabilidade. Ao contrário, elas são continuamente elaboradas a partir das memórias coletivas e das representações compartilhadas nos grupos de convivência, permitindo que os sujeitos atribuam significado às suas trajetórias

e desenvolvam formas próprias de resistência diante dos processos de invisibilização e desumanização.

As “aldeias” ou comunidades de rua são territórios de resistência cotidiana onde se constroem redes informais de cuidado que transcendem as instituições de saúde. Nesses locais, os sujeitos exercem seu protagonismo e livre arbítrio, rejeitando modelos de tratamento impostos que desconsideram suas histórias e culturas. Assim, a identidade de resistência é um grito por dignidade e respeito. Conforme Silva (2018) ao transformar a imagem do "zumbi" na figura de liderança de “Zumbi dos Palmares”, o movimento social reivindica uma nova visibilidade para o usuário de drogas na rua: a de um ser humano ativo, capaz de produzir saberes e negociar seus processos de cuidado em seus próprios territórios.

As experiências de resistência identificadas nos estudos permitem problematizar as representações hegemônicas difundidas sobre a população em situação de rua. Entretanto, a força dessas iniciativas precisa ser analisada em diálogo com os processos de produção simbólica que continuam operando na esfera pública. A mídia permanece como um dos principais espaços de circulação de representações sociais sobre esses sujeitos, influenciando tanto a opinião pública quanto a formulação de respostas institucionais.

Nesse sentido, os estudos analisados sugerem que a disputa por reconhecimento não ocorre apenas nos territórios da rua, mas também no campo simbólico, onde diferentes narrativas procuram definir quem são essas pessoas, quais significados devem ser atribuídos às suas trajetórias e quais respostas sociais são consideradas legítimas para enfrentar essa realidade.

5.3 O contexto político e institucional: a memória do Estado e a representação do cuidado

A construção estatal da questão das drogas no Brasil é historicamente pautada por uma racionalidade que privilegia o controle e a exclusão social em detrimento do cuidado em liberdade. Moura (2024) argumenta que o Estado conformou suas respostas por meio do proibicionismo, intervindo de forma superficial e pouco dialogando com a perspectiva dos direitos. Esta postura é herdeira de um projeto de saneamento social que via no uso de substâncias um perigo à capacidade produtiva e à ordem pública (Moura, 2024).

Tal projeto de saneamento social possui raízes históricas mais amplas, vinculadas aos ideais higienistas que ganharam força no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX (Moura, 2024). Nesse contexto, pobreza, loucura, vadiagem e determinados usos de substâncias passaram a ser interpretados como ameaças à ordem social e ao projeto de

modernização do país. Como consequência, consolidaram-se práticas voltadas à vigilância, ao isolamento e à institucionalização de grupos considerados desviantes ou perigosos. Embora formuladas em contextos históricos distintos, essas concepções contribuíram para a construção de representações sociais que associam o uso de drogas à criminalidade, à desordem e à incapacidade moral, elementos que continuam influenciando tanto a opinião pública quanto determinadas respostas estatais direcionadas às populações socialmente vulnerabilizadas (Moura, 2024; Ferreira, 2021).

As respostas do Estado têm se estruturado predominantemente por meio da institucionalização, da segregação e de políticas proibicionistas relacionadas ao uso de drogas, o que resulta em intervenções superficiais diante das demandas de usuários de saúde mental, álcool e outras drogas, com limitada incorporação da perspectiva de direitos (Moura, 2024). Nesse cenário, destaca-se ainda que a trajetória recente da Política de Saúde Mental no Brasil apresenta sinais de retrocesso, especialmente durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), quando se observa a adoção de medidas mais repressivas e proibitivas em relação às drogas (Moura, 2024).

Entre as medidas apontadas por Moura (2024) estão a reinserção dos hospitais psiquiátricos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), por meio da Resolução nº 32/2017 e da Portaria nº 3.588/2017; o fortalecimento e a ampliação do financiamento das Comunidades Terapêuticas; a centralidade atribuída à abstinência como objetivo da política sobre drogas em detrimento da estratégia de Redução de Danos; a ampliação das possibilidades de internação involuntária prevista pela Lei nº 13.840/2019; e iniciativas de revisão de marcos normativos vinculados à Reforma Psiquiátrica. Para a autora, tais medidas representam um deslocamento da lógica do cuidado em liberdade para modelos centrados no isolamento, na institucionalização e no controle dos sujeitos (Moura, 2024).

A criminalização do usuário emerge como uma face complementar desse dispositivo de controle, onde o sistema penal e o médico-psiquiátrico operam de forma paralela. Ferreira (2021) investiga como as práticas de internação forçada, embora ocorram oficialmente fora do sistema penal, guardam manifestações punitivas latentes. A autora destaca que o discurso do problema de saúde pública muitas vezes mascara uma expansão do poder de punir sobre subjetividades desviantes.

Essa dinâmica envolve a análise das práticas de internação psiquiátrica forçada, tanto involuntárias quanto compulsórias, direcionadas a usuários de drogas, que ocorrem formalmente fora do sistema penal (Ferreira, 2021). Questiona-se a existência de manifestações punitivas implícitas nessas práticas, mesmo quando são justificadas como terapêuticas. Nesse

sentido, destaca-se a importância de uma leitura criminológico-crítica sobre o funcionamento das agências dos sistemas de saúde e de justiça nessas internações. Tal perspectiva é fundamental para compreender como se articulam mecanismos de controle e para refletir sobre estratégias capazes de reduzir os níveis de violência associados à expansão do poder punitivo (Ferreira, 2021).

A internação compulsória apresenta-se como a "resposta padrão" do sistema de justiça para situações-problema associadas ao *crack*, frequentemente ignorando os preceitos da reforma psiquiátrica, tais como o cuidado em liberdade, o respeito à autonomia dos usuários, a atenção territorializada e comunitária e a defesa dos direitos humanos. Souza (2015) analisa que essa modalidade limita a liberdade e a autonomia do indivíduo, muitas vezes assemelhando-se a um regresso ao tempo dos manicômios. A opção pelo enfrentamento sob a perspectiva exclusivamente médica e compulsória é vista como uma forma de internação em massa que ignora as singularidades do sujeito. O autor reforça essa crítica ao descrever o cenário:

> Obviamente, diante dos precedentes verificados em políticas públicas anteriores, a opção pelo enfrentamento sob a perspectiva médica, sobretudo com a utilização da internação compulsória passou a sofrer grande resistência e ser objeto de críticas, apontando-se que seria uma forma de se realizar a internação em massa de usuários de crack, ofendendo a autonomia e a liberdade deles. E mais, que se pautaria por motivações higienistas (Souza, 2015, p. 17).

Morais (2017) complementa essa discussão ao analisar como o Poder Legislativo participa da construção social dos comportamentos considerados desviantes. Segundo o autor, por meio da elaboração de leis e políticas proibicionistas, determinadas práticas passam a ser enquadradas como problemas de ordem pública, legitimando intervenções voltadas ao controle e à segregação de grupos socialmente vulnerabilizados. Nesse processo, o proibicionismo, sustentado pelo paradigma médico-moral, contribui para aproximar usuários de drogas e pessoas em situação de rua de categorias associadas à periculosidade e ao desvio. Morais (2017) argumenta ainda que a aplicação dessas normas ocorre de maneira seletiva, incidindo de forma mais intensa sobre populações pobres, negras e socialmente marginalizadas, o que reforça mecanismos históricos de exclusão social.

Essa seletividade penal é aprofundada pela análise de Bertoni e Fernandes (2019), que relaciona a política de drogas ao processo mais amplo de criminalização da pobreza. Segundo as autoras, o denominado Estado Penal opera de forma diferenciada nos territórios marcados pela miséria e pela exclusão social, onde a atuação policial e os mecanismos de controle

encontram menos barreiras institucionais e sociais para sua implementação. Nesses espaços, a aplicação da lei tende a ocorrer de maneira desigual, incidindo com maior intensidade sobre sujeitos já vulnerabilizados pelas condições econômicas e sociais.

Como resultado, produz-se aquilo que Bertoni e Fernandes (2019) denomina de "aprisionamento sem presídios", caracterizado por práticas de vigilância, contenção e exclusão que restringem a circulação e a participação social desses indivíduos, mesmo quando não há privação formal da liberdade. Tal interpretação reforça a compreensão de que a questão das drogas não pode ser dissociada das formas históricas de gestão da pobreza e do controle dos grupos socialmente marginalizados.

A legitimação do proibicionismo decorre da articulação entre o modelo médico e o modelo jurídico, que, ao se combinarem, passam a sustentar um paradigma médico-moral de compreensão das drogas (Morais, 2017). Nesse enquadramento, diferentes formas de interpretação do fenômeno são mobilizadas – jurídico-moral, psicossocial, sociocultural e de saúde pública, embora esta última assuma predominância nas análises contemporâneas. No entanto, essa predominância não elimina seus efeitos problemáticos, especialmente quando aplicada ao contexto do *crack* e da vida nas ruas. Nesse cenário, produz-se uma tendência de homogeneização das categorias sociais envolvidas, na qual moradores de rua, usuários de drogas e traficantes são frequentemente tratados como se fossem equivalentes, apagando diferenças fundamentais entre experiências, práticas e posições sociais distintas (Morais, 2017).

O debate público sobre drogas é atravessado por um contexto de "pânico moral" que atua como um dos principais obstáculos à consolidação de estratégias de redução de danos (Costa, 2015). Essa construção social associa, de forma recorrente, o uso de drogas ao crime e ao pecado, o que reforça percepções negativas e alimenta a adoção de políticas de caráter repressivo e punitivo (Pinto; Oberling, 2016 apud Morais, 2017). Sob essa pressão social, a atuação estatal tende a se orientar por respostas que desconsideram princípios éticos e civis fundamentais, especialmente no que diz respeito à autonomia dos indivíduos sobre seus próprios corpos (Costa, 2015). Nesse cenário, estratégias de redução de danos passam a ser equivocadamente interpretadas como incentivo ao uso de drogas, o que contribui para deslegitimar práticas inovadoras nesse campo e limitar avanços importantes ainda em curso (Costa, 2015).

Logo, percebemos que a construção estatal da questão das drogas no Brasil constitui um campo marcado por disputas entre diferentes modelos de cuidado, controle e garantia de direitos. Os estudos analisados indicam a permanência de práticas e discursos que privilegiam respostas pautadas no proibicionismo, na institucionalização e na criminalização de populações

vulnerabilizadas, em detrimento de abordagens centradas no cuidado em liberdade e na atenção integral.

Sob a perspectiva da memória social do Estado, tais continuidades não se explicam apenas por escolhas conjunturais de gestão, mas pela atualização de repertórios históricos de intervenção sobre a pobreza e os chamados "desviantes sociais", nos quais saúde, moralidade e segurança pública se articularam como formas de controle. Nesse contexto, as políticas públicas frequentemente se situam na fronteira entre saúde e segurança pública, revelando tensões entre perspectivas de proteção social e estratégias de gestão e contenção de sujeitos considerados socialmente indesejáveis (Ferreira, 2021; Moura, 2024).

Nesse sentido, as barreiras institucionais que impedem o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde são multifacetadas, envolvendo desde a rigidez burocrática até preconceitos arraigados. Dultra (2018) identifica que o distanciamento entre os serviços e as necessidades dessa população gera uma exclusão sistemática, na qual o direito à saúde é frequentemente condicionado por critérios formais e implícitos de "adequação" ao serviço.

Nessa perspectiva, não se trata apenas de obstáculos administrativos, mas também da produção de representações sociais sobre quem "pertence" ou não a determinados espaços institucionais de cuidado. Essas representações sociais operam como mecanismos implícitos de organização das práticas institucionais, ainda que não estejam formalmente explicitadas nos protocolos de atendimento. Elas influenciam a forma como os profissionais interpretam as demandas apresentadas, definem prioridades de atendimento e estabelecem expectativas sobre adesão e "perfil adequado" para determinados serviços. Dessa forma, produzem efeitos concretos na estrutura do cuidado, contribuindo para a naturalização de processos de exclusão que não se explicam apenas por limitações materiais, mas também por construções simbólicas sobre os sujeitos atendidos.

O racismo institucional atua como um dos principais operadores da desigualdade, incidindo de forma desproporcional sobre uma população majoritariamente negra. Nesse processo, práticas discriminatórias baseadas em cor, cultura ou origem étnica comprometem a capacidade das organizações de ofertar serviços adequados, sendo frequentemente sustentadas por estereótipos que associam pobreza e uso de drogas à periculosidade (Dultra, 2018; Brito, 2023). Dultra (2018) destaca que, embora muitas dessas práticas não sejam necessariamente intencionais, elas são alimentadas por construções sociais que naturalizam tais associações.

No território do Pelourinho, Dultra (2018) identifica que a população em situação de rua é composta majoritariamente por pessoas negras, evidenciando a intersecção entre racismo,

pobreza e exclusão social. A autora demonstra que a violência institucional se expressa por meio de abordagens seletivas, da suspeição permanente e das dificuldades de acesso a políticas públicas, revelando que as desigualdades raciais não se restringem às relações interpessoais, mas também se reproduzem nas práticas institucionais. Nessa perspectiva, o racismo institucional pode ser compreendido como um mecanismo que contribui para a manutenção das vulnerabilidades sociais e para a negação de direitos a essa população.

A violência simbólica, nesse contexto, manifesta-se por meio de julgamentos morais e da rejeição de determinadas condições corporais, como a sujeira, o que produz afastamento entre profissionais e usuários (Dultra, 2018). Ferreira (2023) observa que o estigma associado às pessoas em situação de rua atravessa o imaginário dos agentes públicos, criando barreiras subjetivas que dificultam sua inclusão nos serviços. Esse processo reforça a percepção de que o Estado não se dirige a esses sujeitos enquanto destinatários plenos de direitos, exceto em sua dimensão coercitiva, contribuindo para a cristalização de um estado de "não-direito".

Além disso, a burocracia institucional atua como um mecanismo de reprodução dessas desigualdades, ao impor normas rígidas e procedimentos pouco compatíveis com a realidade das ruas. Sarmento (2015) evidencia o caráter penoso do acesso a benefícios e serviços, marcado por deslocamentos, exigências documentais e trâmites formais que desconsideram as condições concretas de vida dessa população, intensificando processos de exclusão.

No campo da saúde, esse cenário se agrava com a fragmentação do cuidado e a terceirização das demandas para serviços específicos, como o CAPS e o Consultório na Rua, frequentemente sem o devido acompanhamento pela Atenção Básica (Moura, 2024). Dultra (2018) argumenta que essa lógica produz um processo de desresponsabilização institucional, no qual o acompanhamento das pessoas em situação de rua passa a ser transferido entre serviços, comprometendo a integralidade do cuidado e dificultando a construção de vínculos contínuos com a rede de atenção à saúde.

Portanto, as barreiras institucionais não se explicam apenas pela escassez de recursos, mas por uma estrutura que, em suas técnicas e rotinas, reproduz injustiças sociais. Sua superação exige uma reflexão profunda sobre o funcionamento institucional e o reconhecimento de que o acesso a direitos se constrói na micropolítica[8] do cuidado cotidiano, sendo fundamental a desconstrução de olhares estigmatizados para que a saúde se efetive como direito universal.

---

[8] A micropolítica do cuidado refere-se aos processos cotidianos de produção do cuidado em saúde, constituídos pelas relações estabelecidas entre profissionais, usuários e serviços. Nesse plano, decisões, negociações, acolhimentos e formas de interação influenciam diretamente o acesso aos serviços e a efetivação dos direitos, podendo produzir tanto inclusão quanto exclusão no interior das práticas de saúde (Merhy, 2002)

O Consultório na Rua (CnaR) constitui uma estratégia de atenção à saúde voltada especialmente às pessoas em situação de rua, desenvolvida por equipes multiprofissionais que atuam de forma itinerante nos territórios onde essa população vive e circula. Sua proposta busca ampliar o acesso aos serviços e produzir cuidado *in loco*, articulando ações da Atenção Básica, da Saúde Mental e de outros pontos da rede de atenção. Nesse sentido, o CnaR representa uma estratégia central para enfrentar a lógica de exclusão dos serviços tradicionais, ao aproximar o cuidado das condições concretas de vida dos usuários. Alecrim (2022) destaca que esse modelo amplia o acesso de populações em situação de vulnerabilidade e favorece a inclusão de sujeitos historicamente invisibilizados nas redes formais de cuidado.

Nesse sentido, Ferreira (2021) destaca que a atuação do Consultório na Rua tem favorecido a ampliação do acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, especialmente por meio da busca ativa nos territórios, da identificação precoce de demandas e do acompanhamento contínuo articulado à Rede de Atenção à Saúde (RAS). A oferta *in loco* e a flexibilização dos modos de atendimento reconfiguram práticas tradicionais de cuidado, aproximando o serviço da realidade concreta dessas pessoas. Sob a ótica das representações sociais, essas experiências também deslocam a imagem do cuidado centrado na instituição para uma concepção territorial, relacional e construída no vínculo. Assim, o cuidado passa a ser representado não apenas como intervenção técnica, mas como presença contínua no território e reconhecimento da legitimidade das trajetórias de vida nas ruas.

Nesse cenário, observa-se uma disputa entre diferentes representações sociais do cuidado em saúde. De um lado, persiste uma lógica que associa o cuidado à contenção, à vigilância e à exigência de abstinência, frequentemente vinculada a práticas institucionalizantes. De outro, emergem experiências que compreendem o cuidado como construção de vínculo, presença territorial e reconhecimento da autonomia dos sujeitos. Essa disputa não é apenas técnica ou organizacional, mas simbólica e política, pois expressa diferentes formas de compreender o lugar do Estado e dos serviços de saúde na vida da população em situação de rua.

A construção de vínculos se torna elemento estruturante das práticas de cuidado, favorecendo uma aproximação mais humanizada e afetiva entre profissionais e usuários (Ferreira, 2021). Silva (2015) destaca que a redução de danos se inscreve como uma abordagem que inclui o sujeito no próprio processo terapêutico, reconhecendo sua autonomia e promovendo um cuidado menos coercitivo. Essa perspectiva contribui para a ruptura com identidades estigmatizantes, como as de “doente” ou “criminoso”, e possibilita a emergência do usuário como sujeito de direitos.

A redução de danos, nesse contexto, também se diferencia do paradigma da abstinência forçada ao sustentar a autonomia e o "cuidado de si" como princípios fundamentais (Silva, 2020). Silva (2020) enfatiza que essa abordagem aposta na produção de regras de vida mais autônomas, nas quais o sujeito assume protagonismo sobre seu tratamento, articulando liberdade, responsabilidade e construção de cuidado. Assim, o cuidado deixa de ser apenas uma intervenção técnica e passa a se constituir como uma ética do viver coletivo, que reconhece saberes e experiências frequentemente marginalizados.

Experiências como o **Programa De Braços Abertos**, analisadas por Genghini (2015), indicam que as relações estabelecidas entre usuários e instituições contribuem para a formação de memórias sociais sobre a atuação estatal. Essas memórias não se restringem a registros individuais, mas dizem respeito às formas como determinados modos de intervenção são significados coletivamente pelos sujeitos atendidos. Quando as ações estatais se estruturam a partir do acolhimento, da não imposição de abstinência e do reconhecimento de direitos, produzem-se experiências distintas daquelas associadas a práticas históricas de controle, isolamento e coerção. Nesse sentido, tais iniciativas tensionam repertórios historicamente marcados por intervenções punitivas e abrem possibilidade de ressignificação das relações entre Estado e população em situação de rua.

Tais experiências contribuem para a produção de registros simbólicos distintos daqueles historicamente associados à atuação estatal junto às populações em situação de rua. Isso ocorre porque práticas baseadas no acolhimento, na não imposição de abstinência e no reconhecimento de direitos produzem experiências que passam a compor a memória coletiva dos sujeitos atendidos, disputando espaço com lembranças marcadas por repressão, exclusão e violência institucional. Assim, a atuação estatal não é apenas operacional, mas também produtora de sentidos sobre o que o Estado representa para esses sujeitos.

Brito (2023) reforça ainda que práticas como mediação da informação, apoio documental e atuação de profissionais empáticos ampliam o acesso à cidadania e fortalecem a dignidade dos sujeitos, enquanto ações culturais e de organização da vida cotidiana expandem o cuidado para além da dimensão estritamente clínica. Nesse mesmo sentido, Alecrim (2022) destaca que o fortalecimento do vínculo e a atenção às múltiplas necessidades do sujeito, para além da saúde, produzem impactos diretos na adesão ao cuidado e na reconstrução de projetos de vida.

Em síntese, as práticas de cuidado e redução de danos configuram uma resistência ética ao modelo punitivo e proibicionista, ao apostar na horizontalidade, no vínculo e no reconhecimento da singularidade dos sujeitos. Ao desnaturalizar o estigma e ampliar formas de

acolhimento, essas experiências redefinem a relação entre Estado e população em situação de rua, produzindo possibilidades de vida e liberdade onde historicamente predominavam abandono e exclusão. Nesse sentido, estratégias como o Consultório na Rua e a redução de danos não representam apenas modalidades assistenciais distintas, mas expressam uma mudança na própria concepção de cuidado, ao deslocar o sujeito da posição de objeto de controle para a condição de participante ativo na construção de seu percurso terapêutico.

5.4 Entre a experiência, o olhar social e a atuação do Estado

A análise conjunta das três dimensões discutidas neste capítulo permite compreender que os sentidos atribuídos ao uso de drogas entre pessoas em situação de rua não são produzidos de forma isolada. A experiência dos sujeitos, as representações que circulam socialmente e as respostas construídas pelo Estado mantêm relações entre si, formando um campo de significados no qual memória, estigma, exclusão, resistência e cuidado se entrecruzam. Desse modo, aquilo que aparece inicialmente como experiência individual ganha outra dimensão quando relacionado aos discursos públicos e às práticas institucionais identificadas nas produções analisadas.

Na primeira dimensão, observou-se que a relação com as drogas é marcada por uma profunda ambivalência. As substâncias aparecem associadas à destruição, ao sofrimento e à ruptura de vínculos, mas também podem assumir sentidos relacionados ao prazer, à socialização, ao pertencimento e ao enfrentamento das adversidades da vida nas ruas. Essa contradição evidencia que o consumo não pode ser explicado exclusivamente a partir das propriedades das substâncias ou de escolhas individuais. Os significados atribuídos às drogas são construídos em trajetórias marcadas por violência, pobreza, abandono, humilhação e exclusão, mas também por estratégias de sobrevivência, vínculos e formas de resistência.

As memórias dessas experiências participam da maneira como os sujeitos interpretam o presente e constroem representações sobre as drogas, sobre a rua e sobre si mesmos. Essa ambivalência encontra-se amplamente desenvolvida nos estudos discutidos na primeira subseção. Entretanto, essas representações não são produzidas apenas pelos próprios sujeitos. A segunda dimensão da análise mostrou que a sociedade também constrói e faz circular imagens sobre a população em situação de rua. Nesse processo, a mídia ocupa posição importante ao reiterar associações entre rua, drogas, criminalidade, perigo, sujeira e desordem. A repetição dessas imagens contribui para simplificar trajetórias heterogêneas e transformar construções sociais e históricas em características aparentemente próprias dos indivíduos.

O estigma, portanto, estabelece uma ligação entre a experiência vivida e o olhar social: os sujeitos não apenas convivem com representações produzidas externamente, mas podem incorporá-las à própria percepção de si, produzindo sentimentos de vergonha, inferioridade e não pertencimento. Ao colocar essas duas dimensões em diálogo com a terceira, percebe-se que as representações sociais também repercutem nas formas pelas quais o Estado e suas instituições se relacionam com essa população. A associação histórica entre pobreza, uso de drogas, desvio e periculosidade não permanece somente no plano discursivo. Os estudos analisados mostram sua presença em práticas de vigilância, institucionalização, criminalização, internação e controle.

Nesse sentido, existe uma continuidade entre determinadas imagens que circulam no espaço social e algumas respostas institucionais direcionadas às pessoas em situação de rua. Aquilo que é representado socialmente como ameaça, incapacidade ou desordem pode encontrar correspondência em práticas que tratam esses sujeitos prioritariamente como objetos de intervenção, e não como sujeitos de direitos. A própria análise histórica realizada na terceira subseção mostra que algumas dessas associações remontam aos ideais higienistas consolidados entre o final do século XIX e o início do século XX e permanecem, ainda que reelaboradas, em discursos e práticas posteriores.

É nesse ponto que a articulação entre memória e representações sociais se mostra especialmente relevante para a interpretação do *corpus*. A memória e as representações contribuem para compreender como determinadas imagens conseguem permanecer socialmente disponíveis ao longo do tempo, e ajudam a explicar como esses conteúdos são atualizados e utilizados para interpretar sujeitos e situações no presente. Não se trata de afirmar que as representações atuais reproduzem de maneira idêntica aquelas construídas em outros períodos históricos, mas de reconhecer permanências, reelaborações e atualizações de sentidos relacionados à pobreza, à marginalidade, ao uso de drogas e à ideia de desvio. A persistência desses repertórios ajuda a compreender por que o estigma permanece tão presente nas experiências, nos discursos sociais e nas relações institucionais examinadas nesta pesquisa.

O diálogo entre as três dimensões também evidencia que essas representações não são imutáveis. Se a memória pode contribuir para a permanência de imagens estigmatizantes, novas experiências também podem produzir deslocamentos nos sentidos socialmente compartilhados. As identidades de resistência construídas nos territórios da rua, a organização coletiva, os saberes produzidos pelos próprios sujeitos e as práticas de cuidado baseadas no vínculo e na autonomia tensionam representações que historicamente os colocaram em posições de incapacidade e passividade. Na segunda dimensão analisada, essas formas de resistência

aparecem na produção de representações alternativas sobre si mesmos e na reivindicação de reconhecimento social.

Essa possibilidade de transformação torna-se particularmente visível quando as experiências de resistência são colocadas em diálogo com as práticas institucionais discutidas na terceira subseção. Estratégias como a redução de danos e o Consultório na Rua introduzem outra representação do cuidado, baseada na aproximação territorial, na construção de vínculos e no reconhecimento da autonomia dos sujeitos. Ao fazê-lo, não modificam apenas procedimentos assistenciais, mas tensionam uma memória institucional marcada por experiências de repressão, abandono e controle. Novas relações com os serviços podem, assim, produzir outras experiências e outros registros sobre a presença do Estado na vida dessa população. O próprio material analisado mostra que práticas pautadas no acolhimento e no reconhecimento de direitos podem disputar espaço com memórias relacionadas à coerção e à violência institucional.

E, é justamente nessa tensão entre permanência e transformação que se encontra um dos principais resultados desta pesquisa. De um lado, persistem representações historicamente construídas que associam a população em situação de rua e o uso de drogas ao perigo, à desordem, à incapacidade e ao desvio. Essas representações atravessam diferentes espaços sociais e podem repercutir nas próprias experiências dos sujeitos e nas respostas institucionais que lhes são dirigidas. De outro, entram em cena representações que reivindicam essas pessoas como sujeitos de direitos, portadores de histórias, saberes, vínculos e capacidade de participar das decisões sobre suas próprias vidas. A disputa entre esses sentidos demonstra que memória e representações sociais não operam apenas na conservação do passado, mas também participam das possibilidades de transformação do presente.

Por isso, a relação entre as três dimensões analisadas pode ser compreendida como um movimento contínuo: a experiência vivida produz sentidos e memórias; esses sentidos dialogam e entram em conflito com representações que circulam socialmente; e tais representações atravessam as instituições e as formas de cuidado e controle. Ao mesmo tempo, novas experiências sociais e institucionais podem questionar essas imagens e produzir outros sentidos. A população em situação de rua, nessa dinâmica, não deve ser compreendida apenas como destinatária das representações construídas sobre ela. Assim, os estudos analisados mostram sujeitos que interpretam suas próprias experiências, produzem saberes, constroem vínculos, resistem aos estigmas e disputam socialmente outras formas de reconhecimento.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como a produção científica brasileira aborda as memórias e as representações sociais de pessoas em situação de rua acerca do uso de drogas. A partir da análise de 41 estudos selecionados, foi possível identificar que a relação entre uso de substâncias psicoativas, situação de rua e exclusão social é marcada por uma profunda complexidade, não podendo ser explicada por perspectivas reducionistas, moralizantes ou exclusivamente biomédicas.

As produções analisadas demonstram que o fenômeno está inserido em trajetórias atravessadas por pobreza, violência, rupturas familiares, racismo, sofrimento psíquico, precarização do trabalho e violações históricas de direitos, mas também por estratégias de resistência, produção de vínculos e construção de sentidos sobre a própria existência. Nesse contexto, compreender o uso de drogas exige reconhecer que ele se articula às condições concretas de vida dos sujeitos e às diferentes formas pelas quais suas experiências são socialmente interpretadas.

As representações sociais do uso de drogas entre pessoas em situação de rua revelam uma forte ambivalência. As substâncias aparecem simultaneamente como fonte de sofrimento, destruição e aprofundamento da exclusão, mas também como recurso de sobrevivência, alívio emocional, pertencimento e enfrentamento da dor cotidiana. Essa dualidade evidencia que o consumo não pode ser compreendido apenas como dependência química ou desvio moral, mas como prática social situada em contextos extremos de vulnerabilidade.

Nesse sentido, as memórias individuais e coletivas dos sujeitos, constituídas a partir de experiências de abandono, violência, humilhação e invisibilidade, influenciam diretamente os significados atribuídos às drogas e às relações estabelecidas com a sociedade e com o Estado. Essas memórias não permanecem restritas ao plano individual, mas são compartilhadas coletivamente nos territórios da rua, nas cenas de uso e nas redes de sociabilidade construídas entre pares, constituindo formas de pertencimento, resistência e produção de sentidos sobre a própria existência.

Os resultados também demonstraram que as representações sociais construídas pela mídia, pelas instituições e pelo discurso público contribuem significativamente para a manutenção do estigma direcionado à população em situação de rua. A associação recorrente entre drogas, criminalidade e desordem urbana reforça práticas de exclusão e legitima políticas de controle e higienização social. Nesse processo, o sujeito em situação de rua deixa de ser reconhecido em sua humanidade e passa a ocupar simbolicamente o lugar do “perigoso”, do

“indesejável” ou do “incapaz”, dificultando o acesso a direitos básicos e aprofundando processos de sofrimento social e humilhação.

A centralidade do estigma identificada nas produções analisadas ganha maior significado quando observada em uma perspectiva histórica. As representações contemporâneas que associam a população em situação de rua ao perigo, à desordem, à incapacidade e ao uso de drogas não surgem apenas no presente. Ainda no século XIX, sobretudo no período posterior à abolição da escravidão, pessoas pobres, negras, mendigos e indivíduos classificados como “vadios” passaram a ser associados à ameaça à ordem pública, à criminalidade e à necessidade de controle.

Essas associações foram posteriormente reforçadas por dispositivos legais, práticas higienistas e formas de intervenção voltadas à regulação dos corpos e dos espaços urbanos, constituindo repertórios sociais que atravessaram diferentes momentos históricos. A própria dissertação demonstrou que a criminalização da pobreza, da vadiagem, da mendicância e de determinados comportamentos relacionados ao uso de substâncias incidiu especialmente sobre grupos pobres e negros, contribuindo para a consolidação histórica dessas formas de estigmatização.

Isso não significa afirmar que as representações do século XIX permanecem intactas na sociedade contemporânea. O que os resultados permitem compreender é que determinados conteúdos simbólicos atravessam o tempo, são reelaborados e reaparecem sob novas formas. A associação entre pobreza, rua, perigo, desordem e uso de drogas permanece disponível no imaginário social e pode ser atualizada em discursos midiáticos, institucionais e cotidianos. A memória, nesse sentido, ajuda a compreender como determinadas representações sobrevivem às transformações históricas, ainda que seus modos de expressão sejam modificados.

Ao analisar o contexto político e institucional, verificou-se que as respostas históricas do Estado brasileiro em relação às drogas e à população em situação de rua foram predominantemente marcadas por racionalidades proibicionistas, repressivas e medicalizantes. A criminalização do usuário, as internações compulsórias e as práticas institucionais excludentes revelam a permanência de formas de intervenção que frequentemente aproximam cuidado e contenção social.

Além disso, barreiras burocráticas, racismo institucional e práticas discriminatórias dificultam o acesso dessa população aos serviços públicos, reforçando a lógica de exclusão. As análises desenvolvidas ao longo do trabalho demonstram, inclusive, que representações de perigo, desordem e incapacidade podem ultrapassar o plano simbólico e orientar formas concretas de tratamento institucional.

Por outro lado, a pesquisa também identificou experiências e práticas que apontam para possibilidades mais humanizadas de cuidado, especialmente por meio da redução de danos, do Consultório na Rua e de políticas voltadas à construção de vínculos e ao reconhecimento da autonomia dos sujeitos. Essas iniciativas demonstram que o cuidado em liberdade, territorializado e centrado na dignidade humana pode produzir outras formas de relação entre Estado e população em situação de rua, nas quais as práticas de coerção sejam progressivamente substituídas por estratégias de acolhimento, escuta, participação e inclusão social.

A análise do *corpus* permite identificar que, mesmo quando o conceito de memória não é mobilizado de forma explícita nos estudos revisados, ele se encontra presente nas descrições das experiências vividas pela população em situação de rua. As trajetórias marcadas por sucessivas violações de direitos, intervenções institucionais coercitivas ou, em outros casos, práticas de acolhimento, produzem registros experienciais que se acumulam e orientam formas de percepção do Estado, dos serviços e das próprias substâncias psicoativas. Assim, pode-se compreender que as memórias sociais não se restringem a narrativas conscientes ou formalizadas, mas se expressam também em modos de agir, de evitar instituições, de estabelecer vínculos ou de resistir a determinadas formas de cuidado.

Do ponto de vista teórico, o estudo evidenciou a relevância da Teoria das Representações Sociais e das contribuições da memória coletiva para compreender como os sujeitos interpretam suas experiências e constroem sentidos sobre o uso de drogas, sobre si mesmos e sobre o mundo social que os cerca. Ainda que nem todos os estudos analisados utilizem explicitamente o conceito de memória, seus resultados permitem identificar processos de memória que atravessam as narrativas dos sujeitos e das instituições, na medida em que experiências reiteradas de violência, abandono, acolhimento ou controle se consolidam como referências que orientam percepções, expectativas e formas de relação com o Estado e com os serviços.

Nesse sentido, memória e representação social articulam-se na produção de sentidos sobre a vida nas ruas. Tal articulação mostrou-se especialmente relevante para compreender o estigma, uma vez que determinadas imagens atribuídas à população em situação de rua não são produzidas apenas pelas condições contemporâneas, mas encontram sustentação em repertórios historicamente acumulados sobre pobreza, marginalidade, desvio e perigo. A análise realizada no capítulo de resultados já demonstrou que essas representações históricas continuam sendo incorporadas ao repertório coletivo e atualizadas nas relações sociais e institucionais.

Ao mesmo tempo, os resultados evidenciam que memória e representações sociais não atuam somente na conservação de sentidos. Elas também constituem campos de disputa e

transformação. De um lado, permanecem representações historicamente sedimentadas que associam as pessoas em situação de rua à incapacidade, à marginalidade, à criminalidade e ao desvio. De outro, ganham espaço perspectivas que reconhecem essas pessoas como sujeitos de direitos, capazes de construir vínculos, produzir conhecimentos, participar das decisões relacionadas ao próprio cuidado e reivindicar outras formas de existência e reconhecimento social.

Essa disputa pode ser observada nas próprias experiências de resistência identificadas nos estudos analisados. Os territórios da rua não aparecem apenas como espaços de sofrimento e exclusão, mas também como lugares onde se constroem redes de solidariedade, identidades, saberes e estratégias de sobrevivência. As pessoas em situação de rua não apenas recebem passivamente as classificações produzidas sobre elas; também constroem representações alternativas sobre si mesmas, tensionando imagens que historicamente as reduziram à condição de sujeitos incapazes ou indesejáveis. Nos estudos analisados, essas formas de resistência aparecem associadas à produção de pertencimento, à reivindicação de dignidade e à construção de identidades que ultrapassam os rótulos socialmente impostos.

Essa possibilidade de transformação também se manifesta no campo institucional. Estratégias baseadas na redução de danos, no cuidado territorial, na construção de vínculos e na autonomia dos usuários não representam apenas diferentes formas de atendimento, mas expressam outras concepções sobre quem é a pessoa em situação de rua e qual deve ser sua relação com o Estado. Ao deslocá-la da posição de objeto de contenção para a condição de participante do próprio processo de cuidado, essas práticas contribuem para produzir experiências distintas daquelas historicamente marcadas pela repressão, pelo abandono e pela institucionalização.

É nesse aspecto que os resultados desta pesquisa permitem sustentar uma perspectiva de mudança. A força histórica das representações subjacentes a processos estigmatizantes não significa que elas sejam imutáveis. Ao contrário, justamente por serem produzidas nas relações sociais, podem ser tensionadas e transformadas por novas experiências, discursos e práticas. No século XXI, ao mesmo tempo em que persistem representações relacionadas à criminalização da pobreza, ao perigo e à improdutividade, também se ampliam os debates sobre direitos humanos, saúde mental, proteção social e reconhecimento da população em situação de rua como sujeito de direitos. A própria fundamentação desenvolvida neste trabalho evidenciou essa coexistência entre permanências históricas e novas perspectivas de proteção e reconhecimento.

Portanto, não se trata de afirmar que as antigas representações desapareceram ou que já foram substituídas por uma visão baseada em direitos. O que se observa é uma tensão entre

diferentes formas de significar a população em situação de rua. De um lado, permanece uma memória social marcada pelo controle, pela higienização, pela criminalização e pelo afastamento dos sujeitos considerados indesejáveis. De outro, busca afirmar-se uma perspectiva que reconhece a população em situação de rua como composta por cidadãos, sujeitos de direitos e pessoas dotadas de autonomia, dignidade, histórias e capacidade de participação. Essa coexistência revela que o presente constitui um espaço de disputa entre representações herdadas e representações emergentes.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o fato de a análise ter se concentrado exclusivamente em produções científicas brasileiras disponíveis nas fontes selecionadas, o que pode restringir a diversidade de perspectivas sobre o fenômeno. Além disso, observou-se uma escassez de estudos que abordem diretamente as memórias sociais da população em situação de rua, especialmente sob a ótica dos próprios sujeitos, indicando a necessidade de aprofundamento dessa temática em futuras investigações. Novos estudos que privilegiem narrativas, trajetórias e experiências dessas pessoas poderão contribuir para ampliar a compreensão sobre as formas como memórias e representações sociais são construídas, mantidas e transformadas no cotidiano.

Por fim, compreender as memórias e representações sociais relacionadas ao uso de drogas na situação de rua exige romper com discursos simplificadores e reconhecer a historicidade, a humanidade e a complexidade dessas trajetórias. Mais do que objetos de intervenção, as pessoas em situação de rua são sujeitos que produzem saberes, memórias, resistências e formas próprias de existir. Embora representações relacionadas à estigmatização, construídas historicamente, ainda permaneçam presentes na sociedade e nas instituições, os resultados desta pesquisa também apontam para possibilidades de mudança.

Dessa forma, a ampliação de práticas de redução de danos, do cuidado em liberdade, do Consultório na Rua e de políticas orientadas pela garantia de direitos demonstra que outras formas de relação com essa população vêm sendo construídas. Se as representações sociais são produzidas historicamente, elas também podem ser transformadas historicamente. Nesse movimento, reconhecer a população em situação de rua como sujeito de direitos constitui não apenas uma exigência ética, social e política, mas uma possibilidade de construção de novas memórias sociais, capazes de disputar espaço com aquelas marcadas pela repressão, pelo abandono e pelo estigma e de fortalecer experiências de acolhimento, dignidade, pertencimento e cidadania.

REFERÊNCIAS

ALBA, Martha de. Representações Sociais e memória coletiva: uma releitura. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. (Org.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBOSA, Rogério Jerônimo. **A educação e a desigualdade da renda do trabalho: um enfoque sociológico**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BASTOS, Francisco Inácio et al. **III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane**. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack:** quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2014.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, [1963] 2008.

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. Teoria e métodos em representações sociais. In: MORORÓ, Leila Pereira; COUTO, Marcia Elisa da Silva; ASSIS, Raquel Alvarenga Mendes de. (Org.). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação**: concepções e trajetórias. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017. p. 101-122.

BORGES, Claudia Daiana; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Vulnerabilidade, família e o uso de drogas: uma revisão integrativa de literatura. **Psicologia**: Revista da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 30, n. 1, p. 9-34, 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1890.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html. Acesso em: 07 jun. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. **Levantamento Nacional da População em Situação de Rua**: notas metodológicas e principais resultados. Brasília, DF: Ipea, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN: junho de 2014**. Brasília: DEPEN, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas aumenta 12,4% no SUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário (RE) 635.659/SP**. Julgamento sobre a constitucionalidade do art. 28 da Lei nº 11.343/2006. Brasília, DF: STF, 2024.

BRITO, C.; SILVA, L. N. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 151-160, 2022.

BRITO, Claudia; ANTUNES, Valeska Holst. O valor simbólico do uso de droga para população em situação de rua: droga que mata e alimenta. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, e00173323, 2024.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 194-206, dez. 2019.

CAMPOS, Eduarda Ramos Rodrigues de. **Análise histórica do proibicionismo e das legislações sobre drogas e o impacto no sistema carcerário brasileiro e paranaense**. 2024. Monografia (Especialização em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curitiba, 2024.

CAMPOS, Lorena Cardoso Mangabeira et al. Na rua, a droga é destruição e curtição: um estudo em representações sociais. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 22, p. 1-8, 2020.

CARVALHO, Adriana Pinheiro. **Moradia Primeiro no contexto da política de drogas brasileira**: análise da implantação de uma intervenção-piloto de moradia assistida para pessoas em situação de rua. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CARVALHO, Juliana Cerqueira de. Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional. In: **Anais...** VI SEMANA DE HISTÓRIA E III SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA. [S.l.], 2011.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
CASTRO NETO, Antônio Gomes de; COUTO FILHO, André de Brito. Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 40, 2023.

CEOLIN, Graciela Fátima. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 286-305, jun. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200003. Acesso em: 11 dez. 2025.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 101-111, jun. 2013.

COSTA, Kátia Eliane da Silva et al. Usuário ou traficante? A influência da quantidade e os limites legais na nova perspectiva do STF. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação (REASE), 2025.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Trad. Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1895] 2007.

DUVEEN, Gerard. Culture and social representations. In: VALSINER, Jaan; ROSA, Alberto (Eds.). **The Cambridge handbook of sociocultural psychology**. Cambridge: Cambridge University, 2007.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo; XIMENES, Verônica Morais. Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. **Psicologia em Pesquisa**, v. 15, n. 3, p. 1–27, 2021.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002.

FIORATI, Regina Célia; CARRETTA, Regina Yoneko Dakuzaku; KEBBE, Leonardo Martins; CARDOSO, Beatriz Lobato; XAVIER, Joab Jefferson da Silva. As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, e72861, 2016.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: UFBA, 1996.

FRAGA, Priscilla Victória Rodrigues et al. Entre as ruas e a RAPS: revisão integrativa sobre acesso das pessoas em situação de rua aos serviços de saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, e07752024, 2025.

FRANGELLA, Simone Lucena. **Os nós da rua**: espacialidades urbanas e subjetividades. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2009.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion**: Filosofia da Informação, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, dez. 2013.

GIOSEFFI, J. R.; BATISTA, R.; BRIGNOL, S. M. Tuberculose, vulnerabilidades e HIV em pessoas em situação de rua: revisão sistemática**. Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 56, p. 43, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, [1963] 2004.

GONTIJO, Dalva Terezinha. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 467-475, 2009.

HABER, Karina; MACIEL, Ana Paula. A produção do tráfico de drogas no sistema de justiça criminal: seletividade penal e atuação policial. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 26, n. 151, p. 271–298, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent B. de Almeida. São Paulo: Centauro, [1950] 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Laurent Lévi-Strauss. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, [1925] 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Antropos, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, [1989] 2001.

LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique. **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: UFBA, 2008.

MAIOLINO, Analúcia Lopes Gomes; MANCEBO, Deise. Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 20-31, 2005.

MARQUES, Lorena Silva et al. Saberes, territórios e uso de drogas: modos de vida na rua e reinvenção do cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 123-132, 2022.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004.

MELO, Tiago. "Da rua pra rua": novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel de Santis (org.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: UFSCar, 2016. p. 45-65.

MENCHISE, Rosana Mara; FERREIRA, Débora Marques; ÁLVAREZ, Ángel Luis Fernández. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: uma análise principalmente do Brasil. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 16, n. 1, p. 1-21, 2023.

MENDES, Kíssila Teixeira; RONZANI, Telmo Mota; PAIVA, Fernando Santana de. População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, e169056, 2019.

MENDES, Lindalva Guimarães; JORGE, Alzira Oliveira; PILECCO, Flávia Bulegon. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). **Saúde em Debate**, v. 43, n. 8, p. 107–119, 2019.

MENDES, Lúcia Gomes; JORGE, Adilson Oliveira; PILECCO, Fernanda Borges. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). **Saúde em Debate**, v. 43, n. 8, p. 109-121, dez. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1994.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 79, p. 15-38, 2010.

MORAIS, Dayana Rosa Duarte; SILVA, Martinho Braga Batista e. O que o crack tem a ver com a rua? Uma revisão narrativa com implicações políticas (2011-2017). **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300218, 2020.

MOSCOVICI, Serge. **Das representações sociais**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012–2019)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012–2022).** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022.

NUNES, João et al. A vida cotidiana do neoliberalismo: os cuidados de saúde à população em situação de rua no Rio de Janeiro. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, v. 33, 2023.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro de; BERTONI, Luci Mara. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 12, n. 2, p. 244-262, 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 183–209, 2004.

PAQUIELA, Erika Oliveira de Almeida et al. Mulheres que vivem na rua: uma análise interseccional sobre os modos de viver e a rede de apoio que constroem para si. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e03252025, 2025.

PARREIRA, Marcelo. **Criminalização da pobreza e pouca investigação no combate às drogas: veja conclusões de pesquisa engavetada pelo governo**. G1, Brasília, 18 mar. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/18/criminalizacao-da-pobreza-e-pouca-investigacao-no-combate-as-drogas-veja-conclusoes-de-pesquisa-engavetada-pelo-governo.ghtml. Acesso em: 23 set. 2025.

PEREIRA, Aline; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Os laços entre memória e ideologia: as narrativas da população de rua. **Athenea Digital**. Revista de Pensamiento e Investigación Social, v. 18, n. 3, 2018.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, jan./abr. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

QUINTÃO, Ingrid Pereira. **Representações sociais do crack por usuários em situação de rua**. 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

RAMOS, Paula de Oliveira et al. O papel da (o) profissional de psicologia nos centros de atenção psicossocial álcool e drogas (CAPS AD): revisão da literatura (2009-2019). **Práticas e Cuidado**: Revista de Saúde Coletiva, Salvador, v. 1, e9968, p. 1-23, 2020.

RIBEIRO, Andréa Leite. **Usuário de drogas em situação de rua numa perspectiva interseccional de raça, classe e gênero**: análise bioética da (não) responsividade do sistema de saúde. 2019. 181 f. Tese (Doutorado em Bioética) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 34, n. 1, p. 46-65, 2014.

ROCHA, Maria Teresa Naylor; LOPES, Maria Teresa Silva; VALE, André Luiz Alexandre do. A dimensão traumática da exclusão social. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 48, n. 2, abr./jun. 2014.

RONZANI, Telmo Mota; PEREIRA, Thaís Soares; CASTRO, Juliana Branco; DIMENSTEIN, Magda. Determinantes sociais e dependência de drogas: revisão sistemática da literatura. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 39, 2023.

ROORDA, João Guilherme Leal. Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900–1910). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 25, n. 135, p. 269–306, 2017.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**: etnografia da política de drogas e de seus efeitos sociais. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, Aline Espindola; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba. (Org.). **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre: Editora do Brasil, 2012. p. 11-26.

SICARI, Arlei Antônio; ZANELLA, Andréa Vieira. Movimento Nacional de População de Rua: a complexa luta por direitos. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 3, p. 1060, 2020.

SICARI, Arlei Antônio; ZANELLA, Andréa Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 38, n. 4, p. 662-679, 2018.

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton et al. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, 2020.

SOUZA, Lília Aparecida Ferreira de; GOMES, Lara Vanessa. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, e223876, 2020.

SOUZA, Maria Regina Camargo Ferraz et al. População em situação de rua e o uso de drogas no Brasil: revisão de escopo. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 19, e195837, 2023.

SOUZA, Maria Regina Camargo Ferraz. **Perfil das pessoas em situação de rua com problemas de saúde mental decorrentes do uso de álcool e outras drogas**: revisão de escopo. 2020. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

STF, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976/DF**. Decisão cautelar/medida liminar. Brasília, DF: STF, 2023.

TOLEDO, Liliana; GÓNGORA, Andrés; BASTOS, Francisco Inácio. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 31-42, 2017.

UFMG, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua)**. Informes técnicos: população em situação de rua no Brasil – dados do Cadastro Único. Belo Horizonte: UFMG, 2024.

UFMG, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Programa Polos de Cidadania. **Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua.** Informe técnico: perfil da população em situação de rua no Brasil – dezembro/2023. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

UNODC, UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2022**. Vienna: United Nations, 2022.

VARANDA, Walter e ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.

VERNAGLIA, Tatiana Vargas Cardoso; VIEIRA, Rosângela Alves Modesto da Silva; CRUZ, Marcelo Silveira da. Usuários de crack em situação de rua – características de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1775-1784, 2014.

VON FLACH, Patrícia Maia. **Experiências de sofrimento social e movimentos de resistência entre trabalhadores e gente de rua (usuários de álcool e outras drogas), na Praça das Duas Mãos – Salvador-Bahia**. 2019. 327 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Salvador, 2019.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WIJK, Lívia Bustamante van; MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3357-3368, set. 2019.

WINKELMANN, Maria Caroline das Chagas et al. Percepção das pessoas em situação de rua sobre os determinantes sociais da saúde. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 8, n. 1, p. 89, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Rio Political Declaration on Social Determinants of Health**. Geneva: WHO, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 – 11 March 2020**. Geneva: WHO, 2020.

FONTES

ACIOLI NETO, Manoel de Lima. **Pobreza e identidades humilhadas**: processos de significação relacionados ao uso de crack. 2018. 117 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.

ALECRIM, Tatiana Ferraz de Araújo. **Consultório na Rua e o adoecer por tuberculose na população em situação de rua**. 2022. 171 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, São Carlos, 2022.

ARAÚJO, Débora Cherchiglia de Moraes. **A interseccionalidade de gênero e classe na atenção à saúde**: discurso de profissionais e mulheres em situação de rua. 2024. 129 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, São Carlos, 2024.

BARONE, Juliana de Almeida Evangelista. **Curso de vida**: a transversalidade da violência na configuração da situação de rua. 2023. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2023.

BERTONI, Luci Mara; FERNANDES, Angela Viana Machado. (Org.). **Memória, álcool e drogas**: contribuições ao debate. Brasília, DF: Technopolitik, 2019.

BORGES, Silier Andrade Cardoso. **"Eu saí da rua, mas a rua não saiu de mim"**: narrativas de pessoas em situação de rua em ações coletivas de luta e resistência. 2023. 297 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Salvador, 2023.

BRITO, C.; SILVA, L. N. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 151-160, 2022.

BRITO, Tânia Regina de. **Competência em informação e pessoas em situação de rua:** um estudo de caso em bibliotecas públicas de Campo Grande (MS). 2023. 426 f. Tese

(Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2023.

CALIL, Thiago Godoi. **Cenas públicas de uso de drogas e a produção do risco em cidades latino-americanas: consumo do espaço e efeitos sociais – aproximações entre São Paulo, Bogotá e Medellín**. 2021. 326 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CAMPOS, Lorena Cardoso Mangabeira *et al*. Na rua, a droga é destruição e curtição: um estudo em representações sociais. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 22, p. 1-8, 2020.

CAMPOS, Lorena Cardoso Mangabeira. **Pessoas em situação de rua e suas representações sobre drogas**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem, Salvador, 2018.

COSTA, Jessica Hind Ribeiro. **A internação compulsória no âmbito das cracolândias**: implicações bioéticas acerca da autonomia do dependente químico. 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

COSTA, Roberta Marcondes. **Mil fitas na Cracolândia: amanhã é domingo e a Craco resiste**. 2017. 286 f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DAMASCENO, Robelle Silva. **Trajetórias reprodutivas de mulheres negras em situação de rua: memórias de um corpo Sankofa**. 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Departamento de Antropologia e Etnologia, Salvador, 2021.

DIAS, Alan Pereira. **A experiência espacial de pessoas que usam crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém-PA**: territorialidade e lugaridade no espaço público. 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2021.

DULTRA, Lua Sá. **Acesso da população em situação de rua na atenção básica**: uma análise das práticas instituídas pela Saúde da Família no Centro Histórico de Salvador. 2018. 242 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Salvador, 2018.

FERREIRA, Fernanda Vasques; ALVES, Maíra Pinheiro. Representações sociais dos moradores de rua no jornal Correio Braziliense: exclusão, dessemelhança e violência. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 9, n. 3, p. 35-56, 2015.

FERREIRA, Maria do Rosário da Costa. **Percursos e percalços na atenção à saúde de população em situação de rua e uso de drogas**. 2023. 85 f. Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2023.

FERREIRA, Raul Carvalho Nin. "**Drogadição", tratamentos e punições**: as internações psiquiátricas forçadas de usuários de drogas no Brasil. 2021. 423 f. Dissertação (Mestrado em

Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FRÓES, Adriana Lígia Alvarenga Oliveira. **A população adulta em situação de rua no Estado do Maranhão**: análise das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua Centro Pop. 2023. 225 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

GENGHINI, Marco Aurélio Barberato. **Políticas públicas destinadas à recuperação de pessoas em situação de rua dependentes de crack no município de São Paulo**: uma análise comparativa entre a Operação Centro Legal, Projeto Nova Luz, Programa de Braços Abertos e Programa Recomeço. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

LEITE JUNIOR, Nilson de Jesus Oliveira. **A dialética nas ruas**: entre a humilhação social, a vergonha e a conscientização na práxis política de pessoas em situação de rua em São Paulo - SP. 2024. 183 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

MACEDO, Fernanda dos Santos de. **A economia moral na atenção a gestantes que usam crack**: uma análise das práticas cotidianas de cuidado. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MATOS, Tallys Newton Fernandes de; TRAJANO, Soraya da Silva; CALDAS, José Manuel Peixoto; CATRIB, Ana Maria Fontenelle. Representações sociais e condições de saúde em moradores de rua. **Sanare**, Sobral, v. 16, n. 1, p. 17-22, 2017.

MORAIS, Dayana Rosa Duarte. **CPI do crack:** uma etnografia acerca do problema das "drogas" com parlamentares. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2017.

MOURA, Heline Caroline Eloi. **A política de saúde mental e a política sobre drogas nos anos de 2001 a 2023**: violações e garantias de direitos a partir da realidade alagoana. 2024. 256 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, 2024.

OLIVEIRA, Francisco José; FEITOSA, Maria Zelfa de Souza. Representações sociais e população em situação de rua: a visibilidade construída pela mídia. **Revista FSA**, Teresina, v. 13, n. 2, p. 226-243, mar./abr. 2016.

PATITUCCI, Giulia Pereira. **A questão da moradia na vida de quem mora nas ruas**: um estudo qualitativo na cidade de São Paulo. 2022. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

QUINTÃO, Ingrid Pereira. **Representações sociais do crack por usuários em situação de rua**. 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Fernanda de Cássia. **A rua pela população em situação de rua**: perspectivas múltiplas na produção do sensível. 2024. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, São Carlos, 2024.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre mobilidades e permanências**: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. 2015. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2015.

ROQUE, Carlos Eduardo Abbud Hanna. **Criminosos, carentes ou doentes?** Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Mariana Aparecida Euflausino dos. "Profissão pedinte": (re) conhecendo a gestão ordinária da representação social de uma "pedinte" na cidade de Cascavel-PR. In: **Anais...** Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho Curitiba: EnGPR, 2017.

SARMENTO, Rosana Sousa de Moraes. **A assistência social à população em situação de rua**: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. 2015. 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

SILVA, Aline Basso da. **Narrativas de cuidado de "usuários de drogas"**: um estudo etnográfico na rua e suas territorialidades. 2018. 216 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Daniele Cristina da Rocha e. **Interfaces entre redução de danos e educação popular em uma instituição voltada para população em situação de rua em Sorocaba**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2015.

SILVA, Rodolfo Ferreira da. **Segue o "fluxo"! Emoções a partir de uma etnografia numa cena de uso de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro**. 2024. 198 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2024.

SILVA, Rubens Espejo da. **Redução de danos e o cuidado de si**: sobre quais cuidados falamos? 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, São Paulo, 2020.

SOUZA, Clayton Ribeiro. **Compatibilidade da internação compulsória com as políticas públicas de enfrentamento ao crack**. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

SPADONI, Lila *et al*. Perfil de drogadição e práticas sociais entre moradores de rua. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 113-128, 2017.

VON FLACH, Patrícia Maia. **Experiências de sofrimento social e movimentos de resistência entre trabalhadores e gente de rua (usuários de álcool e outras drogas), na Praça das Duas Mãos – Salvador-Bahia**. 2019. 327 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Salvador, 2019.